

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO



**UM OLHAR DE GÊNERO PARA OS PROCESSOS EDUCATIVOS DE
EMPODERAMENTO DE MULHERES NO EXERCÍCIO DA
PRESIDÊNCIA DE ASSENTAMENTOS RURAIS DE BANANEIRAS- PB**



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO

JOSILENE RODRIGUES DA SILVA

**UM OLHAR DE GÊNERO PARA OS PROCESSOS EDUCATIVOS DE
EMPODERAMENTO DE MULHERES NO EXERCÍCIO DA
PRESIDÊNCIA DE ASSENTAMENTOS RURAIS DE BANANEIRAS-
PB**

JOÃO PESSOA
2020

JOSILENE RODRIGUES DA SILVA

**UM OLHAR DE GÊNERO PARA OS PROCESSOS EDUCATIVOS DE
EMPODERAMENTO DE MULHERES NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA DE
ASSENTAMENTOS RURAIS DE BANANEIRAS- PB**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação do Centro de Educação, da Universidade Federal da Paraíba-UFPB, na linha de pesquisa Estudos Culturais da Educação, como requisito para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Profa. Dra. Jeane Félix da Silva

JOÃO PESSOA
2020

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

S586o Silva, Josilene Rodrigues da.

Um olhar de gênero para os processos educativos de empoderamento de mulheres no exercício da presidência de assentamentos rurais de Bananeiras-PB / Josilene Rodrigues da Silva. - João Pessoa, 2020.

100 f. : il.

Orientação: Jeane Félix da Silva.
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CE.

1. Educação. 2. Empoderamento. 3. Mulheres camponesas.
4. Gênero. I. Silva, Jeane Félix da. II. Título.

UFPB/BC

CDU 37(043)

JOSILENE RODRIGUES DA SILVA

**UM OLHAR DE GÊNERO PARA OS PROCESSOS EDUCATIVOS DE
EMPODERAMENTO DE MULHERES NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA DE
ASSENTAMENTOS RURAIS DE BANANEIRAS- PB**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação do Centro de Educação, da Universidade Federal da Paraíba, na linha de pesquisa Estudos Culturais da Educação, como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Educação.

Aprovada em ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Jeane Félix da Silva– Orientadora (UFPB/PPGE)

Profa. Dra. Maria Eulina Pessoa de Carvalho (UFPB/PPGE)

Profa. Dra. Ana Paula Romão de Sousa Ferreira (UFPB)

Profa. Dra. Vândiner Ribeiro (UFRN/PPGE)

JOÃO PESSOA
2020

A todas as pessoas que lutam incansavelmente por igualdade de gênero e às mulheres líderes de assentamentos rurais que contribuíram com esta pesquisa.

AGRADECIMENTOS

Chegou aquele momento da escrita desta dissertação em que devo parar e agradecer aos companheiros e companheiras de jornada acadêmica, e de modo especial àquelas pessoas(anjos) que ficaram nos “bastidores”, mas que sem elas esta dissertação não estaria sendo concluída. Então vamos lá!

Tenho em minha vida alguém muito especial que me cuida, orienta, dá forças e coragem para lutar por tudo que almejo. Nossa amizade vem de longe e a cada dia sinto que sem ele eu não estaria onde estou. Nas nossas conversas, o chamo de Paizinho do céu e a quem agradeço todos os dias por todo amor e discernimento dado a mim. Esse Pai colocou anjos na minha vida que me apoiaram ao longo do Mestrado e em outros momentos também. Obrigada Paizinho do céu por não me deixar cair...

Ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba pelo ensino e competências de seus(as) profissionais docentes, e especialmente por me ensinar a fazer balbúrdia.

Ao Grupo de Estudos de Gênero e Sexualidade-GESSEX, coordenado pela Professora Dra. Jeane Félix; ao Grupo de Estudos de Gênero Diversidade e Inclusão-GEDI coordenados pelas professoras Maria Eulina Pessoas de Carvalho e Jeane Félix. Agradeço de modo especial ao GESSEX que me acolheu em 2017. Foi por meio deste grupo que tive a oportunidade de conhecer mais a respeito da temática gênero e pude decidir o que de fato queria estudar no mestrado.

A todos os professores e professoras que contribuíram com minha formação acadêmica e profissional. Em especial às professoras da Educação de Jovens e Adultos (EJA) que acreditaram em mim e me incentivaram a continuar estudando. **Gilvanisa Maia, Dasdores França e Eliete Cardoso**, a vocês os meus sinceros agradecimentos.

As professoras e amigas **Aiene Rebouças Fernandes** (mãe Aiene), **Lucicléa Lins Teixeira** (Lucy), **Aparecida Afonso Valentim** e **Luciene Chaves Aquino**, minha eterna orientadora (risos). Obrigada por estarem ao meu lado nos momentos de alegria e de tristezas. Gratidão pela amizade, carinho, risos, ensinamentos e por serem espelhos do tipo de profissional que eu desejo ser. Por me mostrarem que ética, justiça, respeito e humildade andam juntas e são fundamentais no trato com os(as) discentes. Amo vocês!

Ao grupo de orientação composto por: **Lívia Montenegro, Priscila Canuto, Rodolfo Pereira, Elaine** e **Adj Jefferson** que entre um biscoito e outro, compartilhamos os prazeres da vida acadêmica.

Ao Programa de Bolsas de Extensão- PROBEX do campus III da UFPB coordenado pelas professoras Lucicléa Lins Teixeira, Aiene Rebouças Fernandes e Luciene Chaves aqui. Aos colegas de PROBEX: **Maria José, Fábio Rocha e José Fábio** pelas viagens aos assentamentos, pelos risos e alegrias, pelos momentos de partilha de saberes.

À família que a vida me deu. **Ana Virgínia e Augusto Bezerra, Laís, Moura Neto e Gisélia Bezerra**. A vocês que não mediram esforços para me ajudar a realizar meus objetivos, toda minha gratidão pelo incentivo, carinho, apoio dado ao longo dessa jornada (e de outras).

À minha família que Deus me deu para que junto com eles(as) eu pudesse evoluir espiritualmente, a aprender o significado do termo perdão. Meu pai **José Manuel** (Doda) também presidente de assentamento. Obrigada por ser meu pai!

À minha mãe **Maria Santana Rodrigues** (*In memoriam*). Gostaria de hoje estar dividindo esse momento com a senhora, mas infelizmente mais uma vez foi preciso que houvesse separações para então acontecer o aprendizado, pois foi com a senhora eu aprendi por meio das ausências a ser presente na vida das pessoas que amo, aprendi a perdoar e a deixar a vida seguir seu fluxo. Obrigada por ser minha mãe!

À minha irmã **Josilete Rodrigues** (Lete); **Genival Rodrigues e Evangelista Rodrigues** (Din) pelo incentivo e por acreditarem também nos meus sonhos. A vocês todo meu amor, carinho, amizade e gratidão por fazerem parte dessa história. Vocês perfumam minha vida.

Aos amigos e amigas que o grupo de estudos Gessex me trouxe. **Rafaela Ferreira** pelas conversas, desabafos e partilha de saberes. **Rodolfo Pereira** pelas alegrias e risos que traz ao grupo e pelos *helps* com o abstract.

À **Priscila Canuto** (primeira pessoa que conheci no Gessex) pelo cuidado que tem com nossa saúde física e mental. Pela hospedagem quando precisei ficar em João Pessoa, pelo carinho, conselhos, dicas de leitura e pelas deliciosas comidinhas saudáveis. *Namastê, Pri!*

A **Adjefferson Silva** pela dedicação, amizade, carinho e disponibilidade em me ajudar nos momentos de aflições acadêmicas. Especialmente por me mostrar que a vida não se resume à academia e que uma cerveja gelada aos sábados é o melhor rivotril que existe. Te gosto imensamente!

A nossa avulsa **Ludmila Lins** que mesmo estando distante fisicamente se fez presente e compartilhou comigo os sabores e dissabores de uma pós-graduação. Algumas madrugadas

são testemunhas das angústias divididas, do carinho recíproco e da imensa vontade de concluir tudo a tempo. Também estou sempre na torcida por você!

À **Livia Montenegro** pelas partilhas e *gifts* engraçados e bom humor quando o mundo estava desmoronando. Seguimos firmes nos apoiando!

Às amigas irmãs que a vida me deu e que floresciam meu viver. **Tamires Moura, Eliseuda Neves, Elidiana Neves, Patrícia Agripino, Janiele e Sandra Maria**. Vocês são uma parte muito importante da minha vida e é com vocês que quero dividir este momento tão especial. À **Maria Anita** por todo cuidado e *helps* nos momentos de aperto e angústias, por ser amiga e confidente fiel. Pelas alegrias compartilhadas e preocupação diante das minhas ausências. Minha gratidão e carinho pela amizade. Obrigada por me tirarem de casa para tomar vinho e rir. Serei sempre grata por toda a alegria que trazem ao meu viver.

A vocês amigos e amigas dedico este trecho de um poema que diz assim:

*[...]O amigo: um ser que a vida não explica
Que só se vai ao ver outro nascer
E o espelho de minha alma multiplica...
(Vinicius de Moraes)*

À **Joecia Verlange** cúmplice, amiga e companheira de vida. Parceira de alegrias e tristeza, obrigada pelo apoio, pelo carinho, pela paciência (muita paciência), pelo incentivo e por fazer dos meus os teus sonhos e objetivos. Por compreender minhas ausências, pela dedicação e cuidado. Pelo o amor e afeto, sem os quais a vida não teria sentido.

Cecília Meireles em 1930 publicou um texto intitulado “Qualidades do professor”, no qual em um dos trechos ela diz que ser professor(a) é [...] *ter o coração para se emocionar diante de cada temperamento. E ter imaginação para sugerir. E ter conhecimentos para enriquecer os caminhos transitados*[...]. Com este trecho eu agradeço a minha orientadora **Jeane Félix** pela parceria desses últimos dois anos; pelo privilégio de conviver com você, pelos ensinamentos e puxões de orelha (risos) e dicas de leitura e escrita; pelo convite para participar do GESSEX em 2017, pela acolhida não só no grupo de estudos, mas também das minhas ideias para a pesquisa de mestrado.

Às mulheres presidentas que colaboraram com a realização desta pesquisa. Sem elas eu não teria conseguido escrever este texto. Por compartilharem comigo aspectos de suas vidas, segredos, medos, encantos e desencantos. Obrigada pelo café, sucos e doces que gentilmente me ofereceram. A vocês minha eterna gratidão!

A Antônio mototaxista que me levou aos seis assentamentos e pacientemente me esperava enquanto eu trabalhava.

A todos e todas os meus sinceros agradecimentos!

Eu sou aquela mulher a quem o tempo muito ensinou. Ensinou a amar a vida e não desistir da luta, recomeçar na derrota, renunciar a palavras e pensamentos negativos.

(Cora Coralina)

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ACS- Agente Comunitário de Saúde

BDTD- Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações

CNS- Conselho Nacional de Saúde

CPT- Comissão Pastoral da Terra

CRAS- Centro de Referência de Assistência Social

EJA- Educação de Jovens e Adultos

ECE- Estudos Culturais da Educação

EMATER- Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

ENE- Educação Escolar

FNDE- Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

GDE- Gênero e Diversidade na Escola

GEDI- Grupo de Estudos de Gênero Diversidade e Inclusão

GESSEX- Grupo de Estudos de Gênero e Sexualidade

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INCRA- Instituto Nacional Colonização e Reforma Agrária

INSS- Instituto Nacional do Seguro Social

LDBN- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MG- Minas Gerais

MMC- Movimento de Mulheres Camponesas

MM- Movimento de Mulheres

MST - Movimento Sem Terra

NIPAM- Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Ação Sobre Mulher e Relações de Sexo e Gênero

ONG- Organização Não Governamental

ONU- Organização das Ações Unidas

PROBEX- Programa de Bolsas e Extensão

PB- Paraíba

PIB- Produto Interno Bruto

PNAD- Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio

PNAE- Programa Nacional de Alimentação Escolar

PPGE- Programa de Pós-Graduação em Educação

SEBRAE- Serviço Brasileiro de Apoio as Micro e Pequenas Empresas

SECAD/MEC-Secretaria de Educação a Distância e Diversidade

TCLE-Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

PRONATEC-Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

UEPB-Universidade Estadual da Paraíba

UFPB-Universidade Federal da Paraíba

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Localização geográfica da cidade de Bananeiras-PB -----	44
Figura 2: Mapa dos assentamentos rurais do município de Bananeiras-----	45
Figura 3: Esquema metodológico de análise -----	48
Figura 4: Categorias de análise-----	49

QUADROS DEMONSTRATIVOS

Quadro demonstrativo 1: perfil das presidentas -----53

Quadro 2: Categorização das entrevistas -----85

RESUMO

Esta dissertação lança olhares para as mulheres camponesas líderes de assentamentos rurais e tem por finalidade: analisar os processos educativos de empoderamento de mulheres presidentas de assentamentos rurais de Bananeiras, na Paraíba. Este estudo, de cunho qualitativo, parte da premissa de que os processos de empoderamento de mulheres camponesas são processos educativos, atravessados por relações de gênero, nos quais os elementos fundantes do sistema patriarcal ainda se fazem presentes. O material empírico foi produzido a partir de seis entrevistas semiestruturadas com mulheres que ocuparam a presidência de assentamentos rurais no município de Bananeiras/PB, sendo duas ex-presidentas e quatro presidentas em exercício. As entrevistas foram analisadas a partir de quatro eixos, sendo: a) Chegada à presidência; b) Processos educativos na liderança do assentamento; c) Sentidos atribuídos à educação; d) Aprendizagens de gênero. Apesar destas mulheres ocuparem cargos de exercício de poder, o processo de empoderamento nessa função se constitui como um desafio na medida em que: as mulheres estão ocupando os espaços porque os homens não tem mais interesse em ocupá-los; conseqüentemente, há um processo de desvalorização do cargo; as mulheres assumem a presidência, em geral, de uma associação precarizada e sem recursos, acarretando em uma presidência mais representativa do que efetiva; sobressai uma perspectiva “materna”, do amor e cuidado com os assentados. De todo modo, conclui-se que, mesmo com esses desafios, a ocupação do cargo tem um peso significativo para estas mulheres que se tornam lideranças em seus assentamentos. A ocupação da presidência de assentamentos se constitui para elas como processos educativos, dentre eles, em relação às aprendizagens de gênero. Tais aprendizagens modificam a percepção dessas mulheres sobre elas mesmas fato que, conseqüentemente, ocasiona transformação nas suas formas de se constituírem como mulheres. Pode-se afirmar, a partir disso, que o empoderamento de mulheres é um exercício árduo, gradativo e inconstante, experienciado de diferentes formas.

Palavras-chave: Gênero. Empoderamento. Educação. Mulheres Camponesas.

ABSTRACT

This dissertation takes a look at peasant women leaders of rural settlements and aims to: analyze the educational processes of empowerment of women presidents of rural settlements in Bananeiras, Paraíba. This qualitative study is based on the premise that the empowerment processes of peasant women are educational processes, traversed by gender relations, in which the founding elements of the patriarchal system are still present. The empirical material was produced from six semi-structured interviews with women who held the presidency of rural settlements in the municipality of Bananeiras / PB, two former and four acting presidents. The interviews were analyzed from four axes, as follows: a) Arriving at the presidency; b) Educational processes in the settlement's leadership; c) Meanings attributed to education; d) Gender learning. Despite these women occupying positions of exercise of power, the process of empowerment in this function constitutes a challenge insofar as: women are occupying spaces because men are no longer interested in occupying them; consequently, there is a process of devaluation of the position; women assume the presidency, in general, of a precarious association and without resources, resulting in a presidency that is more representative than effective; a "maternal" perspective of love and care for the settlers stands out. In any case, it is concluded that, even with these challenges, the occupation of the position has a significant weight for these women who become leaders in their settlements. The occupation of the presidency of settlements constitutes for them as educational processes, among them, in relation to gender learning. Such learning changes the perception of these women about themselves, a fact that, consequently, causes transformation in their ways of constituting themselves as women. It can be said, from this, that the empowerment of women is an arduous, gradual and fickle exercise, experienced in different ways.

Keywords: Gender. Empowerment. Education. Peasant Women.

SUMÁRIO

1 PALAVRAS INTRODUTÓRIAS -----	17
2 DOS APORTES TEÓRICOS QUE SUSTENTAM ESTE TRABALHO: GÊNERO E EMPODERAMENTO DE MULHERES -----	28
2.1 Empoderamento de mulheres: um conceito necessário -----	32
2.2 Entrelaçamentos entre o campo e o rural: desafios e potencialidades -----	37
3 PERCURSOS METODOLÓGICOS -----	42
3.1 <i>Lócus</i> da pesquisa -----	44
3.2 Procedimentos técnicos da pesquisa: a realização das entrevistas -----	45
<i>3.2.1 Tratamento das entrevistas</i> -----	47
<i>3.2.2 Categorias e subcategoria de análise</i> -----	49
3.3 Estradas percorridas -----	50
3.4 Levantamentos de outras produções científicas a respeito de empoderamento de mulheres camponesas -----	51
3.5 Perfil das presidentas -----	52
4 ANÁLISES E RESULTADOS -----	58
4.1 Processos educativos de empoderamento -----	58
4.2 Aprendizagens de gênero -----	64
4.3 Sentidos de educação e escolarização -----	68
4.4 Processos de chegada à presidência -----	73
<i>4.4.1 Aprendizagens de gênero no âmbito de atuação no assentamento</i> -----	75
<i>4.4.2 Aprendizagens de gênero no âmbito da formação</i> -----	79
4.5 Apontamentos para o empoderamento nas relações de gênero -----	84
CONSIDERAÇÕES FINAIS -----	88
REFERÊNCIAS -----	91
APÊNDICE A- Termo de Consentimento Livre e Esclarecido- TCLE -----	97
APÊNDICE B- Roteiro das entrevistas -----	100
ANEXO A - Parecer do Comitê de Ética -----	102

1 PALAVRAS INTRODUTÓRIAS

[...] ela teimou e enfrentou o mundo. Se rodopiando ao som dos bandolins. Como fosse um lar seu corpo a valsa triste. Iluminava e a noite caminhava assim [...].
(MONTENEGRO, 1980).

O trecho “*ela teimou e enfrentou o mundo*”, presente na música *bandolins*, de Oswaldo Montenegro, utilizada como epígrafe para iniciar esta parte do texto, me faz lembrar das minhas vivências como mulher oriunda do meio rural que, por vezes, precisou “enfrentar o mundo” nas figuras do meu pai, da minha mãe, de familiares e dos olhares públicos. Embora meu pai fosse meu “amigo” e me apoiasse em (quase) tudo que fazia, ele também não aceitava que eu brincasse com os meninos, o que eu achava mais divertido. Assim como as mulheres participantes desta pesquisa, minha trajetória também é marcada por processos de empoderamento, sendo o mestrado, neste momento, o resultado desses processos.

Nesse sentido, esta dissertação trata dos processos educativos experienciados por mulheres que chegaram à liderança de assentamentos rurais, no município de Bananeiras-PB, e suas contribuições para o empoderamento destas mulheres no campo das relações de gênero. Trata-se de uma pesquisa que articula os Estudos de Gênero aos processos educativos desenvolvidos por mulheres que ousam fugir de lugares culturalmente atribuídos a elas.

O início desta construção textual até poderia ser diferente, mas não seria um texto sincero, ao passo que não representaria a teimosia que perpassa a vida de muitas mulheres, inclusive a minha. Teimar e enfrentar o mundo são alternativas que, muitas de nós, mulheres, temos para resistir às gaiolas sociais que nos prendem como se fôssemos pássaros aprisionados.

Essa música não é apenas a minha preferida, mas é também aquela que me lembra de que, todos os dias, preciso abrir as portas da gaiola, voar e enfrentar o mundo que insiste em me dizer que não devo sair só nas ruas, que diz que “meu lugar” é em casa. Assim, estas linhas também se constituem em um breve relato da minha caminhada e das aprendizagens de gênero que foram me constituindo como mulher ao longo da minha vida. Marcaram meu corpo, meus passos, minha linguagem, meus sonhos e, conseqüentemente, minha trajetória acadêmica.

Reconheço gênero como uma construção social tecida no enfrentamento do sexismo, do machismo e do patriarcado. Nesta dissertação, o conceito de gênero é trabalhado, a partir Maria Eulina Pessoa de Carvalho (2010), como uma construção histórica, sociocultural e

educacional das noções de feminilidade e masculinidade, que visa desnaturalizar as diferenças e denunciar as desigualdades entre os sexos (p.5). Esse conceito aponta que as desigualdades entre homens e mulheres são sociais, culturais e não naturais ou biológicas. Com isso, não estou desconsiderando a materialidade biológica de constitui binariamente homens e mulheres, mas indicando que as diferenças de caráter biológico não podem justificar desigualdades de quaisquer tipos. Nessa direção, Marlise Matos (2015) aponta que as relações de gênero são um elemento “constitutivo das relações sociais baseadas nas diferenças hierárquicas que distinguem os sexos e são, portanto, uma forma primária de relações significantes de poder” (p. 97- 98). Assim, gênero é o meio pelo o qual, cultural e historicamente, as sociedades têm se estruturado e organizado suas relações de poder. Dessa forma, com base nas autoras supracitadas, compreendo gênero como uma construção social hierarquizada, materializada por meio de relações de poder que estruturam as desigualdades entre homens e mulheres, com privilégios para eles. Minha trajetória, assim como a das demais mulheres, foi atravessada por situações que envolvem as questões de gênero.

Na infância e parte da adolescência, costumava ouvir mamãe dizer frases como: “sente direito”, “feche as pernas”, “menina não brinca com menino”, “não joga bola”, “você parece um macho”. Frases como essas são repetidas, cotidianamente, para meninas em toda a parte. Em uma cultura como a nossa, as meninas e mulheres (assim como também os meninos e homens) vão sendo educadas(os)¹ dentro de regras sociais muito definidas: a eles, o público, os espaços de exercícios de poder; a nós, os espaços privados, a educação das crianças, os cuidados com as pessoas da família. Esses marcadores de gênero são ensinados cotidianamente pelas diversas instituições sociais.

As frases eram ditas pela minha mãe porque o “mundo rosa” não me atraía e, de acordo com as expectativas sociais a mim atribuídas, por ser mulher, eu não me encaixava. Os banhos de rio, as brincadeiras com bolinhas de gude, pescarias, caças e montarias à cavalo eram (e ainda me parecem ser) bem mais interessantes do que as brincadeiras com bonecas e casinhas consideradas “coisas de meninas”. As bonecas não tinham vida, os cavalos sim. Para que chorar na escola quando outra criança tentava me bater se e eu podia revidar e bater também? Mas isso não era coisa de menina! Naquela época, eu não fazia a menor ideia do porquê de tais proibições, sabia apenas que elas me incomodavam e, por isso, eu as burlava.

¹Como opção política e pedagógica que se inscreve no campo dos estudos feministas opto, nesta dissertação, por utilizar a linguagem não sexista, isto é, aquela que marca e destaca as mulheres em contraponto à linguagem institucionalizada pelas normas cultas da língua portuguesa que ratificam o masculino genérico para referir-se a todas as pessoas, sem destacá-las (SILVA, 2012).

Não aceitava as limitações que me eram impostas e fazia (quase) tudo que tinha vontade. As falas que eu ouvia e as distinções entre brincadeiras e comportamentos entre de meninos e meninas se configuraram como aprendizagens que relacionadas, diretamente ao contexto cultural em que cresci.²

Minha vida, assim como imagino que a da maioria das pessoas, tem sido marcada por desafios que me fizeram amadurecer. Após a separação dos meus pais, não aceitei a ideia de morar com minha madrasta e acabei saindo de casa com catorze anos. Naquela época, acreditava que ter meu próprio dinheiro faria a diferença e, nesse sentido, comecei a trabalhar para me sustentar. Fui babá durante algum tempo, e isso foi o diferencial na minha vida, pois foi aquela família (a quem hoje tenho como minha também) que me deu suporte e apoio para voltar a estudar, já que estava fora da escola há dois anos. Voltar para escola não me parecia uma ideia muito agradável, mesmo assim, voltei a estudar e me tornei aluna da Educação de Jovens e Adultos (EJA). Foi na EJA que, em 2004, concluí o ensino fundamental. Cursei o ensino médio na Escola Normal de Bananeiras, pois vi, nessa instituição, não só a possibilidade de cursar o ensino médio, mas também a chance de ser normalista³.

É importante apontar que só fui matriculada na escola aos 9 anos de idade e que tive dificuldades para ser alfabetizada. Costumo dizer que a professora dos anos iniciais me apresentou as letras, mas que a alfabetização veio com a vida, por meio da curiosidade que eu tinha de saber o que significavam aquelas palavras que vinham ao lado das fotos das atrizes e pessoas famosas mostradas pelas revistas Cláudia e Caras que eu gostava de ver. Isso porque, na casa em que fui morar para trabalhar como babá, a circulação de revistas, jornais e gibis era grande e, aos poucos, me apaixonei pelos gibis, e foi a partir deles que, de fato, aprendi a ler. Enquanto exercitava a leitura através dos gibis, o caderno de rabiscos de poemas e um velho diário no qual eu escrevia (com erros de grafia), secretamente, minhas angústias e frustrações, não só pelo fato de viver longe dos meus irmãos e irmãs, mas também por não entender o porquê de ter que assumir tantas responsabilidades tão cedo. No fundo, eu queria brincar, mas sabia que precisava ter meu próprio sustento. Isso se deu entre os anos

²Embora, durante a minha infância e fase escolar nos anos iniciais do ensino fundamental, comportamentos mais agressivos fossem comuns entre algumas crianças e brigas na escola acontecessem com frequência, me posiciono contra todo e qualquer tipo de violência.

³Denominação dada aos discentes do Curso Normal, também conhecido como Magistério ou Pedagógico, sendo um tipo de habilitação para o magistério na educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental, conforme aponta o artigo 62 Lei Diretrizes e Bases da Educação (LDB) “A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura plena, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nos cinco primeiros anos do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade normal”(BRASIL,2018,p. 41). No Brasil, a primeira Escola Normal foi criada em 1835 em Niterói, no Rio de Janeiro.

de 1999 e 2002. Assim, quando voltei a estudar como aluna da EJA, já tinha certa intimidade com a leitura e a escrita.

Em 2005, aos dezoito anos, vivi a experiência de um casamento, que me trouxe ainda mais inquietações acerca do meu lugar como mulher no mundo. Aquela experiência me fez perceber que a ideia de ter uma casa e um marido não me fazia tanto sentido. No mesmo ano em que me casei, fui estudar na Escola Normal de Bananeiras, minha primeira formação como professora, uma vez que nessa instituição o ensino é voltado para formação de professores(as) habilitados(as) a lecionar no ensino na educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental. O ingresso na Escola Normal não foi um acaso ou falta de opção. Foi a realização de um sonho! Na infância, ouvia mamãe falar das meninas que usavam saias longas em certa escola e quando fui morar “na cidade”, passei a vê-las todos os dias, e isso me fascinava. Talvez a magia estivesse no tom compenetrado delas, na farda que dizia muito daquelas pessoas. Para mim, aquelas vestimentas significam algo muito importante: elas seriam professoras. Hoje, percebo que aquelas fardas significavam parte da identidade de estudante, normalista e de futura professora e, no meu interior, ansiava pelo dia em que também usaria aquelas roupas e seria uma normalista. Eu sabia que a escola em que elas estudavam era uma instituição de formação de professores(as) mas ainda não tinha dimensão do que isso iria significar na minha vida.

A farda escolar, em algumas instituições de ensino, assim como em outros espaços sociais, tem um significado todo especial. Na escola, ela identifica o(a) discente que não necessariamente se identifica com a farda ou com a instituição. Em se tratando da Escola Normal, por exemplo, uma instituição que, devido às atuais normas de formação de professores/as, está em extinção, mesmo possuindo outrora certo prestígio social, a farda é sinônimo de decoro, uma vez que a saia, “mantida num comprimento ‘decente’ no interior da escola”, conforme aponta Guacira Lopes Louro (2000, p.12), confere às alunas e aos alunos certa formalidade e decência. Assim, ela é um artefato cultural que, por um lado, pode contribuir com a constituição de identidades e, por outro, exercer certo controle dos corpos dos(as) discentes, na medida em que os(as) obriga a homogeneizar as vestimentas, excluindo características identitárias individuais que se manifestam pela escolha das roupas.

Na Escola Normal na qual cursei o magistério, tive a oportunidade de conhecer componentes curriculares que me fizeram gostar da ideia de ser professora, entre eles: História da Educação, Filosofia da Educação e, especialmente, Didática. Sentia-me feliz quando ouvia alguém dizer “ela vai ser professora”. A partir daí, a ideia de fazer faculdade passou a permear meus pensamentos.

Assim, em 2010, fui aprovada nos cursos de Licenciatura em Pedagogia pela Universidade Federal da Paraíba - UFPB, Campus III, em Bananeiras e de Licenciatura em História pela Universidade Estadual da Paraíba - UEPB, sendo este último o curso mais desejado. No entanto, o casamento me impedia de sair de casa todas as noites para outra cidade e, por esta razão, escolhi estudar Pedagogia, já que era em Bananeiras, cidade em que eu vivia na época e até hoje. Atualmente, consigo avaliar que a Pedagogia foi a melhor escolha que eu fiz. “*Como se fosse um lar*”, a Pedagogia trouxe poesia para minha vida, alento nos dias difíceis e a possibilidade de crescimento profissional. Não era mais uma normalista e sim uma futura pedagoga. A primeira mulher da família (paterna e materna) a fazer um curso superior, e isso era motivo de orgulho para meus irmãos e irmã.

Ao iniciar a escrita desta proposta investigativa, fui provocada a pensar na seguinte pergunta: em que momento fui atravessada pelas construções de gênero? Posso dizer que tais construções sempre fizeram parte da minha vida, embora eu não soubesse seus significados conceituais, mas acredito que foi em 2012, momento em que me divorciei e assumi os rumos da minha história, que a compreensão de gênero passou a fazer parte da minha vida de forma mais consciente. Vi-me rotulada e repreendida por ter optado pelo fim casamento e fui excluída de alguns grupos de “amigos(as)”. Foi, então, que percebi que meu valor, para muitas pessoas, estava no título de mulher casada, esposa de alguém. Naquele momento, estava ‘sem nome’. Contudo, pássaros aprisionados também sabem cantar e, aos poucos, fui alcançando novos voos e voei.

Entrar no curso de Pedagogia foi fundamental para o meu processo de empoderamento, que se deu por meio das experiências já citadas e, especialmente, nos cursos, projetos de pesquisa, extensão e monitorias, dos quais fiz parte durante a graduação. A partir desses e de outros processos, fui modificando minha própria vida e rompendo com algumas das imposições sociais existentes, experimentando processos de empoderamento, ainda que não tivesse conhecimento sobre os sentidos desse termo.

O conceito de empoderamento é amplo e muito caro aos estudos feministas e de gênero em uma perspectiva crítica. O empoderamento é um processo situacional, implicado em relações culturais, políticas, de poder e de gênero. Para Magdalena León e Carmen Deere (2002, p. 20), trata-se do “resultado de uma ação, que varia de acordo com cada situação específica”. Ou seja, uma mulher pode ser empoderada no espaço público, ocupando um cargo de destaque, por exemplo, e no ambiente privado viver uma relação de submissão ao companheiro. Neste sentido, o empoderamento é um exercício, um estado e não algo fixo e

permanente. O conceito de empoderamento é central nesta dissertação e, por isso, será retomado em outras partes do texto, particularmente nas análises.

O empoderamento, neste trabalho, não se restringe à ocupação de pessoas, neste caso específico, mulheres, de cargos ou funções de poder, mas dos processos e relações de poder que permitem a essas mulheres o exercício dessas funções. Ou seja, não tomo o empoderamento em um sentido simplista no qual bastaria que uma mulher ocupasse cargos de poder para que ela fosse/estivesse empoderada. Reconheço, contudo, que o simples fato delas estarem nessas posições é um importante sinalizador de mudança na lógica que localiza os homens como principais sujeitos de poder. Ou seja, problematizo o empoderamento a partir dos processos culturais que legitimam espaços/lugares/posições tradicionais de poder.

As vivências até aqui mencionadas têm contribuído com o meu próprio processo de empoderamento, o que pode me ajudar a conhecer e problematizar processos de empoderamento vividos por outras mulheres, a exemplo das mulheres camponesas, sujeitos deste estudo (e sobre as quais falarei mais adiante) que, muitas vezes, burlam as barreiras do preconceito e do machismo e conseguem exercer funções de poder, ocupando espaços tradicionalmente estabelecidos para os homens. Cabe destacar que o exercício do empoderamento e o fato de algumas mulheres conseguirem transgredir lugares de gênero a elas socialmente destinados não significam que o machismo e as desigualdades de gênero acabam. Porém, não podemos deixar de reconhecer que, quando uma mulher ocupa um espaço de exercício de poder que antes era ocupado apenas por homens, algo se movimenta e se modifica nas relações de gênero e que isso significa um importante passo para o enfrentamento das desiguais oportunidades que, em uma sociedade machista como a nossa, são disponibilizadas para homens e mulheres. Isso porque o machismo é estrutural, institucional, cultural, histórico e, embora muitas mulheres sejam/estejam empoderadas em determinados espaços, possivelmente passarão, pelo simples fato de serem mulheres, por experiências de desrespeito, deslegitimação, violência institucional, simbólica etc.

Entre as minhas próprias experiências de empoderamento, vivenciei, em 2010, especificamente no segundo período da graduação, a oportunidade de participar de um Curso, ofertado pelo NIPAM⁴, intitulado “Cinema, Diversidades e Educação do projeto Aprender em Paz-Educação para Prevenção a Violência na Escola”. Até então, as palavras, gênero,

⁴Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Ação sobre Mulher e Relações de Sexo e Gênero. Incorpora pesquisadoras e pesquisadores interessadas(os) em questões de gênero e sexualidade. Informações sobre o NIPAM estão disponíveis em: <https://www.ufpb.br/nipam>. Cabe indicar que, atualmente, como mestranda, estou vinculada a esse Núcleo.

machismo, violência contra mulher não tinham muito sentido para mim. As desigualdades de gênero, existentes em nossa sociedade, me afetavam, porém o “despertar” para a criticidade e flexibilidade sobre essas temáticas passaram fazer parte do meu cotidiano apenas após o curso. Assim, foi por meio dele que dei os primeiros passos na articulação entre as discussões de gênero e as minhas vivências. Após os debates promovidos no curso, fui percebendo que existem muitas construções sociais, culturais e históricas atribuídas a nós, mulheres, na tentativa de nos prender. Compreendi o que estava por trás das falas de mamãe, apesar de continuar sem aceitá-las. Mas foi, de fato, com a especialização em Gênero e Diversidade na Escola - GDE⁵, que passei a enxergar que a sociedade me cobrava um determinado padrão de comportamento vinculado a um modelo de mulher “ideal” e que esses parâmetros são absolutamente exigentes, castradores e, em geral, inalcançáveis.

Em 2014, concluí a graduação e no mesmo ano passei na seleção para o curso de especialização em Gênero e Diversidade na Escola, também promovido pelo NIPAM, que foi organizada por módulos. Nessa especialização, cursei o módulo intitulado Gênero, no qual alguns textos me chamaram bastante atenção, entre eles: **Gênero e sexualidade nas pedagogias culturais**: implicações para a educação infantil e, escrito por Jane Felipe de Souza (2011); **Mau aluno, boa aluna?** Como as professoras avaliam meninos e meninas, de autoria de Marília de Carvalho Pinto (2001); **Educação sexual**: precisamos falar sobre Romeo... Iana, Roberta e Emilson, escrito por Wellington Soares (2015). O livro modular utilizado pelo GDE (2009) continha textos a respeito de diversas temáticas, incluindo gênero. Eles me chamaram bastante atenção, sobretudo aqueles que falavam sobre brincadeiras de meninos e meninas, o que foi essencial para que eu me interessasse ainda mais pelos estudos de gênero.

Aos poucos, passei a entender que, cultural e historicamente, um conjunto de características e comportamentos diferenciados é atribuído tanto aos homens quanto às mulheres, desde antes de seu nascimento. No curso, aprendi que há um “mundo cor de rosa” e uma “casinha de bonecas” que, muitas vezes, buscam ensinar às meninas atitudes como docilidade, meiguice, doçura; e um “mundo azul” que se ocupa de ensinar aos meninos características como dureza e falta de sensibilidade. Em outros termos, há aprendizagens de

⁵Curso de Especialização em Gênero e Diversidade na Escola (GDE), desenvolvido na modalidade educação a distância, com carga horária de 360 horas, aprovado pela antiga Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão do Ministério da Educação (SECADI/MEC) e vinculada à Rede Nacional de Formação Continuada dos Profissionais do Magistério da Educação Básica Pública. No âmbito da UFPB, o Curso foi desenvolvido sob responsabilidade do Centro de Educação - CE, por meio do NIPAM e da Unidade de Educação a Distância – UFPB.

gênero que são acionadas para ensinar mulheres e homens que existem espaços específicos para cada sexo, sem que sejam problematizados esses lugares, como se fossem parte da “natureza” de cada um (a). Contudo, concordo com Marlise Matos (2015) quando indicam que o natural precisa ser questionado e desnaturalizado. A ideia de natural associada às questões de gênero é problemática porque essencializa mulheres e homens como se elas e eles tivessem, por natureza, que ocupar determinados lugares que, não à toa, privilegiam os homens em detrimento das mulheres. Tal visão é questionada pelos estudos de gênero, que compreendem que os lugares estabelecidos na estrutura social para mulheres e homens são construções sociais que, em geral, beneficiam os homens.

Ainda sobre minha jornada acadêmica, em 2016, tive a oportunidade conhecer a professora Jeane Félix⁶ para a qual manifestei meu desejo de participar de seu grupo de estudos sobre gênero. Assim, logo veio o convite para conhecer o Grupo de Estudos de Gênero e Sexualidade (GESSEX)⁷, coordenado por ela. A entrada nesse grupo foi importante devido à oportunidade que tive de conhecer algumas das produções acadêmicas de autores(as) do campo dos estudos de gênero, tais como: Joan Scott, Chimamanda Ngozi, Linda Nicholson, Dagmar Mayer, Maria Eulina Carvalho, entre outros(as), contribuindo para que eu entendesse melhor o conceito de gênero. Em 2018, após entrar no curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPB, me vinculei ao Grupo de Estudos de Gênero, Diversidade e Inclusão (GEDI), o qual me encontro, atualmente, vinculada.

Como tenho mostrado até aqui, foi por meio da Educação que pude escapar de algumas normas impostas a mulheres como eu, oriundas do campo. Assim, cabe destacar que foi durante a execução de um projeto de Extensão (Probex), intitulado “Memórias das lutas camponesas⁸”, que surgiram algumas das inquietações as quais me levaram a esta investigação. Este projeto, ao qual ainda estou vinculada como colaboradora, me possibilitou conhecer um pouco mais sobre a organização dos assentamentos rurais de Bananeiras. Logo, me senti incomodada com a falta da fala de algumas mulheres e da invisibilidade das ações

⁶Professora vinculada ao Departamento de Habilitações Pedagógicas - Centro de Educação/Universidade Federal da Paraíba; coordenadora e docente da Linha de Pesquisa Estudos Culturais da Educação do Programa de Pós-graduação em Educação da UFPB e orientadora desta Dissertação.

⁷GESSEX é o nome informal dado ao grupo de estudos vinculado ao NIPAM e ao Grupo de Estudos de Gênero, Educação, Diversidade e Inclusão-GEDI desde 2016.

⁸Projeto de extensão ainda em andamento coordenado pela professora Lucicléa Lins Teixeira do Departamento de Educação do campus III da UFPB, situado em Bananeiras-PB. É desenvolvido nos onze assentamentos rurais de Bananeiras com a finalidade de conhecer as lutas das ligas camponesas por terras. Esse projeto me possibilitou conhecer melhor a história do local onde nasci bem como as histórias dos assentamentos adjacentes.

realizadas por elas nas falas das pessoas entrevistadas pelo Projeto, mesmo quando se tratava de mulheres que concediam entrevistas.

Para escapar e romper com algumas amarras de gênero que nos modelam, é necessário exercitar estratégias de empoderamento que nos permitam ocupar espaços de poder, atuar nos mais variados campos profissionais e fazer escolhas em relação às nossas vidas e a tudo o que nos diz respeito. Diante de minha trajetória optei, no mestrado, por compreender como ocorrem os processos educativos de empoderamento de mulheres presidentas dos Assentamentos Rurais de Bananeiras, interior da Paraíba. Como mulher, feminista, pedagoga, professora, filha de um assentamento rural e, agora, pesquisadora/mestranda em Educação, assumo um posicionamento profissional, ético e político de que problematizar os padrões culturais e normas de gênero.

A partir de Lorena de Lima Moraes (2016), percebi que em geral, em relação às mulheres do campo, suas vivências passam pela experiência do casamento e da maternidade muito cedo, o que as limita, muitas vezes, a uma vida restrita ao mundo do lar, da família e da agricultura. Tais fatores podem contribuir para reforçar e conformar aquelas mulheres dentro dos padrões socialmente esperados para elas. Em contrapartida, existem aquelas que fogem às regras, escapando das identidades fixas e cristalizadas, reconstruindo-se individual ou coletivamente, como apontam Catiane Cinelli e Elisiane de Fátima Jahn (2011), entre os diferentes espaços de atuação vistos tradicionalmente como sendo de mulheres, não são comuns os de liderança política e exercício de poder.

Cada vez mais, que a chave para o deslocamento de posições de poder entre homens e mulheres está na educação. Assim, no âmbito desta dissertação, é fundamental analisar e problematizar questões de gênero, educação e empoderamento de mulheres presidentas dos assentamentos rurais de Bananeiras.

Desse modo, esta dissertação parte das seguintes **questões de pesquisa**: como se desenvolvem os processos de empoderamento de mulheres presidentas de assentamentos rurais no município de Bananeiras - PB? Quais são os processos educativos que contribuem para o exercício do poder dessas mulheres? De que modo o gênero atravessa e constitui o exercício de poder por essas mulheres? Quais sentidos atribuem à educação e à escolarização? De que forma concebem o empoderamento?

A partir de tais questões, esta dissertação possui o seguinte **objetivo geral**: analisar os processos educativos de empoderamento de mulheres presidentas de assentamentos rurais de Bananeiras, na Paraíba. Para tanto, apresento os seguintes **objetivos específicos**:

- a) compreender os processos de chegada das mulheres à presidência dos assentamentos, bem como os processos educativos relacionados às suas respectivas atuações;
- b) refletir sobre as aprendizagens de gênero que atravessam as vivências delas como presidentas dos assentamentos;
- c) conhecer os sentidos atribuídos à educação e à escolarização pelas mulheres estudadas;
- d) investigar se os processos educativos que envolvem as aprendizagens advindas das suas atuações na presidência dos assentamentos têm contribuído para o empoderamento dessas mulheres no que concerne às relações gênero.

Tomando como ponto de partida as problemáticas e os objetivos delimitados, essa dissertação esta dissertação estruturou-se da seguinte forma: Nesta seção introdutória, intitulada “**Palavras introdutórias**”, procurei problematizar as relações de gênero e empoderamento a partir da minha própria história de vida e da forma como fui me empoderando (ou não) por meio das vivências que resultaram na superação de muitas barreiras, dentre elas as de cunho social que, muitas vezes, se apresentaram como fator decisivo na tomada de decisões. Assim, apresento minhas implicações com esta pesquisa, como e porque surgiu o interesse neste tema, a problemática e os objetivos da investigação.

Em seguida, na segunda seção intitulada, “**Dos aportes teóricos que sustentam este trabalho: gênero e empoderamento de mulheres**” apresento os conceitos centrais desta investigação, quais sejam: **gênero**, **empoderamento** e **educação**, tomando como foco de análise as discussões que abarcam a realidade de mulheres no contexto rural. Para a construção dessa discussão, dialogo com os/as seguintes autores/as: Caldart (1997), Schneider (1997), León (1997), Carvalho; Andrade e Menezes (2009), Louro (2011), Carvalho e Rabay (2015), dentre outros/as.

Na terceira seção, intitulada de **Caminhos investigativos e seus percursos metodológicos**, apresento os passos e caminhos metodológicos percorridos nesta pesquisa, que buscou, por meio da realização de entrevistas semiestruturadas com seis mulheres que estão ou estiveram em exercício na presidência de assentamentos rurais no município de Bananeiras/PB, com vistas a analisar os processos educativos que permeiam as aprendizagens de gênero e que podem (ou não) contribuir para processos de empoderamento dessas mulheres no tocante às relações de gênero. As entrevistas me permitiram contar e analisar as histórias contadas por Marta, Dilma (ex presidenta), Margarida, Elizabeth, Benedita (ex presidenta) e Cristina, nome fictícios atribuídos às participantes desta pesquisa.

A última seção traz as “**Análises e resultados**” das entrevistas realizadas com as seis mulheres participantes desta pesquisa. As entrevistas foram analisadas a partir de quatro

eixos, sendo: a) Chegada à presidência; b) Processos educativos na liderança do assentamento; c) Sentidos atribuídos à educação; d) Aprendizagens de gênero. Ao final das análises, realizei uma categorização das falas em busca de sintetizar os principais apontamentos identificados em cada eixo, bem como seus possíveis direcionamentos para refletir sobre a questão do empoderamento destas mulheres no tocante às relações de gênero. Por fim, apresento as considerações finais a respeito dessa dissertação.

2 DOS APORTES TEÓRICOS QUE SUSTENTAM ESTE TRABALHO: GÊNERO E EMPODERAMENTO DE MULHERES

*Eu sou aquela mulher que fez a escalada da montanha da vida,
removendo pedras e plantando flores.
(CORA CORALINA, 1997, p. 145)*

As palavras da poeta⁹ brasileira Cora Coralina (1889–1985) têm muitos significados para mim. Um deles é o fato de que muitas de nós mulheres, paulatinamente, estamos escalando as “montanhas” da vida, as “montanhas” sociais e, para isso, precisamos remover as “pedras” que nos foram impostas (social, cultural e historicamente) e plantar flores (que seriam as estratégias de resistência e resiliência das quais, muitas de nós, precisamos lançar mão todos os dias). Um dos motivos que me fizeram optar também pela música Bandolins, neste texto, é o fato de existir, nas falas das mulheres, muita alegria. Existe, nos embates e lutas travadas por elas, uma esperança e a satisfação em ajudar as demais pessoas do assentamento. Longe de serem mulheres frágeis, elas mostram que “escalando montanhas” também se baila, valsa e rodopia, como mostra a seção 5 desta dissertação.

Reconheço que já conquistamos muitos espaços que antes eram ocupados apenas por homens. Hoje, já somos Chefes de Estado, gestoras em empresas públicas e privadas, ocupamos cargos políticos, entre outros postos de poder que anteriormente eram exclusivos dos homens. Mesmo assim, ainda persistem as desigualdades de gênero que tendem a colocar as mulheres em situação de inferioridade quando comparadas com os homens e também por desigualdades entre as próprias mulheres, brancas e negras, do campo e da cidade, por exemplo, Carlos Aurélio Pimenta de Faria (2005).

Um ponto importante a ser destacado é que: ocupar espaços de chefia não significa acabar com as desigualdades de gênero, entendida a partir de Carvalho; Fernando César Bezerra de Andrade e Cristiane Sousa de Menezes (2009, p.17) como a “desvalorização das expressões femininas. exclusão de mulheres de posições de privilegio e poder”. As desigualdades de gênero ainda têm características seculares, uma vez se sustentam no machismo e no patriarcado que estruturam nossa sociedade, e romper com elas é um desafio

⁹Utilizo a palavra poeta para me referir a uma mulher que convencionalmente seria chamada de poetisa, assim como manda a norma culta da língua. É necessário observar que as palavras carregam consigo certo peso e nomear é algo histórico e cultural. Adriene Savazoni Morelato (2017, p. 29) afirma que a palavra “poetisa traz em si um contexto de exclusão e diferenciação em sua raiz”. Por outro lado, sinto que usar o termo poeta é também uma forma de valorização das mulheres no meio literário, não é por acaso que a grande poeta brasileira Cecília Meireles rejeitava com fervor o termo poetisa e fazia questão de ser chamada de poeta.

ainda longe de ser superado. Apesar de alguns avanços, tradicionalmente, ainda são dados como naturais que para as mulheres caberia o mundo privado e para os homens, o universo público. Conforme aponta Losandro Antônio Tedeschi e Sirley Lizott Tedeschi (2019, p. 49):

Ao contrário dos homens, as mulheres foram ensinadas a “cuidar” de todos os familiares, menos delas, a serem guardiãs dos laços e da tradição. [...] Essas práticas culturais trazem consigo pressupostos éticos e histórico filosóficos, dentre os quais uma imagem de relações hierarquizadas entre o mundo doméstico e o mundo público[...].

Contudo, como foi dito, algumas mulheres conseguem superar algumas desigualdades e ocupar espaços de poder, entre essas, localizam-se as presidentas dos assentamentos rurais de Bananeiras. Essas mulheres enfrentam os diversos limites impostos para mulheres em uma cultura machista e assumem para si as rédeas de suas próprias vidas, mas isso não acontece simplesmente, demandando diversos investimentos individuais e coletivos para propiciar empoderamento de mulheres como elas. Existem diversos fatores que podem contribuir para isso, entre eles, a Educação. Assim, como pesquisadora e filha de um desses espaços liderados por mulheres, reconheço a importância de refletir sobre os processos educativos de empoderamento de mulheres, desenvolvidos sempre no âmbito da cultura.

Nesta dissertação, abordo o conceito de educação não em sua forma escolar, mas na perspectiva da Educação Não Escolar (ENE). Para Dinora Zucchetti e Eliana Moura (2016), a educação é o que acontece para além dos muros da escola ou no seu interior, mas que vem ressaltado do caráter eminentemente curricular. A educação não escolar que é desenvolvida, “geralmente, à margem do sistema educacional age em complementaridade à escola, uma vez que assume caráter “extraclasse” mediante um entendimento de que educar extrapola a instituição escolar” (MOURA; ZUCCHETTI, 2016, p. 16). Isto é, são os processos ensino e de aprendizagem que acontecem fora das instituições de ensino oficiais, mas que não deixam de ter uma intencionalidade. Cabe também observar que a Educação Não Escolar não exclui a escolar, pelo contrário, elas se completam.

Embora Maria da Glória Gohn (2013) trabalhe com a perspectiva de Educação Não Formal, também recorro a ela para compreender melhor o que é e o que não é a educação escolar. Gohn (2013) corrobora com essa discussão ao afirmar que esse tipo de educação (chamada, por ela, de não formal) abarca saberes e aprendizados gerados ao longo da vida, por meio de experiências sociais, políticas e culturais.

Para José Leonardo Rolim de Lima Severo (2015) a educação escolar e a educação não-escolar são processos educativos distintos, e embora situados em contextos diferentes, estão ligados. Para o autor, a educação não escolar não seria não formal uma vez que demanda organização, planejamento e intencionalidade educativa e, nessa perspectiva, “conta [com] processos institucionalizados em diversos setores sociais, passando a influenciar de modo mais incidente a formação humana” (SEVERO, 2015, p. 7).

Na perspectiva dos Estudos Culturais, campo no qual esta dissertação foi construída, o conceito de identidade assume um caráter multidimensional, histórico e plural no qual os indivíduos podem assumir várias identidades sem necessidades de fixação de alguma delas. De acordo com Tomaz Tadeu (2014), a identidade, nessa perspectiva, existe a partir de certa instabilidade, inacabamento e permanente (re) construção. Contudo, a perspectiva de identidade camponesa, que se constrói a partir de pressupostos da Educação Popular, a identidade é tomada em um caráter mais fixo. Roseli Salette Caldart (1997) indica que, as construções identitárias camponesas se dão a partir de um “modo de vida produzido e cultivado na experiência dos movimentos sociais, do jeito de ser e de viver dos trabalhadores, do jeito de produzir e reproduzir a vida, da mística, dos símbolos, dos gestos, da religiosidade, da arte” (p.49). Nessa perspectiva, haveria a identidade camponesa seria construída na relação com seu lugar de origem, cujo sentimento de pertença ao território perpassa os costumes e comportamentos.

Para Ana Paula Romão (2010), “ser camponesa ou camponês é ter identidade de “campo”, e não apenas do “rural”. O campo é uma associação mais direta com a terra, do que o rural” (p. 99). Contudo, ressalto que a identidade de uma pessoa do campo também se articula a outros marcadores sociais como gênero, raça, geração, contudo, a identidade camponesa, parece ser a marca identitária mais forte. No campo, o patriarcado também opera com efeitos desiguais entre homens e mulheres, nesse sentido, problematizar as relações entre gênero e identidade camponesa se faz pertinente, particularmente porque as mulheres, assim como os/as camponeses/as, não configuram uma categoria universal.

O patriarcado figura de forma marcante entre homens e mulheres em nossa cultura, com destaque para a vida do campo, contexto desta pesquisa. O patriarcado, para Heleieth Saffioti (2015, p. 59), se configura como “um tipo hierárquico de relação que está presente em todos os espaços sociais e que é uma relação civil e não privada [...]. O patriarcado é um caso específico das relações de gênero, onde estas são desiguais e hierárquicas.” Ou seja, o patriarcado é um sistema de poder que se sustenta a partir de relações hierarquicamente desiguais entre homens e mulheres, com privilégios para eles (SAFFIOTI, 2015).

O patriarcado se constitui e ganha força na cultura. São as naturalizações de lugares diferenciados e desiguais para homens e mulheres, no âmbito de nossa cultura, que vão consolidando o patriarcado. Por meio da cultura, vamos aprendendo a reforçar lugares tradicionalmente associados a homens e mulheres, sem problematizá-los. As aprendizagens de gênero são transmitidas de geração para geração e isso abarca tanto homens quanto mulheres.

A partir das ações travadas pelos movimentos sociais de mulheres (incluindo as camponesas) e feministas, têm sido empreendidos esforços no sentido de questionar, tensionar e modificar desigualdades entre mulheres e homens, partindo, sobretudo, da compreensão de que nossas identidades são construídas socialmente e historicamente, não sendo, portanto, características biológicas, relacionadas ao sexo. Louro (2011, p. 69) afirma que o “grande desafio talvez seja admitir que todas as posições sociais são circunstanciais, que nenhuma é natural ou estável e que mesmo as fronteiras entre elas estão se desvanecendo”.

Para Maria Eulina Pessoa de Carvalho e Glória Rabay (2015, p. 121-122), gênero é uma “construção social e cultural, estrutura e relação de desigualdade, marcador de identidade dominante/dominada, subjetividade.” Assim, gênero perpassa todos os aspectos da vida de homens e mulheres, sendo marcado por relações de poder desiguais com desvantagem para elas. Nessa perspectiva, compreendo gênero como um campo bastante rico em possibilidades investigativas que perpassam todas as áreas de conhecimento (MATOS, 2008). Trata-se de um campo relacional que faz parte de nossas vidas a partir da fecundação quando, de modo geral, em nossa cultura, pai, mãe, família e amigos(as) passam a criar um mundo para a criança, separando esse mundo em dois: um para meninas e outro para meninos, rosa e azul, respectivamente. Na luta pela desconstrução desses binarismos e pela igualdade de gênero, destaco a importância dos movimentos feministas e dos estudos de gênero, com especial destaque para aqueles oriundos do campo, que buscam valorizar as mulheres em nossa sociedade.

Os estudos de gênero surgem como uma ferramenta interdisciplinar capaz de promover debates acerca dos mais diversos assuntos, tais como: violência contra mulher, educação, trabalho, reprodução, entre outros. Como venho dizendo, é inegável que muitas conquistas já foram alcançadas e, como afirma Marlise Matos (2008, p. 23), ao olharmos para trás, podemos perceber o quanto já caminhamos e temos “mais a comemorar do que a lastimar.” Preciso ressaltar também que foi a partir da epistemologia feminista que as primeiras produções problematizaram os conhecimentos de cunho hegemônico produzidos

pela burguesia ocidental (MATOS, 2008). Dessa forma, tem-se, nos estudos feministas, uma “produção de conhecimentos capaz de questionar e trabalhar na desconstrução de verdades sob a égide do pensamento patriarcal, ocidental, burguês, heteronormativo, masculino e repleto de machismos”, ou seja, produções que tensionem as construções sociais de gênero.

Na perspectiva com que venho trabalhando neste texto, as relações de gênero se constituem como relações de poder. Segundo o Dicionário de Língua Portuguesa (2008), dentre as definições encontradas, poder é definido como “ter autoridade, ter força para; ter permissão para; ser capaz de dominar” (p.998), definição assumida por algumas correntes teóricas de cunho mais tradicional. Conforme aponta Miriã Capra (2017), etimologicamente, a palavra poder vem do latim vulgar *potere*, em substituição ao sentido latim clássico *poss*, que vem a ser a contração de *potis esse* significa “ser capaz” de. Esse conceito é utilizado em diversas áreas de conhecimento, especialmente, pelas ciências humanas. Podemos entender poder como as manifestações de correlação de forças centralizadas que estão/são centradas no controle, na opressão que sugere um dominador(a) e um dominado(a), exercido nas estruturados das relações sociais, culturais, econômicas, gênero, classe, etnia, políticas e de orientação sexual, mas que não são estruturas prontas, acabadas e sim que circulam dentro desses marcadores.

É nessa perspectiva de movimento e circulação que abordo o conceito de empoderamento de mulheres, conforme explico no próximo item.

2.1 Empoderamento de mulheres: um conceito necessário

Discutir e problematizar questões de gênero, em interface com a Educação e os processos de empoderamento de mulheres é importante uma vez que as mulheres, apesar dos vários avanços conquistados pelas lutas feministas nos últimos anos, ainda se encontram em desvantagem no que tange à ocupação de espaços de exercício de poder (CARVALHO; ANDRADE; MENEZES, 2009). Sem dúvidas, o exercício da presidência em um assentamento rural é uma forma de empoderamento das mulheres que ali estão, uma vez que é o(a) presidente quem lidera os processos de tomada de decisão que afetam todas e todos que vivem no assentamento. Contudo, esse exercício de poder não foi algo dado, mas conquistado por essas mulheres que têm histórico de engajamento coletivo e político com os assentamentos.

Cabe destacar que, em muitos desses assentamentos, os homens foram se desinteressando pela presidência, o que pode ter sido motivado pela falta de recursos,

particularmente financeiros, e pela falta de incentivo por parte do governo para os(as) agricultores(as), assim como as exigências dos bancos para a concessão de empréstimos para os(as) assentamentos, o que se configura como motivo de abandono não só pelos líderes, mas por muitas das famílias de camponeses. É importante observar que, em alguns casos, as mulheres chegam à presidência por meio de disputa eleitoral com os homens. Tem também aquelas que se sentem tocadas e continuam à frente do assentamento porque não existe ninguém que queira assumi-lo e isso significa evitar possíveis deserções. De fato, diante do exposto, ao ocupar a presidência de um assentamento, a mulher ocupa um espaço de empoderamento.

O conceito de empoderamento origina-se do inglês *empowerment* (empoderar) e foi usado pela primeira vez em 1977 pelo psicólogo norte-americano Julian Rappaport (1990) no contexto da psicologia comunicativa. Magdalena León¹⁰ (1997, p.3), a qual afirma que, ao se empoderarem, as pessoas “adquirem o controle de suas vidas, conquistam a habilidade de fazer coisas e definir suas próprias prioridades¹¹” (tradução minha). Assim, empoderar-se é tomar para si os rumos de sua vida, mesmo diante de uma gama de obstáculos que existem, ainda mais quando se é mulher. Esse processo de empoderamento depende não somente de características individuais, mas dos contextos nos quais essas mulheres estão inseridas. Duque-Arrazola (2004, p. 228) entende o empoderamento como um poder que parte da pessoa, sendo capaz de “empoderá-la, de desenvolver um poder desde si que implica o sujeito individual”. O empoderamento pode ser entendido, nessa perspectiva, como uma força que surge interiormente e é motivado por fatores sociais.

Magdalena León (1997) apresenta quatro formas distintas de poder, sendo elas: a) **poder sobre:** diz respeito à dominação/ manipulação, ao poder mais comum, familiar e em geral quando se fala em relações de poder, se pensa nesse tipo; b) **poder para:** este é mais amplo e serve para incluir mudanças por meio de uma pessoa em um grupo ou coletivo por ela liderado, podendo, nessa forma, haver maiores possibilidades de resistências e manipulações. Diz respeito a capacitação; c) o **poder com:** refere-se ao poder exercido por um grupo quando em busca de soluções para seus problemas. É um poder colaborativo e, por

¹⁰ Escolhi operar especialmente com empoderamento a partir do entendimento da professora Magdalena de León pelo fato dela utilizar esse termo especificamente nos estudos com mulheres rurais. Suas pesquisas também destacam e estabelecem um enfoque de gênero nas políticas de redistribuição que permitiram o reconhecimento do trabalho das mulheres no mundo rural e agrário ao reivindicar a posse da terra para as mulheres como a chave para o desenvolvimento e a luta contra a pobreza.

¹¹ Ad quieran el control de sus vidas, logren la habilidad de hacer cosas y de definir sus propias agendas. (LEÓN, 1997, p. 07).

último, o **poder desde dentro**¹² que representa as capacidades e habilidades para resistir ao poder de outros (as). Poder interior. Tal resistência acontece contra ordens ou demandas por parte do dominador, considerando-se, assim, que empoderamento e poder estão diretamente ligados. Este é o exercício de poder, seja poder sobre sua própria vida ou sobre outras vidas (LÉON, 1997, p. 12). (tradução minha).

Em uma perspectiva mais ampla, o empoderamento de mulheres pode transpor o espaço privado do lar/doméstico e se consolidar (ainda que em passos lentos) nas esferas públicas. Isso acontece na medida em que a participação feminina é ativa em movimentos, na conscientização na sociedade, na atuação nas estâncias governamentais e, também, com a criação de organizações da sociedade civil. Contudo, não é apenas isso que indica que as mulheres estão transpondo o espaço doméstico. Os processos de empoderamento – sejam eles da ordem de quaisquer das perspectivas expostas por Léon, quais sejam: poder sobre, poder para, poder com ou o poder desde dentro – contribuem para quem muitas mulheres transgridam algumas das estruturas construídas socialmente para silenciá-las, controlá-las e restringi-las ao lar. De todo modo, observo que nenhuma forma de controle é absoluta e que “sempre” haverá algum espaço, mesmo reduzido, que possibilitará o exercício da autonomia.

Em relação ao uso do termo empoderamento, em diálogo com Magdalena León (1997), percebi que o uso desse conceito pelos movimentos feministas tem suas raízes na importância que a ideia de poder ganhou nos movimentos sociais, bem como para as ciências sociais nas últimas décadas. Desde então, campanhas de apoio e fortalecimento de ações que incentivam o empoderamento de mulheres têm aumentado. Um exemplo importante vem da ONU Mulheres Brasil e da Rede Brasileira do Pacto Global (2015, p.3) que desenvolveram uma cartilha para ilustrar os sete princípios para o empoderamento das mulheres adaptados aos contextos das brasileiras. Dentre eles, destaco um que me parece ser o mais completo, a saber: “empoderar mulheres e promover a equidade de gênero em todas as atividades sociais”. Embora os princípios destacados na cartilha focalizem mais o empoderamento de mulheres no que tange ao mundo dos negócios empresariais, a equidade de gênero, é algo mais amplo. Cabe ressaltar que muitas mulheres não têm consciência das discussões e lutas em torno das desigualdades de gênero e da necessidade de processos de empoderamento de

¹²El poder sobre es el más familiar y común y, en general, cuando se habla en relaciones de poder, se piensa en este tipo[...]. Este poder sirve para incluir cambios por medio de una persona o grupo líder a actividad en otros e incrementa su ánimo. En esencia es un poder reductivo, aunque puede haber resistencia y manipulación[...]. Este poder aprecia especialmente cuando un grupo presenta solución sus problemas. Se refiere a que el todo puede ser superior a las partes individuales[...].er representa la habilidad para resistir el poder de otros, mediante el demandas indeseadas. (LEÓN, 1997, p.12).

mulheres, isso se deve a diversos fatores que vão desde a geografia à cultura na qual as mulheres estejam inseridas.

Os processos de empoderamento se iniciam no interior dos indivíduos quando há um reconhecimento da situação que os(as) oprime e que, a partir daí, mobilizem individual e coletivamente para mudar as relações de poder na qual estiverem inseridos(as). O poder interior é aquele que pode abrir caminhos, “fendas” que possibilitem a cada pessoa encontrar “brechas” para resistir a todos os mecanismos de poder que as oprime.

Tradicionalmente, as mulheres têm sido ensinadas a naturalizar as desigualdades de gênero. Segundo Bourdieu (2014), seria uma espécie de “impotência aprendida”. A educação, como o campo dos movimentos de ensino e aprendizagem tem sido responsável por ensinar submissão, opressão e impotência às mulheres, com especial destaque para as mulheres do campo. Por outro lado, o poder interior quando acionado (seja for a motivação) se torna uma também um mecanismo de resistência. Empoderamento é, então, uma conquista da autonomia e autodeterminação.

O termo empoderamento tem sido bastante utilizado nos discursos de órgãos governamentais, de organizações da sociedade civil, por agências de cooperação e também por parte de instituições unilaterais como é o caso do Banco Mundial, entre outros órgãos que se utilizam desse conceito para e do termo empoderamento, Cecília Maria Bacellar Sardenberg (2009), sendo uma das palavras preferidas em campanhas de cunho social.

Jorge Romano (2002) e Magdalena León (2002) apontam para uma possível despolitização do termo empoderamento, causado por usos equivocados, uma vez que esses órgãos não estariam preocupados com a dimensão política do conceito. León (2002) ainda chama atenção para a falta de consenso que existe em torno das discussões referentes ao uso e significado do conceito de empoderamento e afirma que “o uso do termo empoderamento por parte do feminismo tem suas raízes na importância adquirida pela ideia de poder, tanto para os movimentos sociais como para as teorias das ciências sociais nas últimas décadas (p. 22). (tradução minha)¹³

No Brasil, especialmente no âmbito educacional, o conceito passou a ser usado na década de 1980 quando foi traduzido pelo educador Paulo Freire¹⁴. Hoje é amplamente utilizado por quase todos os grupos e movimentos sociais que buscam participação social.

¹³El uso del término empoderamiento por parte del feminismo tiene sus raíces en la importancia adquirida por la idea de poder, tanto para los movimientos sociales como para la teoría de las ciencias sociales en las últimas décadas” (LÉON, 2002, p. 22).

¹⁴Paulo Freire (1970) deu nova versão ao termo empoderamento. Para ele, os grupos oprimidos deveriam se empoderar-se a si mesmo, o que está ligado mais ao que chamamos de emancipação humana.

Sua utilização pelos movimentos feministas que lutam por igualdade de gênero é ampla, porém não é exclusiva (MATOS, 2008). No contexto da educação brasileira, especialmente na educação popular, Freire abordou o empoderamento das classes sociais menos favorecidas por meio da conscientização da realidade vivida, atribuindo um sentido de transformação ao conceito. Transformação de classe social, em âmbito coletivo, uma vez que para Freire a transformação, a liberdade e o empoderamento são fatos que acontecem coletivamente, isto é, “ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho: os homens se libertam em comunhão”. (FREIRE, 1997, p. 97). O libertar-se coletivamente seria os resultados de trabalho, ações e denota que todos os indivíduos estariam nutrindo um só desejo: o de mudar, sair da opressão, mas para isso eles(as) precisam se perceber oprimidos(as) e isso se dar por meio da educação libertária. Vale indicar que a tomada de consciência acerca da realidade vivida não significa necessariamente que ele(a) irá ter forças, meios ou condições (das mais diversas ordens) para lutar por liberdade, o que é, na perspectiva do autor, impossível sem que se tenha minimamente consciência acerca da própria realidade (FREIRE, 1986). A perspectiva trazida por Freire é bastante presente nos processos educativos desenvolvidos no âmbito da educação do campo, que tomam como referência a educação popular conforme abordada pelo autor.

Freire preconizou uma pedagogia para as classes sociais menos abastadas, a qual ele denominou de “Pedagogia do Oprimido” (2005) na qual ele apresenta uma discussão a respeito da necessidade e das condições para que os indivíduos se libertam em comunhão, em um processo que poderíamos chamar de empoderamento coletivo. Para alcançar o empoderamento, nesse sentido, as massas precisavam se unir em torno de uma causa. A educação passa a ser um meio pelo o qual homens e mulheres se percebem como seres históricos e culturais capazes de transformar/modificar sua realidade. Paulo Freire e Ira Shor (1986) apontam para os equívocos a que termo empoderamento pode conduzir, o que foi explicitado por Pedrinho Guareschi. Ali, o empoderamento:

Deve ser tomado não no sentido de dar poder a alguém, em que o sujeito “recebe” de outro algum recurso (com merecimento dele ou sem), dentro de uma perspectiva individualista, mas no sentido de ativar a potencialidade criativa de alguém, como também de desenvolver e potencializar a capacidade das pessoas(2010, p. 245).

Isto é, empoderamento além de ser um ato psicológico, é também político e social, considerando que os indivíduos são intrinsecamente sociais e políticos. Assim o empoderamento para Paulo Freire se dá a partir do ativamento de potencialidades de alguém,

o que denota o caráter processual do empoderamento. Essa “ativação” de potencialidades acontece nas/pelas interações sociais nas quais nós, seres humanos, construímos mutuamente. Em suma, para Freire(1986), empoderamento é um processo que emerge das interações sociais, possível apenas a partir de um olhar crítico e problematizador da realidade, que permite descobrir as brechas que podem permitir alcançar algum nível de conscientização e essa conscientização é o que possibilita algum poder para transgredir e iniciar algum processo de transformação individual e coletivo. E isso poderá (ou não) conduzir ao exercício do empoderamento.

No âmbito da vida (e das lutas) rural(is), o empoderamento também assume dimensões vastas, especificamente, no tocante às mulheres participantes desta pesquisa. Nesse caso, empoderar-se é tomar para si as rédeas de suas vidas e, ainda, liderar seus assentamentos em relação aos aspectos organizacionais, educativos, administrativos, bem como de todos os assuntos relativos aos assentamentos. Elas são mulheres que têm representatividade em seu meio, indicando para o exercício, por elas, de processos de empoderamento individual e coletivo. Os processos de empoderamento das mulheres camponesas possuem especificidades, porque trata-se de um contexto com aspectos próprios, conforme passo a explorar a seguir.

2.2 Entrelaçamentos entre o campo e o rural: desafios e potencialidades

Inicialmente, é importante destacar que aquilo que tomamos como campo hoje não é o mesmo de algumas décadas atrás. Os espaços rurais já sofreram interferências diretas das áreas urbanas, das mídias digitais e de objetos tecnológicos, Sergio Schneider (2010). Posso dizer que talvez não exista mais um meio rural totalmente apartado do que acontece nas zonas urbanas. Nesse sentido, existem novas ruralidades que emergem com as novas formas de ser e estar no campo, que diferem das gerações passadas. Tais mudanças também estão modificando os comportamentos das pessoas que residem no campo, assim como a cultura camponesa também ganhou novos formatos (SCHNEIDER,1997).

De acordo com Silas Nogueira de Melo (2011), no meio acadêmico, a sociologia foi a ciência que introduziu as distinções e debates entre o rural e o urbano, campo e cidade, nas primeiras décadas do século XX. Contudo, os espaços do campo têm se dinamizado e já não são os mesmos descritos nesses estudos sociológicos. São inegáveis as contribuições da sociologia sobre as discussões entre rural e urbano, especialmente por parte da sociologia rural norte-americana dos anos 1970. No entanto, Schneider (1997, p.239), ao analisar a crise

da Sociologia Rural, observou as importantes contribuições da sociologia para essa discussão e apontou que a área da sociologia que se ocupa em estudar esses espaços deve criar um arcabouço teórico conceitual mais amplo que seja capaz de abarcar todas as transformações e (re)configurações pelas as quais os espaços rurais e também urbanos vem passando, especialmente a partir da década de 1970, quando as áreas rurais passam a ser pauta dos debates nas academias de forma mais efetiva.

Tais transformações e (re)configurações, dentre outras coisas contribuíram para diminuir a distância, não apenas geográfica, entre rural e urbano, mas também se verificou que o rural assimilou com certa velocidade os costumes, as culturas, entre outros aspectos tipicamente urbanos. Em parte, isso se deve ao poder de consumo de mídias e produtos eletroeletrônicos (e outros), especialmente, a televisão e o rádio que eram, para muitos e muitas camponeses(as), as formas mais comuns de acessar os diversos jeitos de ser cidade (SCHNEIDER, 1997). Por outro lado, esse processo pode ter impulsionado e contribuído para a assimilação por parte dos sujeitos do campo dos ritos, estilos, cultura e costumes da cidade.

É justo mencionar que desafios e problemas das mais diversas ordens que existe no meio rural são fatores que culminaram naquilo que Milton Santos (2007, p. 20) chamou de “desruralizações, migrações brutais desenraizadoras, a urbanização galopante e concentradora” como causas de grandes transformações que vêm marcando de forma brusca tanto o meio urbano como o rural. Milton Santos (2007) aponta também que, em nenhum outro país, esses processos acontecem contemporâneos e concomitantes como no Brasil.

No que diz respeito à educação, essas áreas foram marcadas pelo desinteresse por parte dos governos. É na zona rural que é comum se ter as piores estruturas escolares, é o lugar em que a merenda escolar demora mais para chegar e onde as aulas se iniciam mais tarde (CALDART, 1997).

Assim sendo, para algumas famílias que moram no meio rural, colocar seus filhos e suas filhas para estudar “na cidade” é algo inviável por fatores não só econômicos, mas também pela concepção de educação que esses pais e mães possuem. Para eles(as), muitas vezes, existe a necessidade de ajudar no trabalho da roça, o que pode ser decisivo na vida estudantil de crianças, adolescentes e adultos/as que moram no campo. Por diversos fatores, grande parte das escolas situadas no campo tem ofertado apenas educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental, obrigando aos que desejam continuar seus estudos a se locomoverem até a cidade mais próxima, o que nem sempre é possível para essas crianças/jovens e suas famílias, conforme indicam Odimar João Peripol e Alceu Zoia (2011).

Sem querer adentrar as questões de migrações, aspecto muito presente na vida de quem mora nos assentamentos, devido a fatores como violência, seca e falta de oportunidades de trabalho, muitas mulheres e homens acabam saindo da zona rural e passam a morar ou trabalhar nas cidades, situações já visibilizadas a partir de conversas nos primeiros contatos com as mulheres informantes desta pesquisa¹⁵. Cabe destacar que esse também foi o meu caso na medida em que, devido aos fatores já explicados na introdução deste trabalho, saí de casa aos catorze anos, em busca de algo que eu nem sabia ainda o que era. A partir dessa trajetória, tornei-me feminista, mestranda e professora que enxerga na Educação uma ponte para o empoderamento das mulheres, tendo a igualdade de gênero, o reconhecimento e autonomia das mulheres como luta de vida, uma vez que são as desigualdades de gênero ainda são muito marcadas nesses meios (LEÓN, 1997).

Pensar em educação na contemporaneidade é pensar em sujeitos emergentes de novas concepções de conhecimento, é conceber os indivíduos, ao mesmo tempo, como seres históricos, singulares, coletivos e políticos, agentes sociais (MATOS, 2008), construídos/as em seus contextos. Parto, então, do entendimento de que a Educação é um campo vasto, que acontece prioritariamente dentro das escolas, mas não se limita a elas. Acontece, assim, em todos os espaços sociais e de relações humanas.

Desse modo, inseridas no meio rural, as mulheres presidentas de assentamentos e que foram participantes desta pesquisa, exercem funções de liderança e se inserem em espaços de poder situam homens e mulheres em lugares distintos. Quanto à organização social, os assentamentos rurais caracterizam-se por relações pessoais, face a face e por laços de vizinhança, em que o envolvimento interpessoal pode ser completo e direto. Além disso, Herbene Pimenta (2018, p. 263) aponta que “são grupos de pessoas que sofrem com a exclusão social, semelhante a tantos outros grupos no Brasil e no mundo”. No que se refere às mulheres, nos movimentos de trabalhadores e trabalhadoras do campo, apesar de exercerem funções de poder, elas também vivenciam desigualdades de gênero, o que ocorre porque o machismo e as desigualdades de gênero são culturais e estruturantes da nossa sociedade.

No âmbito das lutas do povo do campo, faz sentido distinguir assentamento e acampamento rural. De acordo com Roseli Salete Caldart; Isabel Brasil Pereira; Paulo Alentejano e Gaudêncio Frigotto (2012), assentamento diz designa um conjunto de projetos

¹⁵Os primeiros contatos com as mulheres para apresentar a pesquisa começaram em maio de 2018. Explicarei esse aspecto na seção em que apresento a metodologia.

de Reforma Agrária “com base nos instrumentos de desapropriação por interesse social de imóveis rurais que não cumprem a sua função social” (p. 112). Os assentamentos são um conjunto de unidades agrícolas interdependentes entre si que, em geral, são originais em terras que eram utilizadas para criação de animais bovinos. Esse é o caso de parte dos assentamentos onde realizei esta pesquisa - dentre eles, o assentamento onde cresci¹⁶,

Jáder Ferreira Leite e Magda Dimenstein (2006) corroboram com assertiva de que a expressão assentamento rural data de meados de 1960 como “referência em relatórios de programas agrários oficiais executados na América Latina”, isso para referir-se a transferência de imóvel rural de uma pessoa (proprietário) de determinado grupo de famílias de trabalhadores rurais sem-terra ou com pouca terra. No caso de todos os assentamentos onde a pesquisa foi realizada, os(as) assentados(as) eram moradores(as) das terras em que trabalhavam para os(as) antigos(as) donos(as).

O acampamento é segundo Pimenta (2018) um “espaço de luta e resistência e se caracteriza como a “materialização de uma ação coletiva que torna pública a intencionalidade de reivindicar o direito à terra para produção e moradia” (p. 23). São espaços de luta e resistências exercidas coletivamente, como assembleias, gestão de trabalho, bem como a manutenção dos(as) acampados(as). Acampamento é uma forma que determinados grupos ou movimentos, a exemplo o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) se mobilizarem em prol de uma causa coletiva, sendo um importante instrumental no processo de conquista da terra. É importante observar o protagonismo das mulheres camponesas nesses espaços tanto dos assentamentos quanto nos acampamentos, conforme aponta Ivanilson Batista da Silva (2016).

No tocante à dimensão educacional, dados Instituto Brasileiro de Geografia e Estatístico-IBGE (2019) apontam a grande desigualdade escolar existente entre as mulheres, segundo a cor ou raça: 23,5% das mulheres brancas têm ensino superior completo, um percentual 2,3 vezes maior que o de mulheres pretas ou pardas (10,4%) que concluíram esse nível de ensino (IBGE,2019). Cabe indicar que esses dados não apontam distinção entre as mulheres do campo e da cidade.

¹⁶ Desapropriado em 1995 quando o fazendeiro Mozart Bezerra vendeu as terras nas quais criava grande quantidade de gado ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária-INCRA, autarquia federal, cuja missão prioritária é executar a reforma agrária e realizar o ordenamento fundiário nacional. Criado pelo Decreto nº 1.110, de 9 de julho de 1970, atualmente o Incra está implantado em todo o território nacional por meio de 30 superintendências regionais. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/institucional_abertura>.

Nas áreas rurais, as disparidades também são grandes quando se trata das mulheres, particularmente no que diz respeito à educação escolar, quando consideramos fatores como baixa e nenhuma escolaridade, conforme apontam dados quantificados pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio-PNAD em 2013, na área urbana, “25% das mulheres com 10 anos ou mais de idade têm 11 anos de estudo, ou seja, concluíram o ensino médio, e 11% possui 15 anos ou mais de estudo, o que significa que concluíram o ensino superior” (PNAD, 2013). A mesma pesquisa realizada pela PNAD (2013) apontou que, em relação à zona rural, “apenas 13% das mulheres com idade superior a 10 anos concluiu o ensino médio e 2% concluiu o ensino superior”. Enquanto a “maioria destas mulheres (19%) tem apenas 1 ano de estudo. Ou seja, são mais de 2 milhões de mulheres com menos de 1 ano de estudo ou não estudou” (PNAD, 2013). A falta de escolaridade contribui para que as mulheres oriundas do campo tenham poucas possibilidades de fugir dos lugares de gênero, tradicional e culturalmente, atribuídos a elas, tendo em conta toda a desvalorização à qual os sujeitos do campo, historicamente, têm sido expostos. Essa baixa escolaridade também pode ser um fator desempoderamento dessas mulheres.

Em relação à ocupação de postos de poder e decisão, em cargos políticos e na gestão pública, as mulheres ainda são poucas quando comparadas aos homens, conforme apontam dados do IBGE (2018), que dizem respeito ao fato de que as mulheres ocuparam menos cargos de liderança do que os homens em 2016. Segundo a pesquisa, cargos como presidentes, diretoras, executivas ou gerentes de empresas privadas ou órgãos públicos ocupados por mulheres foram apenas 37,8% enquanto que 62,2% foram ocupados por homens. Ou seja, ainda há muito a caminhar na direção da igualdade gênero, especialmente, no tocante aos sujeitos do campo.

Passo, a seguir, a apresentar o mapeamento realizado com o intuito de conhecer as produções científicas que discutam gênero, educação e empoderamento de mulheres camponesas.

3 PERCURSOS METODOLÓGICOS

[...] *O sol já nasceu na estrada nova e mesmo que eu impeça,
ele vai brilhar [...]*
(MONTENEGRO, 2002).

A continuidade deste texto também se constrói a partir de um trecho musical, especificamente da música *Estrada Nova*, de autoria de Oswaldo Montenegro. Utilizo esse fragmento da música para sinalizar que, na vida, trilha-se por muitos caminhos que, por vezes, são cheios de pedregulhos e espinhos, mas que para se chegar a uma estrada nova, eles são necessários.

No que se refere aos caminhos investigativos desta pesquisa não é diferente. Em um trabalho investigativo, temos dúvidas, questionamentos e, muitas vezes, precisamos refazer nossos passos e “ocupamo-nos do já conhecido e produzido para suspender significados, interrogar os textos, encontrar outros caminhos, rever e problematizar os saberes produzidos e os percursos trilhados por outros” (MEYER; PARAÍSO, 2012, p. 25). Assim, parto de algumas de inquietações já mencionadas na introdução desta dissertação, no intuito de chegar a novos saberes sobre as mulheres presidentas de assentamentos rurais do meu município e, para isso, foi preciso fazer escolhas teóricas e metodológicas.

Esta dissertação se configura como uma pesquisa qualitativa que, segundo Uwe Flick (2009, p.43), “caracteriza-se como um processo de interpretação e compreensão, não se contentando com a simples explicação das realidades”. Desse modo, “[a] realidade estudada pela pesquisa qualitativa não é uma realidade determinada, mas é construída por diferentes ‘atores’”. Nas pesquisas qualitativas, os dados a serem estudados são construídos ao longo do processo de investigação, seja por meio de entrevistas e suas diversas modalidades, por meio de questionários ou ainda por meio de observações. Assim, nesse tipo de abordagem os(as) pesquisadores(as) “estudam o conhecimento e as práticas dos participantes” (FLICK, 2009, p.24). Ou seja, as experiências relatadas por eles e elas. Diferente das pesquisas quantitativas, a pesquisa qualitativa leva em consideração e valoriza a comunicação entre os sujeitos como parte da produção de conhecimento.

Maria Cecília de Sousa Minayo (2001) indica que as abordagens qualitativas respondem questões particulares e se preocupam com o quantitativo do universo a ser penetrado pelo(a) pesquisador(a). Dando respostas a comportamentos, atitudes e valores próprios do objeto a ser estudado. Essa abordagem é relevante para as pesquisas realizadas

na área das Ciências Humanas e ainda possibilita debruçar-se sobre uma situação específica, procurando investigar o que há de mais característico no objeto de pesquisa.

Compreendo o ato de pesquisar como sendo uma forma de dialogar com aquilo que inquieta e com os sujeitos que vivem as experiências que provocam o(a) pesquisador(a) a buscar compreender o fenômeno estudado. Nessa perspectiva, todas as etapas se constituem por meio de reflexões críticas acerca de determinada realidade, culminando com a elaboração própria e com a capacidade de intervenção. Dessa forma, pesquisa é a atitude de aprender a aprender e, como tal, faz parte de todo processo investigativo e representa um caminho cujo propósito é a produção do conhecimento.

Pesquisar é aprender, conhecer algo novo e, dentro dos Estudos Culturais da Educação, o(a) pesquisador(a) deve estar aberto(a) ao desconhecido que o campo de pesquisa pode oferecer. Isto é, criar novos caminhos para trilhar uma estrada nova. Entretanto, para se chegar a uma estrada nova é necessário “peregrinar” por caminhos já existentes: metodologias e teorias já produzidas por outros (as) investigadores(as). E isso requer estratégias, instrumentos e métodos, requisitos necessários para que um conhecimento seja considerado científico (MEYER; PARAÍSO, 2012). Tais escolhas metodológicas estão condicionadas ao objeto de estudo proposto, aos objetivos, ao problema e aos questionamentos de pesquisa.

A escolha do modo como fazer esse trajeto é algo que se revela ao investigador e à investigadora no decorrer do processo de desenvolvimento da pesquisa. É preciso partir daquilo que o pesquisador e a pesquisadora já conhecem a respeito do objeto de estudo que se propõe a analisar no intuito de ter um ponto de partida. No caso desta pesquisa, conforme já mencionado, pretendo investigar a construção dos processos educativos de empoderamento das mulheres presidentas dos assentamentos rurais de Bananeiras-PB.

Nessa perspectiva, trabalhei com o significado das respostas e informações fornecidas pelas mulheres presidentas, buscando não por respostas prontas ou verdades absolutas, mas procurando pistas, em suas vivências, que me possibilitem também compreender os meios pelos quais elas chegam/chegaram ao exercício da presidência dos assentamentos e, o que isso significa para cada uma delas. Com isso, pode-se pensar sobre os processos de empoderamento exercido por outras mulheres em outros espaços de poder. Essas presidentas são mulheres que romperam com normas sociais destinadas a elas, passando a exercer atividades tradicionalmente tidas como sendo de homens.

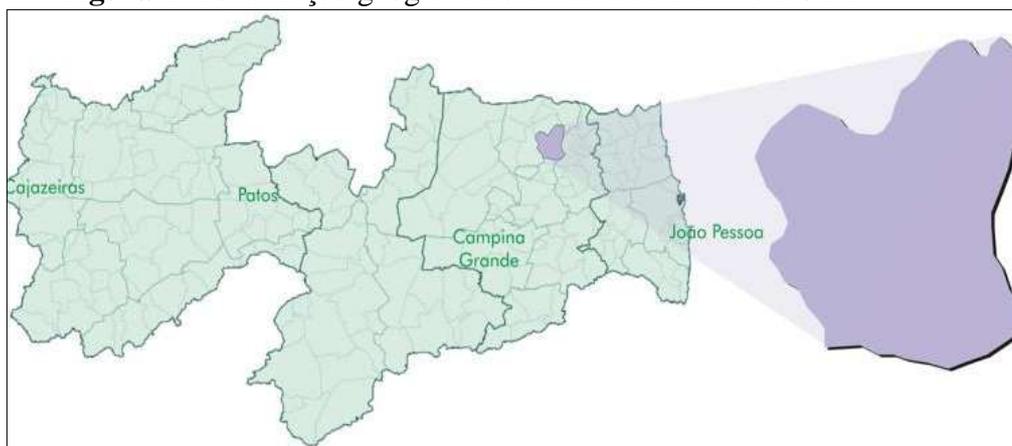
Essas mulheres que exercem algum tipo de poder nesses espaços rurais me chamaram atenção pelo fato de vencerem tantas barreiras em nome da luta pelos moradores e moradoras,

sendo elas, muitas vezes, o “porto seguro” de muitas pessoas que ali residem. Também foram escolhidas por estarem em um meio ainda predominantemente masculino e, mesmo assim, conseguirem bailar, rodopiar, sair da “gaiola” e enfrentar o mundo porque a “gaiola” não é seu lugar. Para muitas de nós, “o sol já nasceu na estrada nova” e, mesmo que o mundo tente impedir, nós mulheres, iremos brilhar.

3.1 *Lócus* da pesquisa

O *lócus* investigativo desta pesquisa se constitui de seis assentamentos rurais localizados na zona rural de cidade de Bananeiras-PB. Situada a 136 quilômetros da capital da Paraíba, João Pessoa, o município tem cerca de 21.210 pessoas e 257,753 km² de área territorial. A cidade possui três distritos: Roma, Tabuleiro e Maia. Os assentamentos onde realizei a pesquisa estão localizados nas proximidades do Tabuleiro, isto é, na parte semiárida da Paraíba.

Figura 1: Localização geográfica da cidade de Bananeiras-PB



Fonte: Prefeitura municipal de Bananeiras. <<http://bananeiras.pb.gov.br/historia/>>

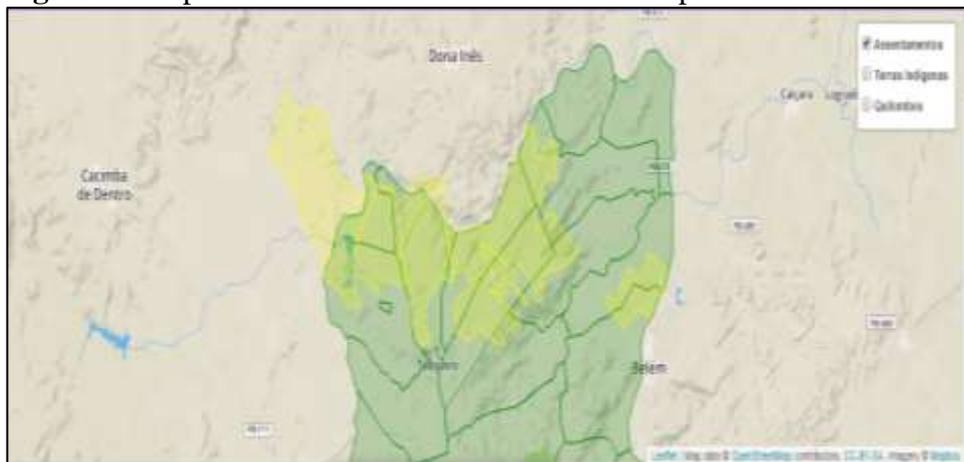
Sobre Bananeiras¹⁷, conforme estudos de Manuel Vieira (2011), a colonização das terras do município iniciou-se na segunda ou terceira década do século XVII. Dentre os primitivos povoadores do lugar destacam -se os nomes de Domingos Vieira e Zacarias de Melo aos quais foram concedidas sesmarias, em 1716. Bananeiras pertenceu à jurisdição da vila de São Miguel da Baía da Traição, passando em seguida ao termo de Areia. Em virtude

¹⁷A região foi inicialmente produtora de cana-de-açúcar e depois passou a produzir café. Em 1852, a produção cafeeira chegou a ser a maior da Paraíba e a segunda do Nordeste. Isto tornou a cidade uma das mais ricas daquela região, riqueza ainda hoje expressa na arquitetura de seus casarões (Informações obtidas no site da prefeitura municipal de Bananeiras).

do seu desenvolvimento, foi criada a freguesia, em 26 de maio de 1835, sob a invocação de Nossa Senhora do Livramento. A denominação patronímica dos habitantes é bananeirense.

O mapa a seguir (figura 2) mostra a localização geográfica dos assentamentos rurais de Bananeiras-PB.

Figura 2: Mapa dos assentamentos rurais do município de Bananeiras



Fonte: Disponível em: <<https://infosanbas.org.br/município/bananeiras-pb/>>

No destaque em amarelo tem-se as áreas onde estão localizados os assentamentos rurais de Bananeiras. Ainda sobre o mapa, os *lôcus* de pesquisa se localizam no perímetro do distrito Tabuleiro. Os assentamentos nos quais esta pesquisa foi realizada são organizados pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), órgão criado em junho de 1975, durante Encontro de Bispos e Prelados da Amazônia, um evento organizado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), em Goiânia (GO). Segundo Fernanda Conceição de Souza Bastos (2012) a CPT tem por objetivo assessorar, interligar, dinamizar, dar suporte e orientações pastoralmente aos(as) trabalhadores(as) rurais. Cabe mencionar que a CPT foi fundada em plena ditadura militar, como resposta à grave situação vivida pelos(as) trabalhadores(as) rurais e posseiros(as), especialmente na Amazônia, onde eram explorados(as) em seu trabalho, submetidos(as) a condições análogas ao trabalho escravo e expulsos(as) das terras que ocupavam. (BASTOS, 2012).

3.2 Procedimentos técnicos da pesquisa: a realização das entrevistas

Dentre os muitos elementos presentes em uma pesquisa qualitativa, tais como tema, objeto de estudo, o campo de pesquisa, objetivos, referencial teórico e metodológico, a escolha dos procedimentos, técnicas e a produção do material empírico foram fundamentais,

uma vez que foi por meio desses que foi possível o desenvolvimento e conclusão desta pesquisa.

Tomando como ponto de partida os objetivos delineados, adotei como procedimento para a produção do material empírico a entrevista. A respeito dessa técnica de pesquisa, Rosália Duarte (2001, p. 62) aponta que se configura como um “recurso metodológico que busca, com base em teorias e pressupostos definidos pelo investigador, recolher respostas a partir da experiência subjetiva de uma fonte, selecionada por deter informações que se deseja conhecer”.

A escolha da entrevista se deu conforme a construção do roteiro. A priori, elaborei trinta e três perguntas com a intenção de gerar um padrão nas respostas para que, assim, pudesse identificar as similaridades e diferenciações nas experiências das entrevistadas. Entretanto, essa padronização não deveria obedecer, a rigor, a estrutura formal, ou seja, apesar da estruturação, as entrevistadas teriam a liberdade para externar opiniões que ultrapassem os limites do que tinha sido imposto, sendo eu a mediadora nesse processo.

Nessa perspectiva, optei pela entrevista focalizada, também conhecida como entrevista semi estruturada. Conforme Marconi e Lakatos (2003), nesse tipo de entrevista há um roteiro pré-estabelecido, com tópicos relativos ao problema, porém há liberdade por parte do/a entrevistador/a em encaminhar as perguntas de acordo com o que lhe convém no ato da conversação. Carlos Gil (2010) aponta para a liberdade que esse tipo de entrevista dá ao(a) entrevistado(a) sem que o(a) pesquisador(a) perca o foco das perguntas.

Marconi e Lakatos (2003, p. 200), destacam quatro diretrizes para realização da entrevista, sendo estas:

- a) **O contato inicial:** momento em que o(a) entrevistador(a) entra em contato com o informante de maneira amistosa, de modo que se estabeleça uma confiança entre eles(as), e o(a) entrevistado(a) se sinta à vontade em divulgar informações privadas;
- b) **Formulação das perguntas:** consiste no ato da entrevista, no qual o(a) entrevistador(a) encaminha as perguntas de acordo com aquilo que se busca alcançar como resposta, respeitando a liberdade do informante na divulgação de suas informações;
- c) **Registros das respostas:** com vista em uma maior fidedignidade e veracidade das informações disponibilizadas, deve-se registrar a coleta de dados, sendo o uso do gravador mais propício nesse procedimento;

- d) **Término da entrevista:** o término da entrevista deve ser cordial e amistoso, assim como o início, pois o(a) pesquisador(a) pode posteriormente necessitar de novas informações.

Respeitar o tempo do(a) entrevistado(a) é fundamental para que se alcance os resultados esperados. Pensando nestas diretrizes foi que planejei as entrevistas com as seis mulheres presidentas de assentamentos no município de Bananeiras-PB, conforme será aprofundado a posteriori.

Considerando as diretrizes expostas no que diz respeito ao contato inicial, muitos elementos foram levados em consideração, sendo o principal deles o horário e o dia de realização, uma vez que a rotina de trabalho delas inclui cuidar do gado, das ovelhas e cabras e as funções fora de casa que algumas exercem. Todas afirmaram que só poderiam me conceder a entrevista a partir das 14:00 horas e não podia passar das 16:00 horas, pois esse é o único horário que elas teriam livre. A única presidenta com horário mais flexível foi Marta que não exerce os mesmos trabalhos que as demais, já que seus filhos, o marido e um funcionário se encarregam do trabalho relativo aos animais e cuidados com o lote de terra.

Outro ponto que mereceu cuidado foi a questão do transporte até os assentamentos, além da preocupação com a insegurança das estradas e os altos índices de roubo a motos que acontecem na cidade e no meio rural de Bananeiras, me deixando com receio. Além disso, tive dificuldades para encontrar mototaxistas que aceitassem ir aos assentamentos, especialmente nas duas últimas entrevistas que coincidiram com o período em que estava havendo muitos roubos de motos naquela região. Assim, foi preciso planejamento e organização tanto das entrevistas como das idas aos assentamentos.

3.2.1 Tratamento das entrevistas

Ao findar a realização das entrevistas, organizei o material empírico produzido e transcrito em quatro eixos, sendo estes: a) Chegada à presidência; b) Processos educativos na liderança do assentamento; c) Sentidos de educação e escolarização; d) Aprendizagens de gênero. Os quatro eixos analisados tiveram como finalidade observar os processos de empoderamento nas relações de gênero, ou seja, se a atuação destas mulheres na presidência dos assentamentos pode estar contribuindo para romper barreiras de gênero que envolvem as relações de poder e liderança que são delineadas nesses espaços.

Figura 3: esquema metodológico de análise

Fonte: Construído pela autora com base nos quatro eixos adotados para pesquisa (2020).

Os eixos apresentados foram distribuídos ao longo das trinta e três perguntas (*ver apêndice B*) dispostas no roteiro que abarcavam a caracterização do perfil das entrevistadas (nome, idade, estado civil, formação etc.), bem como, questões sobre educação, gênero e empoderamento de mulheres, conceitos-chave utilizados para as análises deste trabalho. Cada eixo correspondeu a uma etapa da entrevista, sendo assim:

- a) Chegada à Presidência:** As entrevistadas relataram como se deu o processo de votação e chegada ao exercício na presidência em que atuam ou atuaram;
- b) Processos educativos na liderança do assentamento:** As entrevistadas relataram sobre os desafios no campo de atuação na presidência dos assentamentos. A partir disso foram observados como são construídos os processos educativos nesses espaços.
- c) Sentidos atribuídos à educação:** Neste eixo, as entrevistadas atribuíram significados à educação, pensando os processos formativos, sejam eles de escolarização ou não, e como esses processos se relacionam à sua atuação, ou seja, se contribuem para o seu exercício na presidência e como enxergam tal questão é o que se busca observar.

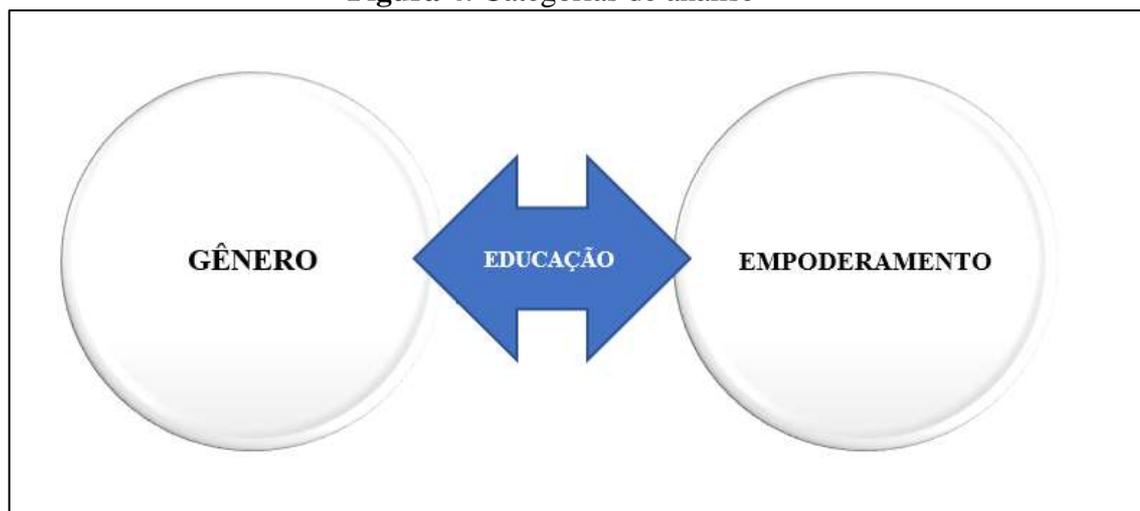
d) Aprendizagens de gênero: As entrevistadas descreveram como se sentiam no campo de atuação dos assentamentos, sendo mulheres presidentas, observando a importância disso para outras assentadas. Nas aprendizagens de gênero também foram observados se as presidentas possuem compreensão conceitual obtidas por meio de cursos de formação, bem como se essa formação pode atribuir um significado diferenciado às questões de gênero.

Ao final do eixo quatro apresento as conclusões sobre como esses processos contribuem para o empoderamento destas mulheres no campo das relações de gênero.

3.2.2 *Categorias e subcategoria de análise*

Os quatro eixos supracitados estão embasados em uma análise temática com as categorias “**gênero**” e “**empoderamento**”, existentes no contexto dos assentamentos nos quais as mulheres exercem funções de poder, significa apontar a participação delas nesta luta pela manutenção dos espaços e comando dos(as) liderados(as). As presidências dos assentamentos são espaços generificados, ou seja, constituídos a partir de elementos edificantes do patriarcado. Por outro lado, Hildete Pereira de Melo (2008) e Cecília Sardenberg (2006) esclarecem que algumas das funções tidas, histórica e culturalmente, como funções de mulheres, aos poucos estão sendo superadas, seja no âmbito privado ou público. Com base no aporte teórico adotado, analisei a temática a partir de duas categorias de análise principais e uma subcategoria, conforme ilustrado:

Figura 4: Categorias de análise



Fonte: Construído pela autora (2020).

As duas categorias de análise são **gênero** (entendido a partir das relações de poder instituídas socialmente, entre homens e mulheres) e o **empoderamento** (que se dá a partir do

exercício destas mulheres em espaços de poder) como fora destacado anteriormente. A Educação se apresenta como uma subcategoria transversal, uma vez que perpassa, tanto pelas relações de gênero como também fomenta os processos de empoderamento. Educação, portanto, é entendida a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDBN (1996) como processos formativos advindo das relações sociais e culturais que constituem as experiências destas mulheres na presidência destes assentamentos.

3.3 Estradas percorridas

O termo estrada, aqui, faz menção à música Estrada Nova, também de autoria de Oswaldo Montenegro, com a qual iniciei este capítulo metodológico para argumentar que, assim como em nossas vidas, na pesquisa, também trilhamos caminhos e que, por diversas vezes e por diferentes motivos, precisamos voltar ao ponto inicial. No campo de investigação, o material empírico fala e, às vezes, exige reformulações a respeito do planejamento da pesquisa.

Desse modo, apresento a construção dos dados por meio da realização das entrevistas semiestruturadas, sendo quatro mulheres que estão no exercício da presidência e duas ex presidentas de assentamentos rurais. No campo dos Estudos Culturais, as pesquisas são implicadas, ou seja, existe uma interseção entre pesquisador (a), campo, objeto e sujeitos do estudo. Dessa forma, minhas implicações com o tema de pesquisa, com o contexto geográfico, social e cultural das mulheres presidentas são significativas. Como venho explicitando ao longo dessa construção, os assentamentos rurais de Bananeiras me são familiares. Já percorri cada um deles, ora em visita a amigos(as), ora como pesquisadora voluntária ou colaboradora de projetos de pesquisa e extensão, não só durante a graduação, mas também na atualidade, tendo em vista que ainda permaneço contribuindo com o projeto “Memórias das lutas camponesas”, que foi renovado em 2019. Desse modo, foram dados os seguintes passos, a saber:

Primeiro passo: visita ao Sindicato de Trabalhadores Rurais de Bananeiras, em 25 de maio de 2018, com o objetivo de fazer um levantamento da quantidade exata de mulheres à frente da presidência dos assentamentos, tempo de exercício, número de telefone, bem como outras informações que pudessem me ajudar a chegar até elas, uma vez que eu não conhecia todas. Na ocasião, apresentei meu projeto à presidenta do Sindicato, que demonstrou sensibilidade com o tema e se dispôs a fornecer as informações necessárias, como também se comprometeu em ajudar no que fosse necessário a esta pesquisa.

Segundo passo: de posse dos contatos de informações sobre quais assentamentos eram comandados por mulheres, passei a fazer contato com elas no intuito de agendar um horário para visitar e mostrar o projeto que deu origem a esta dissertação.

Terceiro passo: a partir de 04 de julho de 2018 iniciei as conversas informais com as mulheres. A primeira para quem primeiro apresentei o projeto foi a presidenta Marta, cujo perfil está inserido na seção de análise.

Quarto passo: Para fins legais, de acordo com a Resolução de nº 506, de 03 de fevereiro de 2016 do Conselho Nacional de Saúde – CNS: “toda pesquisa envolvendo seres humanos deverá ser submetida à apreciação de um Comitê de Ética em Pesquisa”. Obedecendo a essa Resolução, esta pesquisa foi aprovada pelo ao Comitê de Ética da Universidade Federal da Paraíba em 22 de novembro de 2018 (conforme Anexo A).

Quinto passo: realização das entrevistas, sendo a primeira feita com Marta em sua residência, cujo detalhes de como as entrevistas foram realizadas, a forma como fui recebida, a alegria de umas em participar da pesquisa, assim como a desconfiança de outras em relação ao que seria dito e ao que eu faria com as informações prestadas. Ao todo foram realizadas seis entrevistas com as presidentas Dilma, Margarida, Elizabeth, Benedita, Cristina e Marta.

Apresentados os caminhos metodológicos desta dissertação passo, a seguir, a apresentar o perfil das presidentas e, em seguida, análise das entrevistas realizadas.

3.4 Levantamentos de outras produções científicas a respeito de empoderamento de mulheres camponesas

Para conhecer a produção científica no âmbito do tema desta pesquisa, realizei mapeamento nas plataformas escolhidas foram: Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações-BDTD, hospedeira de produções acadêmicas de todo país e o Repositório Institucional da UFPB que hospeda digitalmente os Trabalhos de Conclusão de Cursos, Teses e Dissertações da Universidade Federal da Paraíba. Português e Espanhol, Teses e Dissertações com um recorte Temporal dos últimos cinco anos (2014-2019).

Realizar um mapeamento sobre o tema estudado que, de acordo com Joana Paulin Romanowskiens (2006), possibilita ampliar a visão do que vem sendo “produzido na área e uma ordenação que permite aos interessados perceberem a evolução das pesquisas na área, bem como suas características e foco, além de identificar as lacunas ainda existentes” (p. 41).

A busca foi feita a partir das seguintes combinações: educação, gênero e empoderamento de mulheres; Mulheres camponesas, cultura; rural e agricultoras. A escolha dessas palavras se deu devido ao fato de que elas são conceitos principais nesta dissertação

e a partir delas foi que busquei nas bases de dados outros trabalhos que tenham operado teoricamente com esses conceitos.

Assim, iniciei a busca primeiro na BDTD e encontrei vinte e quatro trabalho cujas palavras-chave foram: gênero, educação, ou mulheres, porém eles não discutiam empoderamento de mulheres e, por isso, continuei a busca filtrando com as palavras agricultoras, empoderamento e educação. Essa busca me trouxe duas dissertações produzidas em 2017, mesmo não sendo uma produção acadêmica no âmbito da educação e sim no Programa de Pós-graduação em Administração, a dissertação de Thaís Lopes Barbosa (2017) dialoga com muitos dos conceitos com os quais opero e dentre as aproximações possíveis o trabalho desenvolvido com mulheres camponesas foi abordado a partir de uma perspectiva de gênero, empoderamento e educação, a qual passo a destacar no quadro demonstrativo 1. É importante também conhecer o que e como outras áreas de conhecimento vêm operando com o conceito de empoderamento.

No Repositório Institucional da UFPB, seguindo os mesmos comandos realizados na BDTD, teve 10 resultados de trabalhos realizados com mulheres camponesas e que operava com alguns dos meus conceitos, no entanto decidi trazer apenas a dissertação escrita por Ivanilson Batista da Silva (2016) que foi produzida no Programa de Pós-graduação em Educação da UFPB. Na escrita, o autor tece argumentos sobre as seguintes categorias analíticas: protagonismo, relações de gênero, Movimento de Mulheres Camponesas, luta pela terra, feminismo, educação, entre outras, que assumem papel secundário na pesquisa.

Esses dois trabalhos me ajudaram a pensar o empoderamento de mulheres camponesas tanto no âmbito da educação como no aspecto administrativo.

3.5 Perfil das presidentas

As colaboradoras desta pesquisa são seis mulheres em exercício na presidência dos assentamentos rurais de Bananeiras. Martin Bauer e George Gaskell (2002) apontam que os (as) participantes de uma pesquisa são informantes. Contudo, nesta pesquisa, opto por tratá-las por colaboradoras, uma vez que, a meu ver, colaborar vai além de informar algo a alguém. É estar e ser parte da investigação. Elas não irão simplesmente informar algo, mas poderão colaborar com todos os resultados desta pesquisa.

As participantes desta pesquisa são seis mulheres com idades que variam entre 39 e 63 anos, com escolaridade que vai desde o Ensino Fundamental até o Ensino Superior. São donas de casa, professoras, agentes comunitárias de saúde e agriculturas. Como informei

anteriormente, essa escolha teve como critério estar ou já ter estado à frente dos assentamentos no município.

Quadro demonstrativo 1: perfil das presidentas

Nome	Est. Civil	Profissão	Religião	Nº de filhos (as)	Escolaridade	Cor	Onde Nasceu	Idade	Tempo presidência	Nº de famílias
Marta	Casada	Agricultora Professora	Católica	3	Ensino superior	Bran	Tacima/ PB	49	10 anos	35
Dilma Ex Presidenta	Viúva	Agricultora Professora	Católica	7	Normal	Par	Bans/PB	55	4 anos	52
Margarida	Casada	Agricultora/ Doceira	Católica	4	Ens. Fund. Incompleto	Bran	Bans/PB	55	3 anos	115
Elizabeth	Casada	Agricultora	Católica	2	Ens. Fund. Incompleto	Par	Bans/PB	39	6 anos	15
Benedita Ex Presidenta	Casada	Agricultora/ Agente Comunitária de Saúde	Católica	6	Ens. Fund Incompleto	Neg	Bans/PB	63	2 anos	63
Cristina	Viúva	Agricultora	Católica	10	Ens. Med Incompleto	Neg	Bans/PB	43	6 anos	53

a) Marta

Marta nasceu na cidade de Tacima-PB, em 1971 (49 anos), é casada, estudou na escola Normal de Bananeiras e concluiu o Ensino Superior em 2019 no curso de Serviço Social, mas como ela diz “minha profissão primeira é agricultora”. Está à frente do assentamento desde 2010, sendo 9 anos como presidenta. Segundo ela, isso ocorre não por desejo seu, mas porque nenhuma outra pessoa demonstra interesse em assumir a direção o que, segundo ela, a impede de sair. Diz ser católica praticante, tem dois filhos e duas filhas e uma neta, a qual ela cria como filha desde que nasceu. Marta é branca, loira, moradora do local onde hoje é o assentamento desde 1986, atualmente lidera 35 famílias.

A conversa inicial com Marta foi muito amistosa e gratificante. No início, ela demonstrou especial interesse em participar da pesquisa e pela temática pesquisada. Foi assim que, sentadas à mesa da cozinha, enquanto pairava no ar o cheiro do café quente e forte que ela servia, que começamos a conversar. Não sei se foi o cheiro do café, o ambiente, a casa, o fogão a lenha ou se foi o conjunto, mas, nesse momento, na minha mente, vieram lembranças de outrora, das vezes em que na infância sentia cheiro semelhante. Coisas da memória.

Marta foi muito gentil e esteve todo tempo muito sorridente, aparentando satisfação e alegria no que faz, chegando a afirmar que uma das suas alegrias é ver os(as) assentados(as) felizes. Nesse clima amistoso, ela foi me informando sobre a organização do assentamento, bem como dos desafios que enfrenta diariamente, quais sejam: a pobreza de muitas famílias, o abuso de álcool por parte dos homens jovens e adultos, a falta de recursos por parte do governo para investir em melhorias para os(as) assentados(as) e, principalmente, sua preocupação com relação à violência doméstica perpetrada por alguns homens contra suas companheiras, além do desafio de fazer com que as mulheres permaneçam estudando, já que os maridos não aceitam muito bem a ideia das esposas irem à escola.

b) Ex presidenta Dilma

Antes de iniciar a apresentação de Dilma, cabe destacar que ela foi, minha primeira professora. Ela, gentilmente, cedeu sua casa para que pudéssemos ter uma escola. Isto porque a única escola da fazenda funcionava na casa dessa professora, hoje ex presidenta do assentamento Cachoeira.

Dilma é uma mulher de 55 anos, católica que casou aos 15 anos e teve o primeiro filho aos 16 anos e 8 meses, sendo mãe de 3 filhos e 4 filhas, se considera como parda e nasceu no local onde hoje é o assentamento. Viúva há 14 anos, traz no olhar a tristeza de quem muito cedo teve que lidar com grandes responsabilidades, dentre elas o casamento perturbado em decorrência do alcoolismo. Sobre isso, ela disse: “*mas mesmo assim, superei, criei meus filhos, fiquei viúva*”. O consumo excessivo de álcool foi um problema apontado por todas as entrevistadas como algo frequente nesses espaços. Isso não só por parte dos homens adultos, mas parte dos(as) jovens também. Ela sabe o valor que tem a educação em sua vida e na vida dos(as) filhos e filhas, pois foi por meio da educação, isto é, sendo professora que ela conseguiu o sustento para toda família. Quanto à formação, ela cursou o antigo Magistério.

Os primeiros contatos com Dilma, para a pesquisa, se deram em junho de 2018 fui até sua casa e lhe falei sobre minha pesquisa de Mestrado e ela prontamente aceitou participar da pesquisa. Assim, fomos mantendo contato e, em outubro de 2019, realizei a entrevista com ela, com duração de 38 minutos. Naquele dia, a alegria de outrora deu lugar às recordações e foi comum ao longo da entrevista ela pedir para mudar de assunto ou não querer responder algumas perguntas. Visivelmente, a entrevista mexeu com ela e lhe trouxe

lembranças difíceis, dentre elas, as do casamento conflituoso devido ao abuso de bebidas alcoólicas por parte do marido.

Dilma foi muito cordial. Iniciei a conversa avisando que, a qualquer momento, ela poderia parar caso tivesse algo que a incomodasse. Logo vieram as primeiras perguntas acerca do perfil dela e já percebi que ali era um “campo minado” que eu não poderia explorar, considerando seu histórico de luta e de possíveis conflitos no que diz respeito às experiências dolorosas vividas no casamento. Dessa forma, além da possibilidade de provocar algum sofrimento psicológico ao remeter-se a alguma lembrança dolorosa, poderia também negligenciar a Resolução do nº 506 de 2016 que versa sobre ética em pesquisas com seres humanos.

c) Margarida

Margarida é uma dessas pessoas de sorriso largo e fácil que acredita que por mais difícil que as coisas sejam, acreditar na força da vida e ter esperança é sempre uma boa saída. Assim ela tem conseguido driblar os desafios que surgiram(surgem) ao longo dos seus 55 anos de idade. Casada, tem uma filha e 3 filhos, sendo um adotivo. Nasceu na cidade de Solânea e tem na educação que conseguiu dar aos filhos e à filha seu maior legado, pois pensa que a educação é uma ponte para mudar de vida já que seu pai não permitiu que ela estudasse além da quarta série. Por isso, o orgulho em ter seus filhos formados exercendo a docência em Biologia, Educação Física, Ciências, sendo a filha formada em Administração e Letras.

De religião católica, branca, agricultora, dona de casa e doceira, ela faz bolos e doces (de banana, caju, mamão, coco, cocadas) entre outros produtos artesanais para vender nas feiras de Bananeiras e Solânea. Orgulhosamente, ela diz que há 15 anos adquiriu uma profissão rentável que mudou significativamente a vida da família e isso oportunizou uma fonte de renda a mais do que a agricultura. Com ela trabalham o marido, dois netos e uma irmã e seus produtos não passam por nenhum processo químico e isso, segundo ela, os torna mais bonitos e gostosos.

d) Elizabeth

Elizabeth tem 39 anos, casou-se aos 17 anos e foi mãe de dois filhos. Católica e parda só estudou até quarta série, pois morava muito distante da escola e era preciso percorrer cerca de uma hora e 30 minutos até a escola mais próxima, tudo isso aliado ao fato de que precisava

ajudar o pai e a mãe na lida da roça, além das atribuições do casamento. A entrevista aconteceu em uma tarde de quarta-feira de novembro de 2019, especificamente no dia 28 de novembro de 2019, no qual ela me recebeu com alegria e demonstrações de satisfação. Antes de iniciar, esclareci sobre a pesquisa, falei em que momento a pesquisa estava e lhe apresentei o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido-TCLE.

Elizabeth é nascida e criada no local onde hoje se localiza o assentamento no qual ela exerce a presidência desde 2015. De todas as entrevistadas, ela é a presidenta que dirige o menor número de famílias, sendo quinze e nas quais todos(as) são parentes. Por esse motivo, Elizabeth acredita ser tão tranquilo administrar o local e liderar os(as) moradores(as) que são, na maioria, pessoas mais velhas já que os(as) jovens não ficam no assentamento. Segundo ela, geralmente, quando completam a maioridade mudam para outras localidades, sendo este um dos fatores prováveis do pequeno número de famílias no local. Agricultora, dona de casa, ela trabalha na feira vendendo salgados, sucos e bolos que faz em casa para ter outra fonte de renda.

A aproximação com essa mulher se deu por meio de Marta que fez a ponte entre nós, uma vez que essa era a única que eu não conhecia. Elizabeth mora em um lugar verde, contrário aos demais assentamentos que sofrem com as estiagens, falta de água e demais problemas causados pela seca que assola àquelas áreas. Isso ocorre porque o local onde ela mora já de várzea e a quantidade de reservatórios é maior em relação aos outros lugares. Isso permite maior produtividade e diversidade de frutas e produtos alimentícios também é maior quando comparados aos outros assentamentos.

e) Ex presidenta Benedita

A ex presidenta Benedita é uma mulher de 64 anos. Casou-se aos 19 anos e teve 4 filhos e duas filhas. Uma das suas reclamações é o fato dos filhos e filhas não terem lhe dado netos(as) quando ela era mais jovem e se queixa por ter “apenas” seis netos(as). Nascida no assentamento, estudou apenas até a quinta série devido às dificuldades que tinha para chegar até a escola. Ela atua como agente comunitária de saúde e conhece todas as pessoas do local, graças aos 28 anos nessa função.

Negra, de religião católica, ela fala com orgulho da harmonia que existe em seu casamento e de como, desde pequena, se preocupou em ter um “dote” para comprar seu enxoval de casamento. Assim, durante os 7 anos de namoro, trabalhou incansavelmente no intuito de guardar dinheiro para casar e aos 17 anos já tinha “grandes roçados de milho e mandioca” que foram vendidos e os ganhos das vendas guardados para o tão sonhado

casamento, que aconteceu aos 19 anos. O casamento é um motivo de visível satisfação de sua parte.

f) Cristina

Muito alegre e de bem com a vida, mesmo diante de desafios, Cristina é uma mulher negra, de 43 anos, casada desde os 19 anos e teve 10 filhos(as), sendo 4 homens e 6 mulheres. Católica, nasceu no Sítio Caboclo, também localizado no município de Bananeiras. Ficou viúva há 10 anos. Cristina possui seis netos(as), que moram perto e são “o motivo de alegria” em sua vida. Ela relatou que, após a morte do marido, passou por momentos difíceis na luta para sustentar a família, contudo, “valeu a pena”, pois conseguiu “superar os obstáculos”, criou seus filhos e suas filhas e a um ano se casou novamente. Quanto à escolaridade, cursou até a primeira série do ensino médio, mas desistiu, pois “estava chegando em casa muito tarde” e nem sempre tinha transporte para chegar até a escola. A falta de transporte escolar é uma realidade para os(as) discentes da zona rural que dependem do transporte fornecido pela prefeitura municipal de Bananeiras. Os recursos necessários para sustentar sua prole vieram do trabalho como merendeira em uma escola municipal, além da criação de ovelhas, do Programa Bolsa Família¹⁸ e de ganhos do bar que ela possui.

A aproximação com Cristina não foi difícil, uma vez que ela é vizinha da minha família e que, toda vez que visito meu pai, é comum encontrá-la. Como presidenta, ela diz que “a motivação para continuar o trabalho no assentamento é saber que pode ajudar as pessoas locais”, mas que isso “tem um preço alto, já que lida com opiniões que às vezes divergem” da dela. Atualmente, no assentamento, existem 53 famílias sob seu comando.

Dos onze assentamentos rurais existentes no município de Bananeiras, atualmente, quatro deles são comandados por mulheres (presidentas) e outros dois já foram presididos (ex-presidentas) por mulheres, ou seja, todas as mulheres estão (ou estiveram) à frente dos assentamentos no município fizeram parte desta pesquisa.

¹⁸Bolsa Família é um programa de transferência de renda do Governo Federal que foi criado em 2003 pela Medida Provisória 132, de 20 de outubro de 2003 e convertida em lei em 9 de janeiro de 2004, pela Lei Federal n. 10.836. É direcionado às famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo o País, de modo que consigam superar a situação de vulnerabilidade e pobreza.

4 ANÁLISES E RESULTADOS

Em seus contextos, essas mulheres exercem antes de tudo uma força e coragem necessárias para superar os obstáculos que surgiram ao longo de suas vidas. O que ficou nítido para mim, após a realização das entrevistas é que o fato de estarem à frente de seus assentamentos as colocam em um lugar de destaque naquelas comunidades o que pode ser destacado como um produto de empoderamento, exercido por cada uma delas.

Entre os aspectos comuns na vida de todas elas, destaco: primeiro, são referência para os(as) moradores(as) no que diz respeito à resolução de pequenos problemas do dia a dia, tais como: organização de processos de aposentadoria, serviços junto ao Instituto Nacional do Seguro Social-INSS, problemas junto ao Incra, abertura de contas no Banco do Nordeste. Elas são pontes entre eles(as) e a prefeitura municipal, entre a secretaria de agricultura e os assentamentos.

Esta seção compõe a análise dos dados produzidos a partir das entrevistas semiestruturadas que foram realizadas com 6 mulheres que atuam na presidência de assentamentos rurais, no município de Bananeiras, sendo 4 presidentas e duas ex, como foi verificado na seção anterior composta pelo perfil das entrevistas. Apresento, aqui, argumentos e seus posicionamentos a respeito de temas como: educação e gênero, assim como, suas reflexões acerca das próprias práticas como mulheres que ocupam um lugar de destaque perante os(as) demais assentados(as).

As análises foram realizadas a partir das temáticas de gênero e empoderamento, sendo delineadas conforme os quatro eixos já apontados na metodologia. Nesse sentido, apresento como se deu o processo de chegada destas mulheres a presidência dos assentamentos; como se deu (no caso das ex presidentas), e como tem se dado (no caso das presidentas em exercício) os processos educativos de atuação, em seus respectivos assentamentos; como, em meio a estes processos educativos, tem se dado as aprendizagens de gênero no campo da socialização, bem como, no âmbito de uma formação acadêmica, por meio de cursos que trabalham as questões de gênero e dos quais participaram; como atribuem sentidos de educação e escolarização em suas atuações na presidência; e, por fim, como estes delineamentos acabam por contribuir para o empoderamento nas relações de gênero.

4.1 Chegada à Presidência

Destaco que a eleição para líder de um assentamento rural é muito semelhante a uma eleição partidária, na qual os votantes escolhem seus(as) candidatos(as) que, por sua vez,

possuem um mês para mobilizar a comunidade. No dia marcado, um representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais vai até o assentamento com a finalidade de organizar a votação que acontece por meio de chapas que são preparadas pelo próprio Sindicato. A depender do assentamento existe uma forte influência do governo municipal, especialmente quando se trata de um reduto eleitoral de algum representante da política local.

A gente faz por edital, chama uma pessoa do sindicato... primeiro a gente lança o edital trinta dias antes, bota lá na parede, e no dia faz a eleição direitinho, nas chapas. Tem um grande apoio do pessoal do sindicato, eles trazem as urnas do mesmo jeito que quando tem lá no sindicato, e faz nas chapas, porque tem a chapa um e a chapa dois, mas nunca mais teve os dois né? só foi um mesmo (MARGARIDA,2019).

A fala de Margarida traz elementos importantes para análise, particularmente quando destaca não haver pessoas interessadas em se candidatar à presidência. O relato de Margarida pode ser observado, de maneira similar, nas falas das outras entrevistadas. A desvalorização do exercício na presidência nestes assentamentos ocorre, segundo minha interpretação, aos seguintes fatores: não remuneração do trabalho (que acaba sendo voluntário), sobrecarga de responsabilidades (principalmente para as mulheres, que acumulam mais atividades além da casa e do trabalho remunerado que algumas possuem).

A falta de recursos e de incentivo, por parte do governo, explicam o não interesse em ocupar essa função, o que acaba fazendo com que a mesma pessoa fique exercendo a presidência por mais tempo do que o previsto. Cabe observar que, com base em Emília Moreira, Ivan Targino e Genaro Ieno Neto (2000), desse modo, os(as) presidentes(as) de associações conseguem se manter quase que definitivamente no poder. Nesses casos, as eleições são apenas para cumprir formalidades e ocorrem por aclamação.

As entrevistadas foram indagadas, também, sobre como se deu o processo de chegada à função de presidenta de assentamento. Para essa pergunta, obtive as seguintes respostas: “*Eu não queria*”, ou então “*eu não escolhi, mas se não fosse aqui se acabava tudo de vez*”, “*não tinha ninguém que quisesse*”. Apenas Marta vivenciou um processo diferenciado, segundo ela:

Já fazia um bom tempo que muitos me queriam, mas por ser mulher, os homens achavam que só eles que davam conta, mas aí as próprias mulheres e os jovens, tanto feminino quanto masculino, se reuniram e fizeram suas associações e se cadastraram. Então a juventude foi lá e fez a associação deles para votar em mim, eram muitos mesmo. Isso deu a maioria dos votos. (MARTA,2019).

Marta é presidenta do maior assentamento entre os que pesquisei, sendo este com 115 famílias. Embora já fosse conhecida no assentamento devido ao seu trabalho na CPT, sua entrada na presidência se deu por meio de estratégias elaboradas pelas mulheres e jovens do

assentamento, visto que, segundo ela, parte dos homens, especificamente 25 deles não a queriam exercendo a função, isso em relação ao primeiro mandato dela, pois nessas últimas eleições não houve opositores(as).

As palavras dela indicam para o trabalho em grupo, a coletividade presente na decisão das mulheres e jovens em se associar no intuito de eleger. Ao que me parece, essa estratégia foi um marco na história de luta daquele assentamento por ser a primeira vez em que uma mulher ocupava a função e alcançou esse espaço coletivamente. Uma vez nesse espaço, ela passou por muitas dificuldades, pois os(as) eleitores(as) contrários(as) a ela não colaboraram com o trabalho, então ela também adotou a estratégia de fazer com que eles participassem de tudo, assim eles se sentiam incluídos.

Sobre esse aspecto, vejamos o que disse Dilma:

Foi difícil porque o primeiro presidente que assumiu a associação foi seu Assis, eu fui a secretária dele, daí eu já fui conhecendo algumas coisas junto com ele, e ele sempre ia me incentivando: “eu vou sair agora e você vai ficar”, e foi por aí (DILMA, 2019).

A chegada de Dilma à presidência também não se deu por acaso: além de ser uma indicação política do ex presidente, ela era a única professora do local e já tinha exercido a função de secretária do assentamento. O que a possibilitou ir “*conhecendo algumas coisas junto com ele*”, isto é, aprendeu também com o ex líder campesino a exercer a função, mas foi um processo difícil, pois deve-se levar em conta todos processos e atribuições que a função traz. Mas, quando a questioneei sobre a continuidade do apoio no segundo mandato ela respondeu “*Prefiro deixar quieto*”. Logo ficou visível que, diante de algumas perguntas, poderiam aludir a questões que ela preferia esquecer ou simplesmente não falar a respeito.

Tomada pelos conhecimentos que tenho acerca do assentamento, visto que foi nesse que nasci e me criei e pelas informações cedidas, penso que talvez essa indicação não tenha sido neutra e, no segundo mandato, ela estava sem o apoio daquele que a incentivou a ser presidenta. Muitos podem ser os motivos para isso, dentre eles um possível empoderamento que ela possa ter exercido no período em que foi presidenta, criando suas próprias estratégias de trabalho e liderando a partir de suas próprias convicções. Por outro lado, Maria Marize Duarte (2005) assinala que apesar de haver localidades onde os homens insistem em que as mulheres participem, em geral, elas são vistas como dispensáveis à associação.

Cabe considerar, com base em Maria Elisabeth Kleba (2009) e Freire (2005), que por meio do exercício do empoderamento é possível que as pessoas renunciem a situações de tutela, impotência e dependência, assumindo assim a direção de sua própria vida, mas não é assim tão simples. Há nos processos que contribuem para o exercício de empoderamento

aquilo que Cora Coralina chamou de escaladas, montanhas e pedras que exige teimosia e acredito que em certa medida uma busca por ser dona de si. É sim um processo, não é neutro, pode ser paulatino e resulta de um conjunto de fatores culturais, sociais, econômicos e políticos.

Ao destacar o processo de chegada de Margarida à presidência, ela retoma novamente a desvalorização do cargo, alegando que chegou ali porque ninguém queria estar a frente do assentamento e, tendo em conta seu interesse em se aposentar, decidiu assumir esta função, vejamos:

Quando fizeram o assentamento, era os homens que eram presidentes, seu José Maria, Pedro Andrade, seu Paulo, aí quando foi um tempo, disseram assim: “ninguém quer ser presidente da associação”, aí eu disse: “oxe, eu quero”... “ninguém quer, vão jogar a chave dentro da sede porque ninguém quer ser presidente”, aí eu disse: “eu quero, sabe porque eu quero? porque eu quero me aposentar”, e eu dependo da associação pra me aposentar, né?. Aí, foi feito o processo, aí quando foi no segundo mandato eu disse: “gente, já tá bom, já passei dois anos, então tá bom de arrumar outra pessoa”, aí: “não, não, fica você mesmo”, aí estou até hoje, mas entrego em fevereiro, Deus queira que apareça uma pessoa (risos) (MARGARIDA, 2019).

A ação de se candidatar, pela primeira vez, à presidência do assentamento pode ser motivada por diversos fatores. No caso de Margarida, a motivação foi pessoal, uma vez que se não houvesse alguém para assumir a associação, seria fechada, e isso resultaria em dificuldades para ela na hora de se aposentar. Vê-se, a partir de sua fala, que a ação de se candidatar está longe de ser neutra, é movida, sobretudo, por interesses pessoais. A entrevistada alega ainda que o segundo mandato se deve, em partes, ao fato de que ninguém quis se candidatar o que é bem comum nos assentamentos, especialmente naqueles que não há recursos.

Penso que para Margarida ser aceita como candidata imediata - e o mais importante ser votada e eleita - se deve ao fato de que ela já era conhecida entre os(as) assentados(as), pelo seu trabalho como doceira, por talvez ser, para alguns, uma referência em alguns aspectos. Além disso, há as relações familiares que mantinha com todos(as).

É interessante observar, nos relatos de algumas mulheres, a alegação de que estão na função de presidenta devido ao fato de os homens não quererem o cargo em face dessa falta de recursos. O que acontece a partir disto é que estas mulheres acabam por assumir, muitas vezes, triplas jornadas de trabalho, sendo duas delas não remuneradas, ou seja, o trabalho exercido na presidência dos assentamentos e, também, os trabalhos domésticos pelos quais são responsáveis.

Esse fato aponta para uma “naturalização” da desvalorização e precarização do trabalho feminino, atrelado a isto, a ideia de que o trabalho das mulheres não precisa ser

remunerado. Ora, na medida em que não há recursos para os assentamentos, os homens abandonam o cargo e dão lugar para as mulheres ocuparem esse espaço com o mesmo peso do trabalho, no entanto, sem recursos. Estima-se, segundo a Organização das Nações Unidas (ONU, 2017), que o trabalho feminino não remunerado pode representar até 39% do Produto Interno Bruto (PIB) dos países, fato que atesta o peso que esse trabalho exerce na economia, e o interesse em mantê-lo desvalorizado.

Tomando como foco de análise as mulheres do campo, Lima (2016) aponta para a questão da invisibilidade e desvalorização do trabalho exercido por elas. A autora destaca que o trabalho das mulheres no campo se confunde com “ajuda”. Assim sendo, além do trabalho no lar, no roçado, entre outras profissões, tem as atribuições do assentamento. Muitas vezes, estas mulheres estão apenas se sobrecarregando, tendo que em vista que é um trabalho não remunerado que requer tempo, esforço, jornadas longas de trabalho, dificuldades na gestão de pessoas, fato que é suficiente para que os homens não queiram mais direcionar estes assentamentos.

Em contrapartida, é importante observar que as mulheres ocuparem espaços de comando nos assentamentos podem acarretar em mudanças decisórias nas relações de gênero e poder existentes naquele local. No entanto, isto não significa que todas estejam livres das distinções de gênero, conforme observado. Deére e Léon (2002) ajudam a pensar e vislumbrar o potencial transformador da ocupação por mulheres nos espaços de poder nas áreas rurais, na direção de assentamentos, entre outras funções que elas possam desenvolver. Nessa direção, quanto elas têm o poder nas mãos, ainda que por um curto espaço de tempo, é potencializador para tensionar as relações de poder, causar fendas nas estruturas culturais machistas e patriarcais.

A fala de Elizabeth sobre como chegou à presidência, é semelhante a de Dilma, ou seja, ocupavam a função de secretária e foram indicadas e apoiadas pelo ex presidente. No caso de Elizabeth, o dirigente anterior é seu padrinho e ela relatou não sentir ou ter dificuldade na direção do assentamento, levando em consideração que são apenas 15 famílias morando no local.

Então, antes era um compadre meu e eu já era secretária, quando ele assumiu como presidente eu já fui secretária, então ele passou o período dele todinho e quando chegou no tempo de ter nova eleição não apareceu outros candidatos, então foi tipo assim, caiu no meu colo de paraquedas: “tu aceita?” E eu como eu já estava de dentro não tive nenhuma dificuldade e aceitei. (ELIZABETH, 2019).

É observado, novamente nas falas, o aspecto da desvalorização do cargo de presidência nos assentamentos. O relato de Elizabeth se assemelha ao de Benedita, como

também de outras entrevistadas, a ideia de que estão no cargo porque ninguém quer estar nele, ou seja, a presença das mulheres em um campo que não há disputas pelo poder. Por outro lado, há o aspecto do cuidado como uma atribuição feminina que é incorporado nas falas das mulheres e percebido por meio de uma preocupação em ajudar o assentamento, de não deixá-lo sem liderança, mesmo que para isso tenham que trabalhar sem nenhuma remuneração (LIMA, 2016).

Pra falar a verdade, eu não queria muito ir não, mas quando foi no dia da eleição lá, eu fui, né? quando chegou lá e ninguém quis ficar, ninguém quis ficar pra assumir, ninguém, ninguém, ninguém, pra não deixar falir de uma vez eu fui. Só que eu não estava sabendo, que tinha essa burocracia no meio, né? E tinha o outro lá que gosta de coisas erradas, muito bravo. Se eu tinha sabido também não tinha querido (BENEDITA,2019).

Na fala de Benedita pontuo uma outra questão, a decisão de se candidatar estava ligada ao fato do outro candidato ter um comportamento violento no assentamento, em suas palavras: “*E tinha o outro lá que gosta de coisas erradas, muito bravo*”. A decisão dela não deixa de ser uma estratégia, pois quando anunciou que desejava ser candidata todos(as) votaram nela, uma vez que ele poderia representar problemas para os(as) assentados(as). De acordo com o que ela me informou no primeiro contato é que o outro candidato não obteve nenhum voto, houve ainda pessoas que desistiram de votar. Isso seria uma forma de evitar retaliações por parte da oposição.

Benedita, que é ex presidenta do assentamento, não guarda boas lembranças do seu período em exercício. Segundo ela, a associação estava um “buraco” e não tinha noção da burocracia que existia. Diferente das outras presidentas que já tinham desenvolvido alguma função, seja secretária, vice ou tesoureira. É o caso de Cristina que foi vice presidenta no primeiro mandato de Dilma o que foi uma oportunidade para ela conhecer e ter noções de administração necessárias a um(a) presidente(a).

O exercício da presidência, como foi observado, é permeado por múltiplos fatores, se por um lado, existe o contexto da falta de candidatos(as) para assumir a direção, por outro, existem os interesses próprios destas mulheres, que são diferenciados conforme as suas experiências de vida.

4.2 Processos educativos na liderança do assentamento

Como foi observado, a decisão das mulheres de chegarem à presidência é permeada por diversas situações, dentre elas, o sentimento de que as associações podem acabar se não houver quem assuma a liderança. Busquei no eixo **processos educativos na liderança do**

assentamento compreender o significado atribuído por essas mulheres às suas ações como presidentas, pensando essa liderança como um processo educativo. Em outros termos, como elas enxergam suas contribuições nestes assentamentos? A seguir, tem-se o relato de Marta sobre sua atuação:

Para mim é importante! É por eles, sabe? você vê o quanto tem um pessoal carente, a falta até mesmo de uma palavra, não é de muita coisa não é você poder chegar e conversar com aquela pessoa e ele se abrir com você, isso é uma das grandes importâncias e também não tem coisa melhor do que você chegar nas datas comemorativas você fazer algo que eles se sintam bem, como no dia das crianças é muito bom, não só no dia das crianças, mas você aprender a valorizar. Não é muita coisa que eles querem não, é carinho mesmo, então isso pra mim é muito importante (MARTA, 2019).

Marta diz que suas ações são importantes sim, destacando, como exemplo, as crianças carentes do assentamento e que fazer algo por elas é gratificante. É interessante observar que às carências por ela citadas não se referem apenas aos bens materiais, mas principalmente aos aspectos emocionais e psicológicos, fato que remete novamente a questão do “cuidado” e do “amor” como estratégias de liderança no assentamento, atrelado a uma perspectiva “materna”.

Segundo Colares e Martins (2016), a representação social da maternidade, como uma construção social, acaba por delinear a identidade feminina de modo que a “mulher recebe a conotação de sempre servir a sociedade, uma produtora biológica que não teria voz, que não existiria como um ser individual” (COLARES; MARTINS, 2016, p. 44). Enxergo essa atuação a partir dessa perspectiva, uma vez que a maior parte das entrevistadas olha para sua atuação como uma forma de possibilitar uma assistência que, muitas vezes, é voltada para o cuidado dos assentados e não por uma perspectiva mais técnica de gerenciamento.

Na fala de Benedita também emerge a preocupação com os assentados, embora enfatize questões burocráticas como a ameaça à perda dos benefícios da aposentadoria no caso de não haver pessoas para assumir a presidência, vejamos:

É, eu acho que foi, né? (importante) Porque pelo motivo que tava passando, aí eu achei que foi mais importante ainda, que se eu não tenho ficado lá o pessoal tinha sofrido mais, né? Porque tinha ficado de fora, não ia receber mais benefício, não ia se aposentar, não ia conseguir mais receber o salário mínimo, porque tudo isso a menina falou que não ia acontecer mais, então tinha destruído, né? Aí eu acho que é importante (BENEDITA, 2019).

A importância da função exercida por Benedita é exemplificada por meio da organização burocrática, especificamente da aposentadoria e de benefícios dos(as) que estavam comprometidos devido a desestruturação que a associação se encontrava quando ela assumiu. Observa-se, a partir das entrevistas realizadas, que a atuação na presidência se dá a

partir do comprometimento com o interesse coletivo e o bem comum, mas também com interesses individuais.

Como exceção, em uma perspectiva “maternalista” de liderança, destaco a fala de Margarida:

Eu acho que é importante, sabe porquê? Que quando você chega num canto, você chega que vai atrás de alguma coisa e você diz assim sou presidente da associação rapidinho acontece. Se eu for procurar o prefeito, por exemplo, basta eu ligar pra uns secretários dele, diga a ele que é fulano de tal, presidente da associação tal, mas rapidinho ele resolve, então eu acho importante. Porque o presidente da associação representa a comunidade toda, né? Olhe quantas pessoas a gente tem aqui, aqui nós somos mais de 300 pessoas, 115 famílias com mais de 300 votantes (MARGARIDA, 2019).

A fala de Margarida destoa até aqui porque remete a uma posição de poder exercida por ela, ou seja, uma mulher que ocupa um cargo importante, que exerce poder nele e que se utiliza da presidência para a resolução de problemas exclusivamente burocráticos, na comunidade. Nesse sentido, ela pontua que o cargo ocupado a coloca em contato com as autoridades, facilitando a comunicação com o prefeito da cidade.

Além disso, existe o número expressivo de pessoas que residem no seu assentamento, fato que contribui na hora de conseguir recursos para a comunidade, uma vez que há interesses político partidário envolvido.

A atuação de Margarida, portanto, pode ser caracterizada como **poder para**, mas pode ser também um **poder com**, quando operados em prol de melhorias e solução de problemas próprios do assentamento (LEON, 1997). O empoderamento exercido na liderança diz respeito à política externa ao grupo, as formas de angariar recursos e em atuar na linha frente perante ao poder público.

Na fala de Margarida há a indicação do poder que ela exerce, sua influência e representatividade perante os(as) líderes da política municipal, INCRA EMATER¹⁹ e demais órgãos de assistência técnica que colaboram com o assentamento. Como apontam Neide Miele e Flávia Guimarães (1998, p. 48) e Emília Moreira (1997, p. 78), o(a) presidente(a) “passa a ser o grande interlocutor entre a comunidade e os órgãos públicos, propiciando o fortalecimento de uma estrutura centralizada de poder entre os assentados”. Assim, em um assentamento rural, o(a) presidente(a) pode ser tomado(a) como uma base que sustenta as instâncias do poder local e desenvolvem ações que, para algumas delas, são importantes e estão ligados aos interesses individuais

¹⁹ A Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal-Emater é uma empresa pública brasileira que foi instituída pelo Decreto 4140 de 7 de abril de 1978, de acordo com autorização constante da Lei 6500 de 7 de dezembro de 1977, com objetivos e finalidades específicos. Sua missão é apoiar produtores e trabalhadores rurais.

Elizabeth e Cristina disseram que não conseguem atribuir um significado ou importância ao que fazem e que são os(as) liderados(as) aqueles(as) que podem falar algo sobre seu trabalho nesse aspecto.

Questionei também sobre como se sentem, no campo das emoções e sensações, ao serem líderes dos(as) moradores(as) e como elas se veem diante disso. Novamente, questão do amor aparece como a maior gratificação que possam receber, vejamos o relato de Marta: *“Mulher, a minha emoção é o carinho que eles têm por mim. Eles passam para mim o carinho que eles têm, então isso pra mim é muito importante”* (MARTA, 2019).

O reconhecimento por parte deles(as) e o carinho demonstrado é, para a presidenta Marta, uma das emoções que ela sente em relação às suas ações para com os (as) moradores(as). Além de sua função como presidenta, ela exerce também um papel importante na vida daquelas pessoas da comunidade. Ela é um ponto de referência e apoio, ou melhor, uma liderança.

Marta acrescenta que eles(as) a emocionam e que, diante de qualquer que seja o problema, logo batem à sua porta. Em minha análise como oriunda de um assentamento, é compreensível que os(as) assentados(as) busquem a presidência a qualquer momento, uma vez que são ponte de acesso a determinados serviços por eles necessitados, a presidenta adquire status de via de acesso aos melhoramentos e benefícios para a comunidade (MOREIRA; TARGINO; NETO, 2000).

Por outro lado, retomo a questão da representação social maternal das mulheres presidentas observando que, na medida em que, esses postos estão a serviço exclusivo dos moradores, ou seja, não há horários de trabalho, mesmo havendo uma sede, o serviço funciona 24 horas por dia. Interessante observar isso porque, em determinado momento, Marta destaca o incômodo dos filhos sobre o excesso da procura, alegando que sua casa é mais procurada do que o “Samu²⁰” e a “delegacia”, que são serviços essenciais. Questiono até que ponto esse excesso ocorre também com presidentes homens ou se, no imaginário social, apenas as mulheres estão “a serviço”, abrindo mão dos seus desejos, anulando-se como sujeito em favor de outrem (COLARES; MARTINS, 2016).

No entanto, tal perspectiva crítica não é enxergada por Marta, ela acredita que a atenção que dá aos homens e mulheres do assentamento é que faz a diferença na convivência e no respeito mútuo que ela diz existir. Já Dilma, ex-presidenta de um dos assentamentos,

²⁰ O Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) 192 tem como objetivo chegar precocemente à vítima após ter ocorrido alguma situação de urgência ou emergência de natureza clínica (entre outras), que possa levar a sofrimento, a sequelas ou mesmo a morte.

afirmou saudosamente “*Eu gostei de administrar, foi bom, foi importante pra mim. “A gente fazia as reuniões que juntava todo mundo, ali a gente tinha algumas datas comemorativas que a gente fazia festinha”*. Segundo ela, essas reuniões e festas não existem mais.

Em relação às ações fomentadas, Margarida indica mudanças técnicas realizadas no assentamento:

Eu consegui mudar a Sede, foi meio ruim, mas eu consegui. Essa cisterna que tá vindo, graças a Deus e ao meu esforço de ir atrás, então isso vai ficar pra eles, né? Eu acho que isso é um benefício pra eles, os tanques de pedra que viviam abandonados hoje eles tão bem conservados, a gente conseguiu conservar, então eu acho que isso é bom, né? Isso é bom e importante. (MARGARIDA,2019).

Percebo que, dentre as entrevistas, Margarida é a que mais enfatiza as mudanças técnicas ocorridas como presidenta do assentamento, pontuando as mudanças realizadas graças à sua gestão. No caso de Benedita, ela pontua as dificuldades de realização das ações, uma vez que não havia recursos no assentamento:

Eu me sentia um pouco angustiada, né? porque quando a gente tem o que oferecer é bom, mas quando a gente não tem nada pra oferecer é mais difícil, né? Tinha dia que a gente não tinha nem como fazer um lanche, era difícil sabe? Mas assim mesmo a gente foi levando e conseguindo até o dia que eu entreguei. (BENEDITA,2019).

Margarida e Benedita são vizinhas de assentamentos, respectivamente, Assentamento Riacho Doce e Cascata, ambas, até então, são as únicas mulheres a ocupar a presidência em seus espaços. Para Margarida, as emoções e sensações estão ligadas ao seu trabalho, especificamente, por meio dos benefícios que já fez pela comunidade, já Benedita apontou que, durante o exercício presidencial, sentiu muita angústia a qual ela atribui aos problemas encontrados na associação, bem como à falta de recursos financeiros para realizar atividades do dia a dia.

Para Elizabeth, sua satisfação com a presidência está ligada à felicidade do grupo, em saber que ajudou e fez algum benefício que pode ter trazido alegria a alguém, bem como ver o reconhecimento no olhar de seus(suas) liderados(as). Já Para Cristina, a emoção está nas amizades que construiu ao longo dos anos como presidenta.

Posso inferir que, para essas mulheres, sentir-se fazendo o bem e ajudando os(as) assentados(as), é uma forma de contentamento e alegria para elas e que existe um aspecto de cuidado delas para com os(as) demais membros. Ocorre-me que o exercício do empoderamento para algumas dessas mulheres está diretamente ligado ao bem coletivo e às necessidades do grupo (que, muitas vezes, vão além de suas funções presidenciais). Entretanto, é preciso salientar que esse caráter assistencialista e de cuidado, presente em suas

perspectivas, é cultural, uma vez que o cuidado e a preocupação com o bem-estar de todos(as) são tidos como atributos culturalmente femininos.

Ao serem questionadas sobre como ocorrem as tomadas de decisões no assentamento, as respostas foram parecidas, há um senso de coletividade que é próprio da estrutura dos assentamentos, ou seja, de tomada de decisão coletiva. Nesse sentido, elas falaram que aquilo que é relativo ao assentamento é decidido coletivamente nas reuniões mensais ou quinzenais, nas quais tudo é registrado em ata.

4.3 Sentidos atribuídos à educação

Segundo a Lei de Bases e Diretrizes da Educação Nacional de 1996, Lei nº 9.494/96, a educação abrange não só processos de escolarização, como também todo e qualquer processo formativo que visa o desenvolvimento da pessoa humana, seja nas relações de socialização advindas do trabalho, das instituições de ensino, das organizações civis, dos movimentos sociais ou de manifestações culturais (BRASIL, 1996, art. 1).

Neste sentido, busquei nesse eixo compreender como as entrevistadas atribuem significados de valoração à educação, pensando tanto os processos de escolarização como os processos de escolarização e se há um entendimento de que esses processos educativos contribuem em suas experiências no assentamento. O depoimento de Marta, que é professora, corrobora com essa discussão.

Ela é de grande importância para nós enquanto jovens e adultos, e eu estou dizendo porque é o que eu faço hoje. Você vê um jovem humilde que mal fala e você termina no meio de uma reunião e no meio de uma sala de aula você fazendo com que ele se abra e fale algo da sua vida. Eu vou dizer pra você, aqui um pouco das mulheres que eu acompanho, as mulheres chegavam em sala de aula tão caladinhas e a gente sem saber o que era que ela tinha e ela fazia de tudo pra ficar sozinha comigo e ali eu ia observando um pouco a pouco e eles deixavam a aula terminar para conversar comigo, pra você vê a importância de uma conversa, de uma confiança. (MARTA, 2019).

Marta dá sentido a educação a partir de uma ênfase no processo de escolarização, tendo em vista que é professora. A educação tem papel fundamental na vida humana. É por meio dela que ocorre o desenvolvimento social, econômico, político e cultural de um país. Isso, em maior ou menor grau, por meio da educação se combate conflitos e problemas dos mais diversos tipos, se reproduz sentidos, culturas, isto é, “educação tem um papel fundamental na produção e reprodução cultural e social” (CARVALHO, 2010, p.7).

Marta considera a educação como algo importante, que abre mentes e modifica vidas, ela enfatiza particularmente a escolarização de jovens e mulheres alunas da Educação de Jovens e Adultos (EJA) das quais é professora e enxerga a educação como ponte para o

diálogo. É preciso pensar também no lugar de fala de Marta, uma mulher branca, com ensino superior, professora com uma história nos movimentos sociais do campo, ex-funcionária da Comissão Pastoral da Terra-CPT. O fato dela ser uma professora com formação acadêmica, acaba por contribuir para uma visão mais política sobre a educação, concebida como uma ferramenta capaz de fortalecer pessoas no sentido de elas criarem forças e condições para decidir sobre aspectos de suas vidas, possibilita discussões, debates, e reflexões acerca das realidades delas.

Ao ser questionada sobre em que medida a educação ajudou/a na direção do assentamento, Marta relatou que *“Com certeza. Muito! Aqui tem respeito, carinho e isso é resultado da educação, eu acho(risos). É preciso saber das coisas, né? Entender as burocracias”*. Ao questionar sobre a importância da educação, a presidenta Dilma também remete aos processos de escolarização, tendo em vista que também é professora. Ao falar sobre a contribuição da educação para o exercício na presidência, afirma: *“Eu acho assim, se eu não fosse professora eu não tinha o conhecimento que eu tive pra chegar na presidência da associação, e cheguei lá através da educação, como professor”* (DILMA, 2019).

Dilma, como professora, vê na educação uma forma de estabilidade profissional e acredita que se não fosse professora não teria tido o conhecimento necessário para liderar o assentamento. Para ela, seu trabalho como docente a ajudou a chegar na presidência. Tem-se que considerar que ela nasceu no assentamento, construiu sua história de vida entre as pessoas que a escolheram como presidenta, então não foi apenas o fato dela ser professora ou ter algum conhecimento acadêmico a mais que os(as) demais moradores(as), existe um contexto de pertencimento ao local, além das relações de amizade estabelecidas que convergiram para que ela fosse eleita presidenta.

Se for pensar que existe algum elemento de empoderamento na vida dela, é cabível falar em processos ligados à educação, ao local, a história de vida, a profissão exercida, bem como os meios para possíveis exercícios de empoderamento, visto que se realiza em processos em que homens e mulheres empoderam a si mesmos por meio de suas vivências, entre outros aspectos (DEERE; LEÓN, 2002).

Diferente de Dilma e Marta, Margarida teve que deixar os estudos muito cedo. Cheia de emoção, sentidos e reconhecimento da importância não só da educação, mas também dos professores e professoras, ela explica os motivos pelos os quais priorizou a educação dos filhos e da única filha.

Pra mim é tudo, educação é tudo! Meu pai não me deixou estudar não, ele dizia que lápis de pobre era o cabo da enxada e eu tinha que trabalhar na roça. Mas olha, as vezes eu fico dizendo aos menino, eu disse: “gente,

um professor ele começa na sala de aula e morre na sala de aula, porque ele começa estudando e termina ensinando”, porque professor forma doutor, forma policial, forma toda a qualidade de gente, o professor forma, então, pra mim, a educação é o melhor que existe na humanidade. (MARGARIDA, 2019).

Apesar da educação ser entendida como todo e qualquer processo formativo que contribui para a construção da pessoa humana, não há uma perspectiva abrangente pela maior parte das entrevistadas, elas restringem a educação aos processos de escolarização, atribuindo a maior importância a figura do(a) professor(a). Entretanto, a educação está além, como destaca Paulo Freire (2014), a educação se constrói na experiência, na troca de saberes e na problematização da realidade. Portanto, a escola por si só não cria elementos suficientes para promover rupturas se não estiver atrelada aos processos que compõem a realidade dos indivíduos. Assim, pode-se pensar que as vivências dessas mulheres são fortes aliadas no exercício do empoderamento delas nesses espaços públicos.

Margarida não pôde estudar, pois seu pai não deixou. Ela, assim como tantas outras mulheres do campo, teve que “trocar” o lápis e o caderno pelo cabo de uma pesada enxada. Ainda assim, chegou à presidência do assentamento e por meio de processos educativos não escolares estabeleceu relações com autoridades (como prefeito e entidades), bem como, realizou mudanças significativas no seu assentamento, como a mudança da sede e a obtenção de uma cisterna.

Muitas crianças, ainda hoje, passam por situações similares ao abandono escolar vivido por Margarida e isso se deve a diversos fatores, tais como: falta de recursos para manter a criança na escola, a distância entre a residência e a escola, a falta de transporte até a cidade, necessidade de mão de obra na roça, falta de compreensão da importância da educação para na vida dos(as) filhos(as). De acordo Ana Elizabeth Souza Silveira de Siqueira (2014), a baixa escolaridade ou completa falta dela faz com que muitas mulheres agricultoras, nordestinas, de baixa renda, educadas culturalmente para serem do lar, subordinadas aos seus pais e maridos, ainda sejam dos grandes desafios por elas enfrentados. Contudo, é preciso observar a resistência dessas mulheres que, mesmo com esses desafios, ocupam espaços de poder e os gerenciam, trazendo mudanças, como foi observado no relato de Margarida.

O acesso a escolaridade e a permanência na escola, bem como o acesso ao ensino médio e superior, já pode ser observado em algumas realidades de pessoas que moram nessas áreas, mas as dificuldades ainda existem e com um agravante: a violência que assola os espaços rurais e isso deixa muitos pais e mães com receio de mandar seus filhos e suas filhas para as escolas que cada dia estão mais distantes de suas casas, devido a política de fechamento das escolas do campo (CALDART,2009).

A importância da educação por ela é centralizada na figura do(a) profissional docente, ela não se reconhece como uma agente ativo desse processo educativo. Apesar de não ter o ensino fundamental completo, Margarida teve acesso à conhecimentos e a uma formação que contribuiu no exercício na presidência, atrelado a isto a sua experiência construída a partir da conversação diária, da observação das necessidades da comunidade, processos que não envolvem a escolarização, destaca:

Bom, assim, me ajuda, o pouco que eu conheço, né? Assim, através dos encontros, né? a gente faz vários encontros, a gente já teve lá na universidade de João Pessoa, aqui em Bananeiras, aí a gente vai adquirindo mais conhecimento por conta disso vai vendo, pesquisando e vai melhorando (MARGARIDA, 2019).

Margarida fornece pistas para entender processos educativos que estão além da escolarização “através dos encontros, né? que a gente faz vários encontros. Embora ela indique a UFPB (Campi I e III), cabe lembrar que muitos desses encontros se dão no âmbito do assentamento, em geral, são momentos, reuniões, formações ofertadas por ela (reuniões mensais), ou por técnicos da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural-Emater ou ainda pelos mutirões que os(as) moradores(as) organizam para solucionar problemas coletivos e de bem comum ao grupo.

A fala de Elizabeth se situa como um elemento importante de análise, porque apesar da ênfase no processo de escolarização, considerando suas dificuldades na leitura e escrita, destaca que a educação não se resume ao ensino escolar, vejamos:

Rapaz eu acho que hoje é tudo, hoje eu sinto falta porque eu sempre tô na igreja e eu tenho dificuldade pra ler, eu não sei ler bem e nem escrever, a verdade é essa, faz vinte e poucos anos que eu parei de estudar, a quarta série é pouco num é? Então eu acho que hoje a educação é tudo, tipo assim a educação só não é a escola, o preceito familiar que você tem que ter, respeito, tudo né? mas eu acho que a educação é tudo, a pessoa que consegue estudar tá de parabéns, que chega até onde sonha né (ELIZABETH, 2019).

Aqui se percebe um entrelaçamento entre seu entendimento a respeito da importância da educação ao seu próprio processo educativo, que também foi interrompido em 1994, quando ela precisou parar de estudar. Interessante observar a compreensão do conceito de educação visto por ela de maneira ampla, ou seja, há um senso de protagonismo no processo educativo, na medida em que pontua a questão do preceito familiar como parte deste processo. É possível apreender também que ela entende que os processos educativos não se efetivam apenas nos espaços escolares, mas em outros ambientes, logo, uma educação como prática social (SEVERO, 2015) que se faz presente em diferentes formatos ao longo da vida. Sobre como a educação a ajuda na direção do assentamento, Elizabeth informou que:

Eu acho que com o pouco que eu tenho...é por isso que hoje as outras pessoas as vezes não querem assumir porque são analfabetas, né? Então não sabem nem assinar o nome, muitos não sabem nem assinar o nome e diz assim, eu não quero né, se eu soubesse ler eu queria. Por mais pouco que é a minha, eu acho que serve pra alguma coisa, porque é como eu digo eu num sei ler bem, mas eu sei ler, um pouco. Eu sinto dificuldade pra ler textão, vamos dizer assim, escrever cartas, mas de qualquer forma, se eu fosse analfabeta de uma vez eu num estaria né? Ia ficar que nem os outros, num querem porque são analfabetos (ELIZABETH, 2019).

Elizabeth só estudou os três primeiros anos dos anos do ensino fundamental e não esconde suas dificuldades, tanto no campo da leitura como da escrita, o pouco que sabe é motivo de diferenciação entre ela e as demais pessoas do assentamento, uma vez que são analfabetos(as), aspecto esse que ainda é muito marcante no meio rural. Salienta-se que, diferentemente das demais entrevistadas, ela atribui à falta de interesse a presidência dos assentamentos a pouca escolaridade, entretanto, há um certo paradoxo em sua fala, ao analisar que as entrevistadas alegam que a falta de pessoas para assumirem a presidência tem sido um fenômeno ocorrido nos últimos anos.

A educação como meio para se ter uma estabilidade profissional foi o centro do relato de Benedita, considerando que foi por meio dos estudos que teve acesso, a partir de concurso, ao cargo de agente comunitária, ao atribuir sentido a importância da educação, destaca:

Se eu não tenho estudado nem um pouquinho, eu não tinha pegado esse emprego de Agente de Saúde, nem emprego nenhum, porque aqui não tinha, e esse emprego, minha filha, foi uma coisa de Deus, porque na época que eu comecei eu não tinha nem a quarta série completa (BENEDITA,2019).

O sentido da educação para Benedita também é diretamente atrelado à escolarização. Também relata que em um dado momento da vida atuou como professora, mesmo com a quarta série, e não dominando a leitura e a escrita. O pouco estudo que obteve foi suficiente, segundo ela, para ter uma profissão e a ajudou no exercício da presidência. Conforme suas palavras “*eu acho que ajudou, né? Porque se eu não tivesse nenhum pouco (de estudo) não tinha chegado onde tô*” (BENEDITA,2019).

Outro entendimento a respeito da importância da educação, para além da escolarização, vem da presidenta Cristina que afirmou, “*A educação é importante sim, porque sempre com a educação a gente aprende mais alguma coisa, o que ensina para os filhos, têm esse exemplo de educação também, né?*”. Entretanto, não soube dizer em que e como a educação a ajudou na direção do assentamento. Cristina cursou a primeira série do ensino médio em 2016, mas se evadiu da escola devido às dificuldades de transporte e a distância entre o assentamento e a cidade de Bananeiras.

Observa-se que em sua fala existem aspectos que remontam, mais uma vez, a educação que acontece no meio familiar (não apenas nele), uma vez que, para ela, a educação

serve para ter “*o que ensinar aos filhos*”. É aquilo que se transmite aos filhos(as), isto inclui a bagagem cultural que se tem. Isso apontar para o fato de que nesse “ter o que ensinar aos filhos” estão as múltiplas aprendizagens, incluindo as aprendizagens de gênero, foco do próximo item.

4.4 Aprendizagens de gênero

A partir dos processos educativos delineados, este item tem por objetivo enfatizar as aprendizagens de gênero que atravessam as vivências delas como presidentas dos assentamentos. Ao falar de aprendizagem de gênero me refiro aos processos educativos que advém das relações sócio-culturais: crenças, costumes, atitudes, habilidades, valores, conhecimentos, informações que os seres humanos vão abstraído e absorvendo, e que são adquiridos nos âmbitos familiar, escolar e social.

Ao referir-se a aprendizagem, Vygotsky (2010, p.103) afirma que “o aprendizado é considerado um processo puramente externo que os sujeitos vão introjetando em si e definindo seus comportamentos”. Portanto, ao falar de aprendizagens de gênero, nesta pesquisa, está se enfatizando tudo aquilo que é introjetado pelos sujeitos em sua relação com a atribuição desigual de poder entre homens e mulheres que determinam o ser feminino e o masculino (MATOS, 2015). Essa introjeção determina os processos educativos que serão reproduzidos socialmente.

As aprendizagens de gênero se dão ao longo da vida, desde o nascimento. Em geral, meninos são ensinados sobre formas (muitas vezes tóxicas) de serem homens, e meninas são ensinadas sobre as formas (delicadas, sensíveis e submissas) de serem mulheres. Tomando como foco de análise os territórios do campo, os meninos tendem a ajudar o pai no campo e as meninas a ajudar a mãe nos afazeres domésticos, reproduzindo feminilidades e masculinidades tradicionais (SARDENBERG, 2009). A necessidade de trabalhar fora do lar (e talvez as possibilidades que a cidade pode oferecer) contribuem para torcer um pouco a cultura que reforça que “lugar de mulher é [apenas] em casa”.

No caso das mulheres camponesas, continuam exercendo trabalho doméstico, mas também precisam contribuir com a renda de suas famílias, o que faz com que elas precisem exercer uma dupla, às vezes tripla, jornada de trabalho. Esses foram alguns dos desafios que Marta sinalizou, o que deixou visível que a presidência por ela exercida vai além das questões de gestão do assentamento, passando por contribuir com a vida dos(as) moradores(as).

Nas aprendizagens de gênero experienciadas pelas mulheres presidentas foi possível perceber aspectos sexistas que tentam diminuir, subestimar ou não acreditar na capacidade de comando quando se trata de mulheres. Conforme falou Marta, muitos homens do assentamento a julgavam ser incapaz de liderar o assentamento, mesmo ela já tendo desenvolvido trabalho como secretária da associação²¹.

“Uma coisa que eu achei bem interessante foi que no início muitos dos homens achavam que eu não ia dar certo, né? Hoje eles mesmos nenhum querem ser, agora em setembro venceu e a gente fez nova eleição e continuou a mesma Marta (risos) é isso” (MARTA,2019).

A existência de questionamentos, subestimação, “testes” e preconceito são situações que essas mulheres vivenciam, assim como muitas outras que exercem alguma função ou cargo de liderança²². Corroboram com essa discussão as sociólogas Lygia Gonçalves Costa Hryniewicz e Maria Amorim Vianna (2018, p. 08) ao afirmarem que “gerenciar homens, principalmente os mais velhos, pode ser um desafio”. Tais desafios podem ser explicados através de fatores como educação, aprendizagens de gênero, cultura e comportamentos machistas, pois acabam sendo um empecilho que, muitas vezes, fazem com que algumas mulheres desistam de lutar para ocupar determinados postos.

Decorre que os homens não querem mais ocupar esses espaços, entretanto, não gostam de ser comandados pelas mulheres (o que denota aspecto sexista), fato que gera uma dualidade, pois mesmo havendo uma desvalorização do cargo na medida em que as mulheres o ocupam, existe um elemento contraditório, pois elas estão em posições de poder, muito embora esse poder seja mais representativo do que prático.

As aprendizagens de gênero de Marta sugerem que há uma consciência de que os homens estão em espaços de dominação, sendo assim, para ela, está em um espaço que outrora fora dominado pelos homens é bastante significativo. A presença de homens em cargos e funções de destaque é algo presente na fala da ex presidenta Dilma, que aponta:

A gente vê mais os homens, os homens são presidente de associação, é o presidente da república, homem, é tudo homem. Foi difícil, mas mesmo assim eu me achei honrada, como mulher ser presidente de uma associação. Como mulher eu acho que eu me superei igual a ser homem, meu trabalho foi normal, igual (DILMA, 2019).

²¹A criação de uma associação é condição necessária para que os(as) assentados(as) tenham acesso aos benefícios dos programas assistenciais e créditos dirigidos pelos órgãos gestores da política agrária ou da política agrícola.

²²Problematizo novamente o fato dos homens não quererem mais ocupar os espaços da presidência nos assentamentos atribuídos na fala “*Hoje eles mesmos nenhum querem ser*”, o que denota uma desvalorização do cargo que, ao que tudo indica, está relacionada diretamente com a restrição e queda dos recursos destinados a estas localidades.

Como mulher, Dilma se sente honrada em ser presidenta e acredita que se superou, segundo ela, seu trabalho foi “igual” ao de um homem. Entretanto, problematizo a fala de Dilma: a que igualdade ela está se referindo? É certo que ela passou a ocupar um espaço que outrora fora dominado pelo masculino, mas o caminho que a levou até ali em nenhum momento denota equidade, Dilma pontuou o fato de os homens questionarem a sua capacidade em ocupar o cargo.

Além disso, as desigualdades de gênero são problemas históricos e culturais que acarretam as desigualdades entre os sexos e que empurram as mulheres para espaços subvalorizados nos campos trabalhista, familiar e social. Segundo a ONU Mulheres (2017), as mulheres do campo possuem desvantagens em relação aos homens. Assim, apesar de representarem 43% da mão de obra no meio rural, elas têm menos acesso aos insumos e serviços, bem como menores chances de administrar uma propriedade ou arrendar um pedaço de terra, quando isso ocorre, a qualidade do terreno é inferior ou reduzida.

A partir do momento em que estas mulheres ocupam estes espaços, é nítida a tentativa de gerar uma subvalorização do cargo, o que denota características sexistas, por parte dos homens nessas comunidades. Os reflexos disso encontram-se na fala de Dilma na medida em que demonstra se sentir incapaz de ocupar a função e isso não é por acaso ou por falta de competências profissionais por parte dela, mas devido a todo um contexto histórico e cultural no qual compete aos homens a ocupação de cargos de poder.

Todavia, é preciso salientar que estas mulheres resistem na medida em que ocupam esses espaços, fato que denota empoderamento nas relações de gênero, provocando incômodo masculino. O empoderamento de mulheres representa uma “ameaça” ao poder por eles exercido, uma vez que onde há empoderamento, há transformação pessoal atrelada a mudanças estruturais (CARVALHO, 2004; FREIRE, SHOR, 1986; LEÓN, 2001).

4.4.1 Aprendizagens de gênero no âmbito de atuação no assentamento

A transformação pessoal pode ser observada no modo como estas mulheres se enxergam a partir do momento que assumem espaços de exercício de poder. Ao questionar se elas se sentem referência para outras mulheres, Marta diz que:

Sim, de início não, mas eu me sinto porque a gente via muita mulher dentro dos próprios assentamentos que não tinham atitude né, elas achavam que eram a mínima, e aí a gente conversando e dizendo que não era daquele jeito, que elas tinham que saber por elas ser mulher, tinham que ter uma atitude, tinham que ter uma reação, e aí a gente mudou muito, e que hoje nós temos mais mulheres presidentes[...]os marido diziam assim...Marta tá fazendo isso com a minha mulher, porque ela é independente e quer fazer a minha

mulher também... porque antes ela se achava uma verdadeira Amélia, você sabe o que é uma Amélia? Sabe, não é? Então pronto, (risos) (MARTA,2019).

A transformação pessoal de Marta é algo que aconteceu de maneira gradativa, ou seja, ela não se enxergava como uma referência para as demais mulheres do assentamento. No entanto, hoje se percebe como alguém capaz de contribuir para o empoderamento pessoal de outras mulheres. Exercendo o **poder para**, Marta afirma que teve condições de ajudar algumas mulheres do assentamento a sair do reduto doméstico e adentrar também espaços públicos.

Trazendo a figura da Amélia²³-mulher recatada, do lar e para o lar²⁴, Marta aponta várias pistas que podem ser discutidas nas perspectivas de gênero, na medida em que sinaliza as reações dos maridos das mulheres com quem atua e de seus incômodos em torno de sua atuação. Na perspectiva dos tradicionais papéis de gênero, cabe às mulheres aquilo que se refere ao doméstico, uma certa subserviência aos maridos e isso causa incômodos. Mudar o patriarcado é algo fundamental na perspectiva do empoderamento de mulheres (SARDENBERG, 2009). A meu ver, não dá para dizer que realmente eram, são ou deixaram de ser “Amélias”, mas é um passo importante em direção a maior autonomia sobre suas vidas. Penso, ainda, que para haver mulheres nesse estado de empoderamento de si foi preciso dedicação, mudança de pensamento, cultural e social particularmente das mulheres. Pela fala de Marta foi importante, além de trabalhar com as mulheres, abordar também seus maridos. Para que as mulheres pudessem sair de casa até ir à escola, foi preciso que Marta conversasse com eles. Naquele contexto, esse “pedido de permissão” foi necessário. Assim, Marta usou de seu prestígio como presidenta, usando de seu empoderamento pessoal além do poder que exerce sobre parte dos(as) assentados(as), na tentativa de despertar o potencial de outras mulheres camponesas moradoras de sua comunidade.

Apoiada em Cecília Sardenberg (2010, p. 235), sinalizo que, por meio de suas ações e práticas, Marta vai criando fendas, abrindo caminhos e levando consigo algumas mulheres, o que pode permitir, questionar, desestabilizar e, talvez, “transformar a ordem de gênero da dominação patriarcal”. Pode ser ainda que elas vivenciem situações de empoderamento e não percebam, mas creio que sabem que, em alguns aspectos, houve mudanças. Marta acrescentou que:

²³ Música escrita por Mário Lago e Atilfo Alves (1942) que representa a submissão da mulher ao homem. Na letra, Amélia era uma fiel companheira do esposo que aceitava todas do dia a dia, e até passava fome ao lado do marido.

²⁴ Referência aos três adjetivos atribuídos a ex- primeira dama Marcela Temer que representaria a imagem de esposa fiel, companheira, bela e do lar. O que causou polêmica e questionamentos.

A palavra é liberdade... hoje eu sinto que elas tão liberta, você saber que uma mulher através de nossas palestras hoje ela faz sexo com o homem do jeito que ela quer e quando quer. Antes eles chegavam e diziam eu quero agora e elas iam, aí depois de muitas palestras aqui na sede mudou muito[...] e elas olharem pra pessoa e dizer foi ela que disse isso e vamos fazer porque você tá dizendo que é isso. Não, você tem que dizer que é você também, que é o que você quer, você pode, não eu que estou mandando que eu não mando em vocês. Você não é pior nem menor ou maior do que ele não, é igual, ele não tem liberdade para sair? Eu me sinto uma referência porque consegui mudar o pensamento de muitos, a liberdade de muitas. Tem uma mulher que não saia do terreiro de casa e hoje é alfabetizada e diz mais assim...você não manda em mim mais não... (risos) então isso é muito bom, e a gente se junta, faz questão de se juntar nas reunião pra conversar isso né, tem dia que a aula é isso (MARTA, 2019).

Marta, abertamente, luta pelo o que ela chama de “liberdade para as mulheres” por meio das palestras que já ministrou sobre temáticas relativas às mulheres. Paulo Freire diz que “liberdade é um parto” (1986, p. 38) e, nesse sentido, penso que Marta vem parindo, construindo formas de liberdade com/para as mulheres do seu assentamento. A liberdade, nessa direção, é uma conquista, uma transformação e de tensões nas estruturas das relações de gênero. No caso das mulheres, as mudanças, muitas vezes, ocorrem por meio de processos educativos. Nesse sentido, é por meio da educação que parte das mulheres desse assentamento estão se tornando autônomas em relação às suas vidas, mudando a cultura, embora que de maneira tímida, na qual foram criadas para serem obedientes (SAFFIOTI, 2015).

Percebemos um processo de transgressão e tensão nos papéis de gênero para que mudanças acontecessem. Aqui, cabe apontar o tipo de poder que ela aciona para intervir positivamente (ou não) na vida dessas mulheres: o **poder para**. Ainda, ao meu ver, Marta é uma mulher feminista, embora ela não use essa palavra, mas suas práticas apontam para uma vida de ativismo em prol de igualdade de gênero. Ela é uma mulher que exerce o empoderamento que vem gestando tanto na vida pessoal como na liderança do assentamento.

Dilma também se enxerga como uma referência para outras mulheres, uma vez que:

“Como mulher, a gente não deve se sentir inferior ao homem, né? Eu acho que a gente é igual, o direito que um homem tem, a gente tem também, né? E, já teve presidenta também da república, e, eu acho assim, que a gente é igual ao homem, eu não sei porque ainda existe diferença de salário, essa coisa, mais que deveria ser igual” (DILMA,2019).

Para Dilma, os direitos entre homens e mulheres são iguais e as diferenças, por exemplo de salário, não deveriam existir. Percebe-se, novamente, a problemática da afirmação de que os homens são iguais às mulheres, entretanto, na mesma frase, Dilma demonstra a percepção de que há desigualdade entre os sexos, na medida em que alega “*eu não sei porque ainda existe diferença de salário*”. Tal fato denota, a meu ver, que há certa consciência sobre as desigualdades em relação aos homens.

Segundo Glória Rabay e Jéssica Feijó (2016, p. 149), para que exista de fato igualdade, entre homens e mulheres é necessário “quebrar o ciclo vicioso entre o capital simbólico e o exercício de poder patriarcal em vigência é desestabilizar processos e estruturas que reproduzem a submissão da mulher”. Margarida acredita que é uma referência para outras mulheres pela forma como criou seus filhos e sua filha. Aqui, a referência parte de uma perspectiva “materna”, atribuição do ser feminino, como já discutido anteriormente. Segundo ela, isso é um ponto de referência. Em relação à presidência no assentamento, pensa que seu jeito de direcioná-lo “*é o jeito como as próximas lideranças devem trabalhar e que acho que eu sou uma boa referência, eu posso ser uma má referência, depende do olhar deles né*”.

A fala de Elizabeth indica que ela pode ter se inspirado em outras mulheres que já foram presidentas, assim “*eu não sei né, mas quem sabe né umas pessoas não pode ter se inspirado né? É que nem eu já disse, às vezes até eu mesmo posso ter me inspirado em alguma que já era*”. Talvez suas ações possam ter inspirado outras mulheres do assentamento e que a história de luta, superação e trabalho, podem em algum momento ter sido ou ser referência para alguém.

Cristina também destaca o fato de ser uma referência a partir de uma perspectiva maternal, destaca: *É, sou um exemplo, né? Porque nada me cansa, apesar de ser mãe de 10 filhos, apesar que já passei por momentos difíceis, como a perda de um marido, mas nada me faz ir pra trás, pra mim é importante eu seguir em frente, eu me sinto feliz*. A fala de Cristina dialoga com a sua realidade, ela faz parte de uma fatia percentual significativa de mulheres que são chefes de família no Brasil. Segundo o Estudo Sobre Seguro (ESS) (2018) 28,9 milhões de mulheres eram chefes de família no ano de 2015.

Cristina é avó de 6 crianças cujos pais ou mães, seus filhos e filhas, foram criados(as) por ela, sozinha, pois o marido faleceu quando sua filha mais nova tinha apenas 6 meses de vida. Ela relatou que foi uma fase difícil, mas que não desistiu de lutar por ela e pelas crianças e, por isso, se vê como exemplo, força e resistência que pode ser uma referência para alguma mulher.

Questionei-a se existe e, nesse caso, quais seriam as estratégias utilizadas no assentamento para os debates acerca das questões de gênero. Seguem algumas respostas que podem apontar pistas e caminhos pelos os quais algumas delas passam para falar sobre relação de gênero.

Sim, a sala de aula é uma das né? As reunião é muito boa, porque não é só a sala de aula, as reunião nos sábados, porque muitas vezes as mulheres tã em casa no sábado e no domingo sem fazer nada, nossa estratégia é se juntar no domingo de tarde pra conversar, cada uma conta sua história começando pelas brincadeiras de boneca. Como é que elas brincavam né, como era os batizados das bonecas. Isso é muito bom, então essa é uma das estratégias e aí nesse meio os homens entra também, no meio dessas conversas. E isso é nossa estratégia porque se você não se juntar elas ficam dispersas porque elas ficam com preguiça de sair de casa, porque realmente já tem tanto o que fazer, amarrar uma cabra, amarrar um bode, amarrar uma ovelha, buscar uma vaca, e aí realmente elas não vão procurar tempo. Então a conversa é melhor estratégia, é se juntar, é fazer um lanche comunitário e é dessa forma, traz seus moleques que a nossa sede é pra isso (MARTA, 2019).

A fala de Marta deixa explícito que a sala de aula é o espaço que ela tem e usa para falar sobre relações de gênero com as mulheres, mas que não fica apenas nesse espaço. Há também as reuniões e os encontros que acontecem no assentamento e que servem para esses fins. É interessante perceber que uma das formas que ela utiliza para discutir gênero é pelas brincadeiras que as mulheres brincavam quando crianças, pois o brincar é pedagógico e é por meio das brincadeiras, entre outras formas, que se ensina e se aprende a ser menina ou menino. A estratégia por ela utilizada é conversar sobre suas vidas, as brincadeiras de infância, as vivências, isso aponta para a construção de gênero coletivamente.

Com base nas produções acadêmicas de Guacira Lopes Louro (1997), entendo que é preciso ver, ouvir e sentir a multiplicidade de formas de constituição dos sujeitos e as brincadeiras infantis como construções sociais e culturais demonstram ser um desses elementos que podem contribuir para formação de determinadas identidades.

Na fala de Marta existem elementos e indícios de um **poder para** que é usado, consciente ou inconscientemente, para modificar ou melhorar a vida de alguém (LEÓN,1997). Talvez a ação de conversar sobre suas experiências ajude no processo de desconstrução de alguns dos padrões de gênero, nos quais elas foram educadas ou que, minimamente, corroborando para uma mudança de pensamento do que pode, de fato, estar acontecendo com algumas delas. O exercício do empoderamento, nesse sentido, é exercido no sentido de levantar as demais mulheres do assentamento. Não que isso as torne também empoderadas, porém contribui para que elas tenham uma referência de mulher que exerce determinado poder e para que compreendam, inspiradas nessa experiência, que também podem ocupar espaços de poder na sociedade.

4.4.2 Aprendizagens de gênero no âmbito da formação

Também busquei saber se elas já haviam participado de alguma formação, curso, oficina ou palestra que falasse sobre gênero e, nesse caso, onde, quando e quem ofertou. Passemos às suas respostas:

Sim, a gente participou de cursos. A gente faz sempre ali no sindicato também essas palestras sempre e leva elas pra essas palestras, eu falo questão de botar elas dentro de um carro e levar para elas ir. E a gente vê os discursos e relatos de muitas mulheres, o que elas passaram e a liberdade que elas têm hoje, então elas passaram pra ela e ela e as próprias mulheres daqui viram que estavam seguindo errado e hoje eu não vou dizer que está cem por cento porque eu vou tá mentindo, mas mudou muita coisa né (MARTA,2019).

Marta indica que já participou de cursos com a temática gênero, assim como outras mulheres do assentamento e, na concepção dela, isso contribuiu para a libertação de algumas mulheres pois, por meio dos discursos dos(as) palestrantes, elas puderam perceber suas próprias realidades. Em suas palavras: *viram que elas estavam seguindo errado*. Não diria que o motivo das/para as possíveis mudanças em suas vidas foram as palestras e cursos, uma vez que isso pode não ser suficiente para desconstruir estruturas criadas social e culturalmente, mas pode ter colaborado para que elas percebessem sua condição de subordinação, gerando conseqüentemente uma transformação.

Conforme Marta informou existem, nas reuniões, encontros e na própria sala de aula, discussões acerca de gênero, temática que é discutida a partir das vivências das alunas e alunos. É necessário pontuar isso, pois é perceptível a contribuição dos espaços de formação para uma mudança na perspectiva de gênero. Nesses cursos, os homens também são envolvidos e têm oportunidade de rever os papéis de gênero que lhes foram impostos socialmente. Carla Silva (2010) indica que nossa sociedade ainda está impregnada de idealismo e discursos que são repassados para as gerações futuras, dos quais, em determinados contextos e culturas, ainda se espera certo tipo de comportamento para eles.

Ainda sobre os cursos, indaguei sobre quem havia oferecido e como foi participar desses momentos, *“na assistência técnica eu que fazia mesmo essas palestras, a gente já tinha esses temas. Era, eu própria que dava a palestra”*. Isso aponta que Marta tem certo conhecimento a respeito das temáticas discutidas nesta dissertação de mestrado.

Sobre as instituições que ofertaram os cursos, ela relatou que:

As duas ONGs que era a assistência técnica que era da Agente e a de João Pedro Teixeira. A gente trazia pessoas de fora para fazer oficina e também a ação social veio fazer essas palestras a cada três meses, no dia da consciência negra, no dia internacional da mulher, várias datas comemorativas a gente traz para falar desses temas. O que foi pra mim foi isso que eu disse para você, a importância de poder passar pra elas, algo que a gente sabe que realmente vai depender delas, de cada uma dizer eu posso isso aqui e eu vou me libertar, é tanto que elas saíram. Os próprios homens que assistiram disseram “não vou mandar mais minha mulher pra essas palestras porque elas saíram de lá tudo decidida que agora eu vou ser assim” e realmente na segunda palestra elas mesmo já relataram, então a gente fazia a cada três meses essas palestras justamente pra ver como é que elas estavam, (MARTA,2019).

Os temas propostos nas palestra e oficinas, citadas por Marta, são de grande importância e que, de fato, podem ajudar muitas pessoas a se perceberem (ou não) como

pertencentes a um determinado grupo social, que ocupam espaços construídos para elas, mas que mudanças vêm acontecendo e que esses espaços estão, cada vez mais, sendo ampliados. Fazendo uma ponte com a fala de Cristina, pode-se pensar que talvez quando ela casou não tenha tido acesso a algum método contraceptivo ou, ainda, que influenciada por cobranças da família, do marido, amigos(as), acabou sendo mãe 10 vezes. Hoje, contudo, já é possível perceber que algumas mulheres têm mais abertura para decidir se querem ou não ter filhos/as.

Chama atenção na fala de Marta o fato de alguns homens que assistiram as palestras não quererem mais que suas esposas continuassem a participar das palestras, pois elas “saíram de lá tudo decidida que agora eu vou ser assim”. Esse fato denota que a ruptura de estigmas relacionados ao gênero não são fáceis de serem desconstruídos. Entretanto, Freire (1996, p.79) aponta que “mudar é difícil, mas é possível” e a “rebeldia” é o ponto de partida para qualquer mudança.

A presidenta Marta, relatou que, 15 dias antes de me conceder a entrevista, havia participado de um curso no Sindicato Rural de Bananeiras sobre feminicídio, ministrado pela delegada mulher da cidade de Campina Grande e que, no curso, foram distribuídos panfletos a respeito do tema.

Já participei de vários cursos, a gente foi inclusive em Alagoa Grande uns dois anos atrás a gente teve no dia que eles comemoram a morte de Margarida Maria Alves, né? Aí a gente foi pra um sobre violência contra a mulher, sobre violência até contra a criança a gente já participou de reuniões, encontros sobre isso. Foi o sindicato de Solânea que levou a gente (MARGARIDA, 2019).

Margarida indica que já participou de cursos e palestras sobre a temática da violência contra mulheres e crianças que foram promovidos pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Solânea. Margarida disse que seria muito bom se mais mulheres do assentamento tivessem contato com esses temas dado que, algumas delas, não acreditam “nessas coisas e pensa que estou inventando”.

O contato com discussões de gênero é uma realidade para poucas pessoas, não só na área rural, como também na área urbana. Essa temática ainda é vista com desconfiança. Gênero é um conceito suspeito não apenas nas áreas rurais, inclusive dentro da academia, tensionar e problematizar as relações de gênero, muitas vezes ainda é algo difícil de se fazer. Trata-se de um conceito pouco compreendido, pouco sensocomunizado (CARVALHO & RABAY, 2015) e suas filiações teóricas aos poucos é que estão sendo incorporadas nas ciências sociais e fora delas (MATOS, 2008).

Ainda em relação à participação em atividades que dialogam sobre questões de gênero, disse Benedita: *“Eu já participei, aprendi muito não (riso). Pra falar a verdade, já aconteceu muita violência, quer dizer, mas só que a gente fica assim, porque tu sabe que hoje em dia ninguém pode falar nada”* (BENEDITA, 2019). Benedita está se referindo às violências de gênero que ocorrem no assentamento.

Nas análises aqui apresentadas, percebi que parte das presidentas já participou de algum curso ou palestra a respeito de violência contra mulher, no entanto, a meu ver, esse tema ainda fica muito restrito ao espaço privado, familiar e, como percebe-se na fala de Benedita, ainda prevalece uma espécie de lei do silêncio, na qual ninguém fala ou não se “mete”, alguns(as) por medo de retaliações e outros(as) não agem devido a naturalização da violência contra mulher. Além disso, a violência é apenas um dos aspectos da temática de gênero que é bem mais ampla e complexa. A esse respeito apenas duas mulheres não falaram diretamente se existe (ou já existiu) algum problema dessa ordem nos assentamentos.

Já, já fui em palestra, já fui em Guarabira, já fui em Bananeiras e eu acho importante essas palestras, as vezes eu até digo que era bom se essas palestras acontecessem mais pra dentro da comunidade, porque as vezes tem uma palestra dessas tão boa. Eu acho importante a gente falar sobre gênero, mas vai uma pessoa ou duas da comunidade. Quando eu vou pra uma reunião dessa que chego aqui e falo talvez nem todo mundo acredite né? Fica naquela caixinha de muito preconceito. E eu acho assim que se isso tivesse mais pra dentro da comunidade, pra reunir homens, mulheres, jovens, crianças, eu acho que seria mais melhor. (ELIZABETH,2019).

A fala de Elizabeth, assim como a de Margarida e Marta, mostra que elas têm algum conhecimento acerca das questões de gênero e que já participaram de palestras a respeito. Um ponto em comum entre a fala dela e a de Margarida é a necessidade, indicada por elas, de mais mulheres do assentamento terem acesso a esse tipo de estudo e conhecimento. É importante observar, nas falas, que há uma desconfiança com relação às discussões de gênero. Segundo Elizabeth, seria melhor que palestrantes de fora do assentamento viessem falar sobre essa questão, pois acredita que, se fosse com ela, haveria um descrédito por parte das pessoas. Discutir questões de gênero é assumir um lugar de fala, sendo a ocupação desse lugar um desafio, tendo em conta a cultura de subordinação e silenciamento que as mulheres são impostas na sociedade.

Bourdieu (2014) aponta sobre a dificuldade das mulheres em imporem sua palavra, ainda mais em espaços públicos, isso porque a participação das mulheres na lógica da dominação deve ser decorativa, ou seja, não cabe a elas polemizar ou tomar a palavra para si. Na medida em que o fazem, há uma negação de suas palavras e seus discursos são descredibilizados, vistos muitas vezes como “histeria”, “exibição” e até mesmo “mentira”.

Há uma desvalorização social do discurso feminino quanto às questões de gênero, que aqui é observado nas falas de Margarida (“*pensa que tô inventando*”), de Benedita (*só que a gente fica assim, porque tu sabe que hoje em dia ninguém pode falar nada*), e de Elizabeth (“*sempre o povo escuta quem é mais... porque quando eu vou pra uma reunião dessa que chego aqui que falo talvez nem todo mundo acredite né?*”).

Não creio que seja possível fazer com que todas as pessoas daquele lugar possam escutar, entender e aceitar dialogar sobre relações de poder, ainda tão acirradas. Contudo, para isso acontecer, é preciso que sejam feitas mudanças nas estruturas e organizações sociais e culturais que atravessam a sociedade que ainda é centrada em paradigmas patriarcais (SAFFIOTI, 2015). A caixinha das desigualdades de gênero já foi aberta e, aos poucos, vem sendo esvaziada, mas ainda falta muito a ser feito.

Percebe-se que as presidentas apresentam, cada uma, diferentes concepções sobre as aprendizagens de gênero. Ao serem questionadas se percebem que romperam barreiras ao liderar os assentamentos. Vejamos o que disseram:

Muitas, muitas barreiras... eu ouvia, ela não vai dar conta disso não, ela vai sair agora, só basta um homem chegar aqui e dá um grito, aí eu disse que dou um maior (risos) eu vou dar um maior. E aí foi passando, mas eu vou dizer pra você que foram muitas barreiras, muitas, durante dois anos, foi uma fase pesada, que chegava os homens nem dava boa tarde e aí quando a gente começava a falar os pontos de pauta tudo direitinho, pronto, eles chegavam e se abriam e diziam o problema é esse vamos tentar resolver por isso, e aí estamos até hoje (MARTA,2019).

A fala de Marta, mais uma vez, indica o problema da falta de credibilidade por parte de alguns homens em relação ao seu trabalho e que bastava um homem “gritar” que ela deixaria a presidência, sendo isso um dos maiores desafios por ela enfrentados, especialmente, nos dois primeiros anos do primeiro mandato. Porém, a fala dela também indica um ponto de resistência, de pensar que pode gritar igualmente ou até mais alto que alguns homens. Interpreto esse trecho de maneira metafórica, em outras palavras: “eu também mando, assusto, você não mete medo”, o que pode ser um indicativo de que ela afasta as ameaças que surgem.

Essa fala me remeteu aos resultados de uma pesquisa que vi recentemente a respeito de como alguns homens se sentem quando são chefiados por mulheres. Divulgada no site *Huffpost Brasil*, em janeiro de 2017, a pesquisa intitulada “Homens veem mulheres poderosas como ameaça a sua masculinidade”, se deu por meio de uma simulação de entrevista de trabalho que seria supervisionada por uma mulher ou por um homem. O estudo foi realizado com dois grupos, sendo o primeiro com 76 homens e mulheres que tiveram que negociar o salário com o(a) novo(a) empregador(a), metade do grupo negociou com uma

mulher e a outra metade com um homem. O segundo grupo foi composto por 68 homens que foram informados que no novo emprego receberiam 10.000 dólares que teria que ser dividido com uma colega de trabalho. Já o terceiro grupo, continha 370 homens e mulheres que tinham que indicar se queriam ser liderados por um homem ou por uma mulher.

Ao final do primeiro grupo estudo que foi realizado na Califórnia, percebeu-se que os homens se sentiram mais ameaçados por uma supervisora mulher e as respostas diante dela foram mais assertivas. O segundo grupo, demonstrou que os homens se tivessem que dividir o bônus com uma colega dariam apenas a metade, já se fosse com um colega homem ofereceriam uma parte maior, o que pode indicar que se fosse com uma mulher alguns deles poderiam ser mais agressivos na hora da divisão. A conclusão a que os(as) pesquisadores(as) chegaram foi que cujo: o status em si (fama, dinheiro, prestígio e poder) sozinhos não são suficientes para fazer com que alguns homens se sintam ameaçados, mas sim o fato de ser mulher. O que pode ser ou é para muitas mulheres um desafio perante a ocupação de funções de destaque ou que denote algum tipo de poder.

Trouxe esse exemplo para argumentar que: a função pode não ser uma inteira ameaça para alguns desses homens e mulheres que duvidaram se Marta ficaria ou não na presidência, mas talvez o fato de ser uma mulher tenha sido maior motivo para tais comentários e comportamentos. Outro ponto a ser observado é o dinamismo das desigualdades e relações de gênero e poder que, ao contrário do que algumas pessoas, podem pensar não é algo fixo e estático e essa dinâmica no interior da subordinação se dá por meio da resistência.

Longe de pensar ou criar uma imagem meiga das colaboradoras, percebo que, em alguns momentos, a “agressividade” que historicamente é percebida em alguns homens, nessas mulheres também existe, uma vez que em seus cotidianos elas precisam atuar “de igual para igual” com todos(as), isso inclui os desafetos políticos que, por vezes, requerem respostas mais enérgicas, como a que foi dita por Marta “*a gente dá uma tapa, mas uma tapa carinhosa*”. Nesse contexto isso pode ser caracterizado como uma expressão de poder exercido sobre seus(as) liderados(as).

4.5 Apontamentos para o empoderamento nas relações de gênero

Ao final das entrevistas, conforme os quatro eixos delimitados, categorizei as falas das entrevistadas, de modo que pudesse sintetizar os principais resultados obtidos e, a partir disso, pensar possíveis apontamentos para o empoderamento nas relações de gênero. Assim sendo, segue quadro construído com síntese dos principais resultados, segundo interpretação:

Quadro 2: Categorização das entrevistas

CATEGORIZAÇÃO DAS ENTREVISTAS	
Eixos analisados	Principais resultados
CHEGADA À PRESIDÊNCIA	<p>O desinteresse, por parte dos homens, levou as mulheres a assumirem os cargos;</p> <p>A transferência de poder acarreta o processo de desvalorização do cargo de presidência;</p> <p>Falta de candidatos para concorrer à eleição;</p> <p>A presidência das mulheres é representativa;</p> <p>Há interesses individuais para justificar a aceitação do cargo, mas sobressai o interesse coletivo.</p> <p>A presidência como um espaço de exercício de poder não é observado, na maior parte das falas.</p>
PROCESSOS EDUCATIVOS NA LIDERANÇA DO ASSENTAMENTO	<p>Presidência aparece com cunho “maternalista”;</p> <p>O amor e o cuidado como gratificação na atuação se sobressaem;</p> <p>O exercício no poder é entendido como “ajuda”</p>
SENTIDOS ATRIBUÍDOS À EDUCAÇÃO	<p>Ênfase no processo de escolarização;</p> <p>Outros espaços são reconhecidos como componente dos processos educativos;</p> <p>O reconhecimento de que a educação está além da escolarização aparece mais nas falas das mulheres que possuem poucos estudos;</p> <p>As mulheres professoras pensaram a educação através de suas práticas;</p> <p>Todas as entrevistadas atribuíram muita importância a educação, dentro e fora do espaço da sala de aula.</p>
APRENDIZAGENS DE GÊNERO	<p>Há ruptura nas relações de gênero, porque as mulheres passaram a ocupar espaços que outrora eram dominados pelos homens;</p> <p>O empoderamento ocorre de maneira multifacetada, no exercício da presidência;</p>

	<p>As mulheres percebem que são referências para outras mulheres, na medida em que assumem espaços de poder.</p> <p>Algumas mulheres mantêm uma perspectiva “maternal” para justificar o porquê de serem referências;</p> <p>Há empoderamento nas relações de gênero, tomando como ponto de análise a ocupação das mulheres em cargos de poder, uma vez que a presidência contribui para gerar atitudes autônomas;</p> <p>As mulheres, em algum momento, tiveram acesso a discussões de gênero.</p> <p>O exercício no poder tende a modificar a percepção sobre elas mesmas, uma vez que a ocupação nesses espaços contribuem para uma maior aquisição de conhecimento no campo formativo possibilitados pelas experiências na presidência, bem como, pelo conhecimento mais acadêmico através de cursos de formação;</p>
--	---

Fonte: Construído pela autora a partir da análise das entrevistas (2020).

Ao longo deste capítulo busquei problematizar os elementos em torno das questões de gênero e empoderamento que as mulheres presidentas me deram, a partir das seis entrevistas realizadas com elas. Esse movimento me possibilitou conhecer um pouco mais a respeito da organização dos assentamentos, bem como perceber outras nuances que antes haviam passado despercebidos ou que eu não tinha maturidade acadêmica para enxergar além de uma paixão de quem tem suas origens entre elas.

Penso que existe a presença de elementos nas falas que denotam o exercício de empoderamento. Entretanto, é preciso salientar que há exercício de poder em seus locais de liderança, mas há, também, a manutenção de alguns estereótipos sexistas, que acabam por reproduzir desigualdades. Ainda assim, mesmo com os desafios apresentados, a ocupação do cargo tem um peso significativo para estas mulheres que, têm buscado estratégias para atuarem em seus assentamentos.

Tal exercício de poder acarreta em processos educativos, dentre eles, as aprendizagens de gênero possibilitadas nos espaços de formação e essas aprendizagens modificam a percepção dessas mulheres sobre elas mesmas, fato que conseqüentemente ocasiona transformação. Pode-se afirmar, a partir disso, que o empoderamento é um exercício árduo, gradativo e inconstante, experienciado de diferentes formas. No caso desta

dissertação, as mulheres presidentas desses assentamentos são as principais protagonistas desse processo, aquelas que estão rompendo as barreiras impostas às mulheres do campo.

Se pode entender que há empoderamento pois há uma ruptura e, a partir dessas, a modificação na mentalidade, no entanto, o empoderamento é parcial. É parcial porque não alcança todas as mulheres da mesma forma, é parcial porque a mudança na estrutura sexista é quase inexistente, porque as mulheres reproduzem estereótipos sexistas no exercício da presidência e não refletem sobre isso e porque o empoderamento é uma necessidade, no sentido de que as mulheres criam suas estratégias com a finalidade de se manterem naqueles espaços.

O processo de empoderar-se é complexo e gradativo, mas é necessário, principalmente quando se fala em questões culturais e históricas que determinam as relações de gênero. Na medida em que estas mulheres ocupam estes cargos de presidência, nos assentamentos, adquirem controle na tomada de decisões, conseqüentemente há uma necessidade de conquistar novas habilidades em meio a essa nova realidade, fato que gera uma transformação que ocorre de dentro para fora.

Os processos educativos são primordiais para o processo de empoderamento, e podem ser observados nas entrevistas através do acesso aos espaços de formação, que conseqüentemente possibilitam a troca de experiências das mulheres presidentas com outras mulheres do assentamento, contribuindo para que haja um espaço coletivo de troca de saberes.

Nesse sentido, se mobilizam individual e coletivamente para mudar relações de poder, em que estão inseridas, como pôde ser observado. Portanto, o exercício na presidência pode abrir caminhos, “fendas” que possibilitem a cada pessoa encontrar “brechas” para resistir a todos os mecanismos de poder que as oprime.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As discussões e argumentos produzidos nesta dissertação de Mestrado acerca de gênero, educação e empoderamento de mulheres camponesas tiveram por finalidade responder à seguinte questão: Os processos educativos experienciados nas aprendizagens de mulheres camponesas têm contribuído para processos de empoderamento nas relações de gênero, tomando como foco de análise o exercício na presidência, em assentamentos rurais no município de Bananeiras/PB? Partindo disso, elencou-se como objetivo desta pesquisa: é conhecer e analisar os processos educativos de empoderamento de mulheres presidentas de assentamentos rurais de Bananeiras- PB.

Discutir empoderamento de mulheres e gênero, assuntos tão contemporâneos, em um cenário em que a palavra gênero tem sido vista como uma agressão aos bons costumes da família tradicional brasileira é, antes de tudo, um ato político, uma vez que elas vão(estão) construindo e ressignificando os costumes, a cultura, as aprendizagens e relações de gênero e poder, ajudando a (re)desconstruir as formas centradas na figura masculina de exercício de poder. Nesse sentido, busquei analisar, a partir de seis entrevistas realizadas com mulheres que atuaram ou que atuam na presidência em assentamentos no município de Bananeiras/PB, se há processos de empoderamento, na medida em que essas mulheres ocupam espaços que outrora foram dominados por homens.

A partir das histórias de Marta, Dilma (ex presidenta), Margarida, Elizabeth, Benedita (ex presidenta) e Cristina, compreendi os processos de chegada dessas mulheres à presidência dos assentamentos, bem como, processos educativos relacionados às respectivas atuações; refleti sobre as aprendizagens de gênero que atravessam as vivências delas como presidentas dos assentamentos; conheci os sentidos atribuídos à educação e à escolarização delas; e, por fim, investiguei se os processos educativos que envolvem as aprendizagens destas mulheres, advindos das respectivas atuações na presidência, tem contribuído para o empoderamento, no que concerne às relações gênero nesses espaços.

A partir das categorizações das falas e com base na análise de quatro eixos (Chegada à presidência; Processos educativos na liderança do assentamento; Sentidos atribuídos à educação; Aprendizagens de gênero) pude perceber que o empoderamento nas relações de gênero ainda tem se constituído como um desafio para as mulheres camponesas que estão ocupando espaços de poder. Ao tomar como foco de análise as experiências dessas mulheres e suas aprendizagens de gênero em assentamentos rurais, no município de Bananeiras/PB, cheguei a algumas conclusões, tais como: na medida em que as mulheres assumem cargos

que outrora foram ocupados por homens, há uma subvalorização daquele cargo e da atuação nele; há evidências de que homens estão abandonando esses cargos, devido a restrição e ausência de recursos para as associações. Assim, por meio dessa pesquisa, verifiquei que com a falta de recursos, as mulheres passam a ocupar esses cargos a partir de uma atuação mais representativa do que prática, uma vez que os recursos para implementar propostas no assentamento são bastante escassos, às vezes, até inexistentes.

A subvalorização do cargo acarreta em um trabalho de baixo valor social, que é visto pela comunidade como uma “ajuda” ou ainda como um cuidador maternal, o que descaracteriza a função social dessas mulheres no exercício da presidência. Percebeu-se, também, que as mulheres assumem a presidência a partir de uma perspectiva “maternal”, em que sobressai o amor e o cuidado com o assentamento, o que denota incorporação de estereótipos sexistas e socialmente aceito pela comunidade. Existe, também, por parte das mulheres uma clara preocupação com a garantia dos benefícios, no caso das entrevistadas, sobressai a aposentadoria, tendo em vista que é a partir da associação que há essa contribuição e isso é um requisito do Instituto Nacional de Seguro Social- INSS.

Pude perceber também que, apesar dos homens não se interessarem pelos cargos, há um incômodo em ver as mulheres ocupando estes espaços, isto porque mesmo com a precariedade de recursos, elas são responsáveis por encaminhar as tomadas de decisões, portanto estão no comando desses assentamentos. O que evidencia que o incômodo por parte dos homens reside em ter mulheres a frente das tomadas de decisões. Esse incômodo, por parte dos homens, pode ser observado na medida em que questionam o modo como as mulheres atuam nos assentamentos e, até mesmo, as intimidam por meio de palavras, ações e comportamentos. Evidencia-se a subestimação delas.

Outro ponto percebido foi o fato das mulheres estarem à frente desses cargos, mesmo com os desafios apresentados, é bastante significativo, pois o exercício de poder possibilita uma mudança nas perspectivas delas sobre elas, mudança que é possibilitada pelo acesso a espaços formativos, na medida em que assumem a presidência. Além disso, o fato de serem referências para outras mulheres cria uma maior rede de diálogos entre elas e as moradoras do assentamento.

No que diz respeito às aprendizagens de gênero, elas ocorrem não apenas no campo das experiências e do cotidiano. Além disso, ocorrem também a partir de cursos de formação na temática de gênero que são ofertados pelo Sindicato e pela participação em movimentos, por eventos, como a Marcha das Margaridas que possibilita aprendizagens de gênero, entre outros aspectos. O acesso aos cursos de formação na temática de gênero contribui,

sobremaneira, para uma transformação na perspectiva destas mulheres sobre questões de gênero que norteiam a comunidade.

Esses resultados, obtidos por meios das falas destas mulheres, dão elementos para pensar a questão do empoderamento delas como um processo que é gradativo, inconstante e diversificado. Pensar o empoderamento de mulheres camponesas no exercício de cargos como a presidência, espaço historicamente dominado por homens, tem se constituído como um desafio. Ainda mais quando esses desafios são multifacetados, porque envolvem para além das questões sexistas, questões estruturais e financeiras, que põe em xeque a atuação dessas mulheres.

Todavia, saliento que a participação e comando por parte dessas mulheres é também um grito de luta e resistência às marcas do patriarcalismo que ainda se faz ativamente presente em muitos lugares, dentre eles, os espaços rurais. Com ressalvas de que em alguns espaços podem ser mais ou menos presentes.

Diante do exposto, considero necessário o aprofundamento de estudos que reflitam sobre os processos de empoderamento das mulheres rurais, particularmente aquelas que compõem espaços de atuação na presidência em assentamentos rurais. Aposto na força dessas mulheres e na contribuição delas para a construção de uma sociedade mais justa para todas e todos. Por fim, coloco esperança em pesquisas para contribuir com as discussões e compreensões acerca de gênero, empoderamento e educação no âmbito nos contextos rurais.

REFERÊNCIAS

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. **Dicionário de Língua Portuguesa**. 2 ed. Companhia editora Nacional. São Paulo, 2008.

BASTOS, Fernanda Conceição de Souza. **Cultura, política e os fazeres da Comissão Pastoral da Terra (CPT)**. 2012. 166 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) - Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro-CCH/ UENF campos dos Goytacazes- Rio de Janeiro. 2012.

BAUER, Martin W; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. Tradução de Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis: Vozes, 2002.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Estabelece as diretrizes e bases da educação. 1996. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm> Acesso em: 10 de jan de 2020.

_____. **Presidência da República**. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Enfrentando a Violência contra a Mulher – Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2005. 64p.

_____. **Resolução do Conselho Nacional de Saúde- CNS**. 2016. Disponível em:
<<http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>> Acesso em: 19 de jul de 2019.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 1.Ed.Rio de Janeiro:BestBolso,/2014.

CALDART, Roseli Salete (org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro. Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

_____, Roseli Salete. **Educação em movimento: formação de educadoras e educadores no MST**. Petrópolis: Vozes, 1997.

CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de Carvalho; RABAY, Glória. Usos e incompreensões do conceito de *gênero* no discurso educacional no Brasil. **Rev. Estudos Feministas**, Florianópolis, 23(1): 312, janeiro-abril/2015. Disponível em:
<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104026X2015000100119&script=sci_abstract&tlng=pt> Acesso em: 15 de jul de 2019.

_____, Maria Eulina Pessoa de. MODOS DE EDUCAÇÃO, GÊNERO E RELAÇÕES ESCOLA-FAMÍLIA. **Cadernos de Pesquisa**, v. 34, n. 121, jan./abr. 2004 41 Modos de educação... **Cadernos de Pesquisa**, v. 34, n. 121, p. 41-58, jan./abr. 2004.

_____, Maria Eulina Pessoa de. “Gênero é um conceito complexo e de difícil sensocomunicação: considerações a partir de uma experiência de formação docente”. **Revista Instrumento**, v. 12, n. 2, 2010b, p. 75-87. 2010.

_____, Maria Eulina Pessoa de; ANDRADE, Fernando César Bezerra de. MENEZES, Cristiane Sousa de. **Equidade de Gênero e Diversidade Sexual na escola: Por uma prática pedagógica inclusiva. Projeto "iguais porque Diferentes"**. João Pessoa. 2009.

COLARES, Sthephany Caroliny dos Santos; MARTINS, Ruimarisa Pena Monteiro. Maternidade: Uma construção Social além do desejo. Revista de Iniciação Científica da Universidade Vale do Rio Verde, Três Corações, v. 6, n. 1, 2016, p. 42-47.

CAPRA, Miriã Joyce de Sousa Sales. **A dominação carismática de lideranças femininas neopentecostais: do culto das princesas de Sarah Sheeva ao casamento blindado de Crstiane Cardoso**. Programa de Pós-graduação em Ciências das Religião da Pontifícia Universidade Católica de Campinas. 2017.

CAVENAGHI, Suzana. **Mulheres chefes de família no Brasil: avanços e desafios**. Rio de Janeiro: ENS-CPES, 2018.

CINELLI, Catiane; JAHN, Elisiane de Fátima. A constituição de identidades camponesa e feminista no Movimento de Mulheres Camponesas. **Rev. Revista Espaço Acadêmico- N° 117-Fevereiro de 2011**. Disponível em: <<http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/11796>> Acesso em: 04 de jul de 2019.

CORA CORALINA: **“Vintém de cobre: meias confissões de Aninha”**. 6ª ed., São Paulo: Global Editora, 1997, p.145.

DUQUE ARRAZOLA, Laura Suasana: **O lugar das mulheres nas políticas de assistência social**. um estudo sobre a experiência do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil em Pernambuco. 2004. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2004.

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta. **A POLÍTICA DA AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS**. REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS SOCIAIS - VOL. 20 N°. 59. 2005. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v20n59/a07v2059.pdf>> Acesso em 07 de jan. de 2020.

FLICK, Uwe. **Qualidade na pesquisa qualitativa**. Coleção Pesquisa Qualitativa (Coordenação de Uwe Flick). Porto Alegre: Bookman, Artmed, 2009.

FERREIRA, Ana Paula Romão de Sousa. **A trajetória política-educativa de Maria Margarida Alves: entre o velho e o novo sindicalismo rural**. Tese de Doutorado/UFPB. João Pessoa, 2010.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Paz e Terra. Rio de Janeiro, RJ: 1987.

_____, Paulo. SHOR, IRA Shor. **Medo e Ousadia – O Cotidiano do Professor**. tradução de Adriana Lopez; revisão técnica de Lólio Lourenço de Oliveira. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

_____, Paulo. **Educação e mudança**. 28ª ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2005.

GOHN, Maria da Glória. Educação Não Formal e o educador social em projetos sociais. In: VERCELLI, Lígia A.(org.). **Educação Não Formal Campos de atuação**. Vol. 11. Paco editorial, Jundiaí. 2013.

HRYNIEWICZ, Lygia Gonçalves Costa; VIANNA, Maria Amorim. Mulheres em posição de liderança: obstáculos e expectativas de gênero em cargos gerenciais. **Cad. EBAPE.BR** [online]. 2018, vol.16, n.3, pp.331-344. ISSN 1679-3951.

LEAL, Sandra Cezar. **A feminização persistente na qualificação profissional da enfermagem brasileira**. Universidade do Vale do Rio dos Sinos. 2010. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/228906772_A_feminizacao_persistente_na_qualificacao_profissional_da_enfermagem_brasileira> Acesso em: 10 de jan. de 2020.

LEÓN, Magdalena. **EMPODERAMIENTO: RELACIONES DE LAS MUJERES CON EL PODER**. Tercer Mundo. Bogotá, 1997.

_____, Magdalena; DEERE, Carmen Diana. **O Empoderamento da Mulher: direitos à terra e direitos de propriedade na América Latina**. Tradução: Letícia Vasconcellos Abreu, Paula Azambuja Rossato Antinolfi e Sônia Terezinha Gehering. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

LEITE, Jáder Ferreira. DIMENSTEIN, Magda. MOVIMENTOS SOCIAIS E PRODUÇÃO DE SUBJETIVIDADE: O MST EM PERSPECTIVA SOCIAL. **Psicologia & Sociedade**; 22 (2):Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, Brasil. 269-278, 2010.

LOURO, Guacira Lopes. **Corpo, escola e identidade**. Porto Alegre: FAGED/UFRGS, Educação e Realidade, v. 25, n. 2, 2000.

_____, Guacira Lopes. **Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

_____, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**. Uma perspectiva pós estruturalista Guacira Lopes Louro - Petrópolis, RJ, Vozes, 1997. p. 14-36.

MATOS, Marlise. Teorias de gênero ou teorias e gênero? Se e como os estudos de gênero e feministas se transformaram em um campo novo para as ciências. **Revista Estudos Feministas**. V.16, n.2: 333-357, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v16n2/03.pdf>> Acesso em: 26 de nov de 2018.

_____, Marlise. **Gênero e empoderamento de mulheres**. Minas Gerais, 2015. Disponível em: <<http://www.wiego.org/sites/default/files/resources/files/3%20Gender%20and%20Empowerment.pdf>> Acesso em: 24 de nov de 2019.

MELO, Silas Nogueira de. **Educação no campo e educação rural: distinção necessária para compreensão da realidade geográfica**. 2011. 58 f. Trabalho de conclusão de curso (bacharelado - Geografia) - Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências e Ciências Exatas, 2011.

MEYER, Dagmar Estermann. TEORIAS E POLÍTICAS DE GÊNERO: fragmentos históricos e desafios atuais. **RevBrasEnferm**, Brasília (DF) 2004 jan/fev;57(1):13-8 Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/reben/v57n1/a03v57n1.pdf>> Acesso em: 15 de jul. de 2018.

_____, Dagmar Estermann; PARAÍSO, Marlucy Alves. **Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação**. (organizadoras). –BeloHorizonte: Mazza Edições, 2012.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social**. Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos da metodologia científica**. 5º edição. Editora Atlas S.A: São Paulo, 2003.

MOARES, Lorena de Lima. **Entre o público e o privado**: a participação política de mulheres rurais do sertão pernambucano. Tese (doutorado) apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2016.

PARAÍSO, Marlucy Alves. Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação e currículo: trajetórias, pressupostos, procedimentos e estratégias analíticas. In: MEYER, Dagmar Estermann; PARAÍSO, Marlucy Alves, (orgs). **Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação**- Belo Horizonte: Mazza Edições, 2012. 21-45

PESSOA, Fernando. **Mensagem**. Lisboa: Parceria António Maria Pereira, 10ª ed. Ática, Lisboa, 1972.

PIMENTA, Herbene Fernandes. Contextos de assentamentos: práticas educativas como possibilidade de emancipação humana. In: AMARAL, M. G. Belchior; SILVA, José A. Alves da. BATISTA, M. Thaís de Oliveira. (orgs). **Pedagogia Social um horizonte educativo para contextos diversos**. Editora Imprece. Fortaleza- CE, 2018.

RAMALHO, Cristiane Barbosa. **Impactos Socioterritoriais dos Assentamentos Rurais no Município de Mirante do Paranapanema** – Região Do Pontal Do Paranapanema/S.P. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Paulista-SP. 2002.

RAPPAPORT, Julian, “Desinstitucionalização: Empowerment e inter-ajuda”, in **Análise Psicológica**, nº2 (VIII), Lisboa: ISPA. 1990.

SANTOS, Milton. **O Espaço do Cidadão**. 7. ed. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007.

SCHNEIDER, Sergio. Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate. **Revista de Economia Política**, vol. 30, nº 3 (119), pp. 511-531, julho-setembro/2010.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2015.

_____, Heleieth. Posfácio: conceituando gênero. In: SAFFIOTI, H.; MUÑOZ-VARGAS, Monica. (Org.). **Mulher brasileira é assim**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; Brasília: UNICEF, 1994. p. 271-283.

SARDENBERG, Cecília Maria Bacellar. **Liberal vs liberating empowerment: a Latin American feminist perspective**. *Pathways Working Paper 7*, Pathways of Women's Empowerment, Brighton, UK; IDS – Institute of Development Studies, 2009.

_____, Cecília Maria Bacellar. Da transversalidade à transversalização de gênero In: ALVES, Ivya et al. (Org.). **Travessias de gênero na perspectiva feminista**. Salvador: NEIM/EDUFBA, p. 37-73, 2010.

_____, Cecília Maria Bacellar; SILVA, Zuleide Paiva da. **Rastreando o feminino, rompendo silêncios: “queixas” e “cenas” de violência contra a mulher em Conceição do Coité-BA (1980-1990)**. Salvador:EDUFBA:NEIM,2014.

SILVA, Artenira da.MANSO, Almudena García. O que é ser menina? Identidade e significados da feminilidade infantil e adolescente na cidade de São Luís do Maranhão. **Argumenta Journal** .Law n. 26 p. 239-264 jan/jun 2017.

SILVA, Jeane Félix da. "**Quer teclar?**": aprendizagens sobre juventude e soropositividade através de bate-papos virtuais. Tese (doutorado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação, Programa de Pós-graduação em Educação, Porto Alegre, BR-RS, 2012.

SILVA, Manoel Vieira da. **Do Sítio Caboclo ao assentamento Nossa Senhora das Graças: território de exploração versus território de esperança**. Dissertação (mestrado)- Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2011.

SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais**. 15 ed. Vozes. Petrópolis, RJ, 2014.

TEDESCHI, Losandro Antonio; TEDESCHI, Sirley Lizott. **A História das Mulheres (séc. XX - XXI): entre poder, resistência e subjetivação**. Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 11, n. 26, p. 508 - 529, jan./abr. 2019.

VYGOTSKY, Lev S. **Psicologia pedagógica**. 3ª ed. São Paulo. Editora WMF Martins Fontes, 2010.

ZUCCHETTI, Dinora Tereza; MOURA, Eliana Perez Gonçalves de. **Educação não escolar: gênese de um novo modo de educar**. 2016. Disponível em: <http://redeestrado.org/xi_seminario/pdfs/eixo9/143.pdf> Acesso em: 20 de jul de 2019.

Sites consultados

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa nacional por amostra de domicílios: síntese de indicadores. IBGE, Coordenação de Trabalho e Rendimento. - 2. ed. - Rio de Janeiro. 296 p. 2013. Disponível em: <<https://ww2.ibge.gov.br/home/>> Acesso em: 12 de nov de 2018.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Princípios de Empoderamento das Mulheres** Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2016/04/cartilha_WEPs_2016.pdf> Acesso em: 20 de out de 2018.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Trabalho doméstico não remunerado representa até 39% do PIB dos países, diz ONU Mulheres**, 2017. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/trabalho-domestico-nao-remunerado-representa-ate-39-do-pib-dos-paises-diz-onu-mulheres/>> Acesso em: 16 de abri de 2020.

Organização das Nações Unidas. **16 fatos sobre desigualdades entre homens e mulheres**. 2017. Disponível em: < <https://nacoesunidas.org/onu-16-fatos-sobre-desigualdades-entre-homens-e-mulheres/>> Acesso: 16 de abri de 2020.

APÊNDICE A- Termo de Livre Esclarecido- TCLE



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO- TCLE

A senhora está sendo convidada a participar de uma pesquisa que tem como tema: **UM OLHAR DE GÊNERO PARA OS PROCESSOS EDUCATIVOS DE EMPODERAMENTO DE MULHERES NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA DE ASSENTAMENTOS RURAIS DE BANANEIRAS- PB**, será desenvolvida por Josilene Rodrigues da Silva, aluna regularmente matriculada no Programa de Mestrado em Educação da Universidade Federal da Paraíba, sob a orientação da professora doutora Jeane Félix da Silva.

O **objetivo geral** da pesquisa é conhecer e analisar os processos educativos de empoderamento de mulheres presidentas de assentamentos rurais de Bananeiras- PB. Os **objetivos específicos** são: a) compreender os processos de chegada das mulheres à presidência dos assentamentos; b) refletir sobre as aprendizagens de gênero que atravessam as vivências delas como presidentas dos assentamentos; c) conhecer os sentidos atribuídos à educação e à escolarização pelas mulheres estudadas; d) perceber se o empoderamento delas contribui para empoderar outras mulheres dos assentamentos.

O presente estudo justifica-se por se tratar de um tema muito importante para o campo das ciências humanas e sociais, especificamente no campo dos Estudos Culturais da Educação, uma vez que os estudos de mulheres a cada dia se tornam mais necessários haja vista que as mulheres têm conquistado espaços tradicionalmente aceitos como sendo de homens, no entanto isso tem mudado e as mulheres hoje também estão ocupando espaços e funções de poder. A presidência de assentamentos é um lugar de poder que é exercido por mulheres, fato que despertou real interesse em estudá-lo e divulgá-lo.

A participação da senhora na presente pesquisa é de fundamental importância, mas será voluntária, não lhe cabendo qualquer obrigação de fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pelos pesquisadores se não concordar com isso, bem

como, participando ou não, nenhum valor lhe será cobrado, como também não lhe será devido qualquer valor.

Caso decida não participar do estudo ou resolver a qualquer momento dele desistir, nenhum prejuízo lhe será atribuído, sendo importante o esclarecimento de que os riscos da sua participação são considerados mínimos, limitados à possibilidade de eventual desconforto psicológico ao responder a entrevista que lhe será apresentada, em contrapartida, os benefícios obtidos com este trabalho serão importantíssimos e traduzidos em esclarecimentos para a população estudada.

Em todas as etapas da pesquisa serão fielmente obedecidos os Critérios da Ética em Pesquisa com Seres Humanos, conforme Resolução nº. 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde, que disciplina as pesquisas envolvendo seres humanos no Brasil.

Solicita-se, ainda, a sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos científicos ou divulgá-los em revistas científicas, assegurando-se que o seu nome será mantido no mais absoluto sigilo por ocasião da publicação dos resultados.

Caso a participação da senhora implique em alguns tipos de despesas, estas serão ressarcidas pela pesquisadora responsável, o mesmo ocorrendo caso ocorra algum dano.

A pesquisadora estará a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Eu, _____, declaro que fui devidamente esclarecida quanto aos objetivos, justificativa, riscos e benefícios da pesquisa, e dou o meu consentimento para dela participar e para a publicação dos resultados, assim como o uso de minha imagem nos slides destinados à apresentação do trabalho final. Estou ciente de que receberei uma cópia deste documento, assinado por mim e pela pesquisadora responsável, como se trata de um documento em duas páginas, a primeira deverá ser rubricada tanto pela pesquisadora responsável quanto por mim.

João Pessoa-PB, ____ de setembro de 2018.

Josilene Rodrigues da Silva
Pesquisadora responsável

Participante da Pesquisa

Pesquisadora Responsável: Josilene Rodrigues da Silva

Endereço da Pesquisadora Responsável: Rua Álvaro de Carvalho, 171- Centro- Bananeiras-PB.

CEP: 58.220-000- Fone: (083) 991707437 - E-mail: josi-rodrigues69@hotmail.com

Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal da Paraíba: Email: eticaccs@ccs.ufpb.br - Fone: (083) 3216-7791 – Fax: (83) 3216-7791

Endereço: Cidade Universitária – Campus I – Conj. Castelo Branco – CCS/UFPB – João Pessoa-PB - CEP 58.051-900

APÊNDICE B- Roteiro das entrevistas



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

Roteiro das entrevistas semiestruturadas

Eixo 1- Perfil das entrevistadas

- Nome
- Idade
- Estado civil
- Qual a sua formação/Escolaridade?
- Profissão
- Religião
- Número de filhos (as)
- Cor
- Onde nasceu?
- Local de atuação? Urbano () Cidade ()
- Há quanto tempo está como presidenta de assentamento?

Eixo temático 2- Sobre educação e gênero

- Fale um pouco sobre sua vida
- Qual é a importância que a educação tem para você?
- Em que medida ela te ajudou na direção do assentamento?
- Como se deu o processo da sua chegada à função de presidenta de assentamento?
- Como é para você, como mulher, estar à frente desse assentamento?
- O fato de ser mulher te traz alguma dificuldade? Quais?
- Você sente alguma dificuldade na liderança de assentados e assentadas? Quais?
- Tem apoio de quem para exercer essa função?
- Como presidenta, você se sente respeitada pelos moradores e moradoras do assentamento?

- Você percebe se existe alguma diferença na forma de tratamento entre você e o/ a presidente/a anterior?
- Se sim. A que você atribui tal diferença?

Eixo temático 3- Empoderamento de mulheres
--

- Como acontecem as eleições?
- Para você qual o significado de suas ações como presidenta do assentamento? É importante? Poderia me dizer por quê?
- Me fala sobre as emoções ou sensações que você tem em ser líder desses moradores e dessas moradoras. Como se vê diante de tudo isso?
- Fala-me um pouco sobre sua relação com as demais mulheres do assentamento.
- Já participou de alguma formação, curso, oficina ou palestra sobre gênero? Onde? Quem ofertou?
- Se sim. Como foi para você participar de uma formação dessas?
- Você percebe que rompeu barreiras ao liderar esse assentamento?
- Conte-me sobre algumas das barreiras que você enfrentou e superou
- Existe e quais são quais estratégias no assentamento para os debates acerca de gênero?
- Quais as estratégias que você utiliza para tensionar as relações de gênero?
- Hoje, o que te motiva a ser presidenta desse assentamento?

ANEXO A- Parecer do Comitê de Ética



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

Parecer do Comitê de Ética

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipos Documentos	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_P ROJETO_1229035.pdf	17/11/2018 00:43:21		Aceito
Outros	CERTIDAO.pdf	17/11/2018 00:33:25	JOSILENE RODRIGUES DA SILVA	Aceito
Cronograma	CRONOGRAMAUFPB.pdf	17/11/2018 00:30:26	JOSILENE RODRIGUES DA SILVA	Aceito
Orçamento	ORCAMENTO.pdf	17/11/2018 00:30:09	JOSILENE RODRIGUES DA SILVA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO.pdf	17/11/2018 00:22:04	JOSILENE RODRIGUES DA SILVA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	17/11/2018 00:21:51	JOSILENE RODRIGUES DA SILVA	Aceito
Folha de Rosto	FOLHADEROSTO.pdf	16/11/2018 23:36:33	JOSILENE RODRIGUES DA SILVA	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Endereço: UNIVERSITARIO S/N

Bairro: CASTELO BRANCO

CEP: 58.051-900

UF: PB

Município: JOÃO PESSOA

Telefone: (83)3218-7791

Fax: (83)3218-7791

E-mail: comitedeetica@ccs.ufpb.br